

textos para  
discussão  
**gema**

Os casos de suspeita de  
racismo noticiados pela  
*Folha de S. Paulo*: 2001-2012

**Verônica Toste**  
**Luna de Oliveira Sassara**  
**João Feres Júnior**  
**Eduardo Barbabela**  
**Gabriella Moratelli**

**5/**

## **Expediente**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

## **Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa**

gema.iesp.uerj.br

gema@iesp.uerj.br

## **Coordenador**

João Feres Júnior

## **Pesquisadores Associados**

Flávio Carvalhaes

Lorena Miguel

Luiz Augusto Campos

Veronica Toste Daflon

## **Assistentes de pesquisa**

Eduardo Barbabela

Gabriella Moratelli

Pedro Ramos

Larissa Soares

Thyago Simas

Leandro Guedes

## **Capa, layout e diagramação**

Luiz Augusto Campos



ISBN 978-856726912-2



9

# 5/ textos para discussão gema

## Os casos de suspeita de racismo noticiados pela Folha de S. Paulo: 2001-2012

**Verônica Toste** Pesquisadora IESP-UERJ  
**Luna de Oliveira Sassara** Pesquisadora UNIRIO  
**João Feres Júnior** Professor IESP-UERJ  
**Eduardo Barbabela** Pesquisador IESP-UERJ  
**Gabriella Moratelli** Pesquisadora IESP-UERJ

*No presente texto de discussão apresentamos os 150 casos de suspeita de racismo, discriminação e injúria racial noticiados pelo jornal Folha de S Paulo entre os anos de 2001 e 2012. Os casos foram resumidos em fichas para tornar acessível ao público uma síntese do que foi noticiado em torno da temática ao longo desses 12 anos. Este texto tem por objetivo trazer a público os resultados de uma pesquisa-piloto que norteará uma grande pesquisa a ser realizada em todos os jornais de grande circulação em torno do tema. São apresentados, a título de investigação de caráter preliminar, os insultos raciais proferidos, bem como as palavras mais incidentes nas ofensas de cunho racista.*

O conceito de racismo tem uma longa trajetória, despertando interesse das ciências sociais a partir da década de 1920, em virtude da questão do negro nos Estados Unidos e da escalada de antissemitismo na Alemanha nazista. Data de 1932 o ingresso do termo “racismo” no Dicionário Larousse e do pós-guerra a sua efetiva popularização no uso corrente entre as sociedades ocidentais. Na literatura acadêmica, o racismo é associado às sociedades modernas e em particular ao esfacelamento da ordem hierárquica do Antigo Regime na Europa, aos processos tardios de unificação nacional, à expansão colonial e ao fenômeno do imperialismo (Wieviorka, 2007). Neste sentido, o racismo é comumente entendido como um discurso que visou a explicar e a inscrever as desigualdades sociais no mundo da natureza tanto dentro das sociedades europeias como em relação a outros povos, tendo se disseminado para a periferia mundial nos processos de colonialismo e imperialismo (Quijano, 1999).

Racismo clássico ou científico, racismo institucional, racismo estrutural, racismo cultural ou neoracismo: são inúmeras as manifestações, as formulações, e as tentativas de conceituação do fenômeno do racismo e das suas diferentes expressões ao longo do tempo. De acordo com a tipologia proposta por Allport (apud Guimarães, 2012), as ações discriminatórias manifestas – e não institucionais – podem se dar por meio de: 1. Uso de linguagem insultuosa em relação aos sujeitos-alvo do preconceito; 2. Estratégias de evitação; 3. Discriminação, isto é, uma ação ativa que visa a impedir que os membros de um grupo usufruam determinados espaços, bens, posições, direitos, etc. associados a algum privilégio social; 4. Ataque físico; 5. Extermínio.

Na legislação brasileira, à exceção da manifestação do preconceito através de estratégias pessoais de evitação, todas essas expressões do racismo têm tipificação penal. São considerados crimes de racismo os “crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (Lei 7.716, de 05/01/89) e injúrias qualificadas por racismo os ataques e ofensas à dignidade associadas à “utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem” (Lei 9.459, de 13/05/97). Como pontua Guimarães (1999), desde a sanção da Lei 7.716, que definiu o crime racial no país, foram tão numerosos os casos de insulto racial enquadrados pela justiça como crimes de injúria ou infâmia simples que a pressão de ativistas levou à modificação do Código Penal para a inclusão do crime de injúria qualificada, através da Lei 9.459, sob o artigo 140, § 3º, que a define como aquele tipo de insulto baseado na “utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência”.

Há uma distinção fundamental entre os dois tipos penais: o **crime de racismo**, tal como definido pela Constituição Federal de 1988, é um crime inafiançável sujeito à pena de reclusão enquanto a **injúria qualificada** prevê a possibilidade de pagamento de fiança e o réu pode responder em liberdade, representando consequências penais mais leves. Além disso, a injúria racial é entendida como o emprego de ofensas de conteúdo racista a pessoa ou pessoas determinadas, enquanto o crime de racismo é definido como uma discriminação que atinge um número indeterminado de pessoas, tal como a negação de

emprego a negros numa empresa, o impedimento de acesso de índios a um determinado estabelecimento, etc. A lei estabelece ainda que no crime de racismo, mais grave, há a lesão do princípio da dignidade da pessoa humana, enquanto no crime de injúria a lesão ocorre apenas na honra subjetiva da vítima.

Embora a legislação procure coibir a prática do racismo no Brasil, são poucos os casos de processos por crime de racismo e menor ainda a quantidade dos casos que têm o mérito julgado. Segundo Santos (2010), apesar de o Ministério Público apresentar denúncias de crime de racismo, os juízes tendem a desclassificar estas denúncias para crime de injúria racial. Nesse sentido, ofensas verbais como “negro sujo” ou “neguinha da favela” não são, segundo a legislação e o entendimento dos juízes, considerados “discriminação racial”, pois os ataques são considerados exclusivos contra das vítimas e não contra toda a categoria de pessoas negras. Mesmo os casos de injúria de conotação racial são com frequência descaracterizados de seu conteúdo racista, desclassificados para injúria simples.

No presente trabalho, recenseamos os casos de discriminação racial e injúria racial noticiados pelo jornal Folha de S. Paulo entre os anos de 2001 e 2012. Trata-se de um trabalho preliminar de pesquisa que registrou 150 casos reportados por esta publicação em sua versão impressa em um período de 11 anos. O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) tem se dedicado à investigação da cobertura jornalística das ações afirmativas. Em conformidade com os princípios da *grounded theory*, desenvolvemos nossos instrumentos de pesquisa a partir da elaboração de um repertório prévio de questões que são refinadas ou mesmo completamente reelaboradas à medida que se progride na análise qualitativa dos textos. O presente texto de discussão, portanto, apresenta resumos descritivos dos casos, que constituem parte de uma pesquisa-piloto cujo objetivo é testar e depurar um desenho de pesquisa que em um segundo momento será aplicado a todo o *corpus* de matérias individuais que noticiam casos de racismo nos jornais e revistas de maior circulação no país. Nosso exame recai ainda sobre o texto, e não sobre o leitor, o que significa que podemos fazer inferências muito limitadas acerca da recepção desses conteúdos,

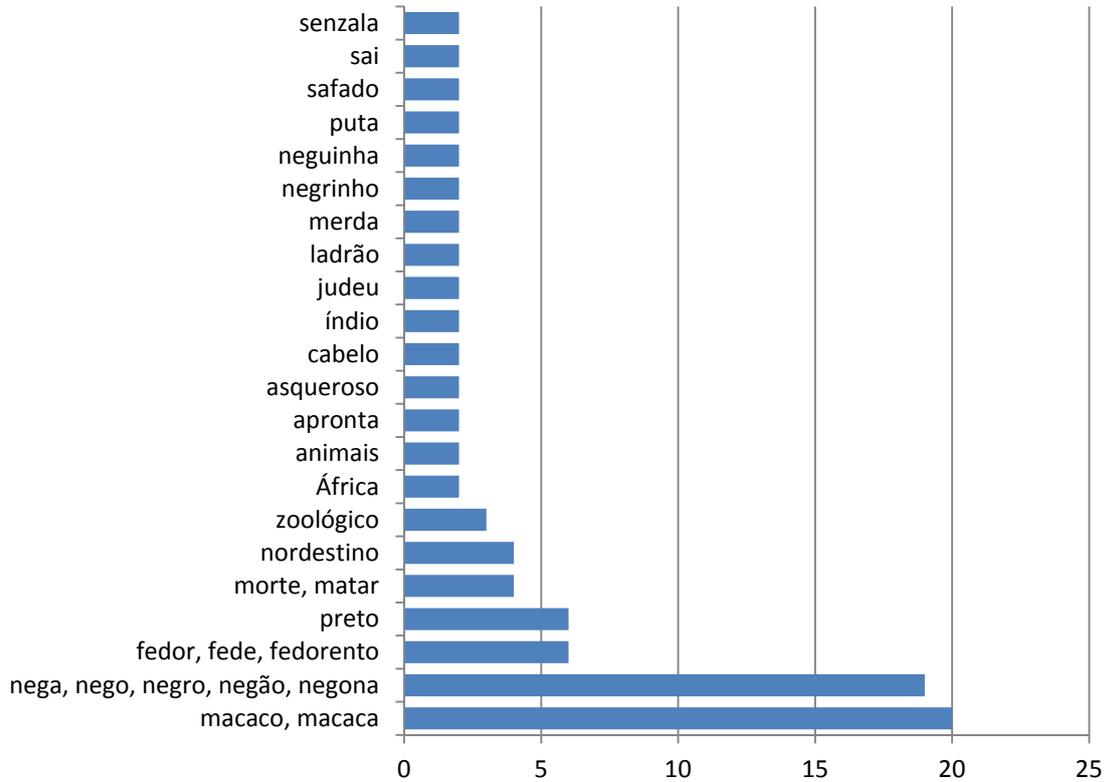
mas podemos observar características e regularidades das mensagens veiculadas pela mídia impressa.

Uma vantagem deste tipo de fonte primária, isto é, os textos de jornal, é permitir que tenhamos acesso a alguns casos que não chegaram a ser denunciados à polícia, nem a ir a juízo. Além disso, como ocupam o espaço noticioso, os casos tendem também a ser esmiuçados em detalhe, uma vez que a informação jornalística procura descrever circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, finalidade e instrumento. O jornalismo do século XXI – diferentemente dos modelos publicista (séculos XVII e XVIII), educador e sensacionalista (XIX) – tem um caráter testemunhal, amparando-se em um discurso que coloca o jornalista em uma suposta posição de representar os olhos e ouvidos remotos do público (Lage, 2001). Ainda que seja muito fácil demonstrar a fragilidade desse discurso no que tange às ideias de “objetividade” e “neutralidade” que ele pressupõe, a ideia do jornalismo-testemunho, ao orientar esta prática profissional, acaba por fornecer alguns parâmetros para a produção de textos jornalísticos ausentes, por exemplo, dos registros policiais, que com frequência são mais incompletos e difíceis de manusear.

Um *corpus* de textos dessa natureza certamente não pode ser tomado como representativo do que ocorre em termos de racismo, discriminação racial e injúria racial no país. Evidentemente não há representatividade estatística nesses 150 casos registrados pela Folha de S. Paulo nesse período, uma vez que foram selecionados a partir de critérios editoriais e de noticiabilidade próprios à organização em questão. Como nos ensinam as teorias do agendamento e do enquadramento, os assuntos e o modo como eles são retratados na mídia são marcados pela seletividade, isto é, pela supressão de determinados aspectos e saliência de outros, conforme os esquemas interpretativos a que a realidade descrita é submetida (Entman, 1993). Neste sentido, estamos cientes de que o presente estudo debruça-se sobre a representação dos casos de racismo no jornal em questão, e não sobre o racismo no Brasil propriamente dito, mas podem oferecer insights sobre o assunto.



**Gráfico 2:** Frequência das palavras mais empregadas nos insultos raciais



## 150 casos de suspeita de racismo

### 09/03/2001 **1ª condenação por racismo**

O STJ confirmou a 1ª condenação por racismo. Luiz Carlos de Souza, do Rio, foi condenado a pagar uma indenização no valor de R\$ 3.775 a Mário Oliveira Pinheiro por danos morais. Em uma discussão em que reclamava da instalação de um portão elétrico feita por Pinheiro em uma vila, consta no processo que Souza afirmou: **"Eu não sou minoria, você sim, seu preto, que é"**, em resposta à afirmação de Pinheiro de que a maioria dos moradores estava satisfeita com o serviço prestado. A agressão que gerou a condenação ocorreu em setembro de 1997.

**"Eu não sou  
minoria, você  
sim, seu preto,  
que é".**

14/03/2001 Joaquim Agut foi acusado de racismo porque teria dito a um grupo de executivos que sua equipe de gerentes estava proibida de fazer negócios com judeus, já que eles seriam desonestos. Agut teria dito: **"Por toda minha vida fiz negócios com judeus e eles sempre tentaram me trapacear"**. Ele e os executivos que estavam presentes negaram a acusação.

26/04/2001 A atriz Vera Gimenez responderia a um processo por racismo movido pelo zelador Robson Fernandes, que teria sido chamado pela atriz de "**crioulo safado**" e outras palavras ofensivas. Ela negou a acusação. Robson não queria entrar com ação porque temia perder o emprego, mas foi encorajado por vizinhos que já teriam presenciado cenas do mesmo tipo envolvendo Vera. A agressão verbal teria acontecido no dia 27 de maio após o zelador, que estava com problemas no punho, ter se negado a ajudar a atriz a carregar malas. Gimenez declarou: "Chamei mesmo de safado, vagabundo, sacana, canalha, etc. Por um acaso da vida, ele é crioulo. Mas, se eu chamei ou não ele de crioulo, aí é a minha palavra contra a dele. Pode entrar com uma ação contra mim. Quero que entre, porque agora eu é que vou entrar com uma ação contra ele." Gimenez disse ainda: "Ele não teve a delicadeza de me ajudar com as malas. Sequer se levantou da cadeira, ficou lá sentado. Disse que estava com dor nas costas. Como é que sou racista? Já namorei crioulo e tenho amigas negras. Ele é que é descansado e folgado. Já tenho problemas com ele há muito tempo".

**"Chamei mesmo de safado, vagabundo, sacana, canalha, etc. Por um acaso da vida, ele é crioulo".**

17/07/2001 A Editora Sama, responsável pela publicação da revista "Humanus" estava sob investigação por conta da denúncia de uma suposta atitude racista contra judeus feita por um estudante da Unip que pede para não ser identificado. O Ministério Público Federal pediu a abertura de um inquérito para apurar o caso. Também a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo avaliou o anuário como antissemita. A edição em questão trazia em sua capa uma montagem com metade do rosto do cientista de origem judaica Albert Einstein e metade do rosto de Adolf Hitler. Um dos artigos intitulava-se "**Sionismo e nazismo: a semelhança dos opostos**" e **estabelecia uma relação entre a religião dos judeus e o movimento nazista alemão**, sugerindo haver planos também por parte do povo judeu de dominar o mundo. O membro do Conselho Editorial da revista "Humanus" Davi Mário Comedi de origem judaica e professor do Instituto de Física Gleb Whataghin declarou: "Preconceito tem quem acha que a revista é antissemita". A jornalista responsável pela publicação Lídia Carmeli também se manifestou por meio de uma nota onde afirmou que a acusação era "totalmente descabida". Ela argumentou que vários judeus trabalhavam na revista, e afirmou ter ela própria ascendência judaica. Atribuiu a uma leitura incompleta da revista o fato de outras críticas contidas nela não terem sido notadas. Disse ainda que o veículo "busca demolir as ideologias sectaristas que tanto confundem, dividem e afligem os homens" e que nenhum dos grupos colocados em evidência teria movido ação contra a revista. Expressou também que esperava que a ação resultasse em vento, "mesmo material de que é composto o cérebro dos detratores".

No dia 05/06/2003, foi publicada matéria informando que a Justiça de Campinas havia determinado o arquivamento do processo contra a editora. A promotora Marcela Scanavini Biachini entendeu não haver crime e pediu arquivamento do caso. Segundo ela, a reportagem trazia elementos que "representam a opinião dos autores do artigo mediante a análise dos fatos históricos". O conselho editorial da revista afirmou que o processo trouxe

danos morais. Já o estudante autor da denúncia não comentou a decisão da justiça.

22/09/2001 O jornalista Cláudio Silveira Cabral Ferreira, acusado de crime de injúria racial após a publicação de um artigo em que definia negros e indígenas como sub-raças, foi inocentado pelo Tribunal de Justiça do Ceará. Em seu artigo no jornal "Tribuna do Ceará", escreveu: **"Feijoada é comida de músico baiano, negros e índios - sub-raças evidentemente"**. E ainda: **"Já disse e repito: feijoada não é comida para gente civilizada. É resposta para estes malcheirosos músicos baianos que andam por estas terras. Estes, donos de estômago de aço, comem qualquer porcaria e não sentem sequer mal-estar estomacal"**. A ação havia sido proposta pelo Ministério Público Cearense que acusou o jornalista de crime de racismo. O juiz Francisco Pedrosa Teixeira alegou que a característica do preconceito e da discriminação racial só ficaria demonstrada caso o jornalista não aceitasse a convivência com outras raças. Os promotores tentaram ainda reabrir o processo, mas não tiveram sucesso. Como uma tentativa de se retratar, o jornalista disse no mesmo jornal que o texto era uma "brincadeira" e que jamais teve a intenção de demonstrar algum pensamento preconceituoso.

**"Feijoada é comida de músico baiano, negros e índios - sub-raças evidente-mente"**

22/09/2011 A Justiça do Trabalho de Minas Gerais condenou a empresa Usinagem RPM, de Contagem (região metropolitana de BH), a pagar indenização por danos morais de R\$ 3.600 à ex-funcionária Andréia Eloísa da Silva, que afirmou ter sido chamada de **"loira burra"** pelos patrões, cabendo recurso. A ex-funcionária, que pediu demissão após ter entrado com ação na Justiça, ganhou ainda o direito às indenizações trabalhistas que teria caso tivesse sido demitida. A decisão foi tomada pela 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Belo Horizonte e reforma sentença de primeira instância, em Contagem, que negou o pedido de Andréia. A empresa alegou que, se a ex-funcionária tivesse realmente se considerado ofendida, deveria ter pedido demissão imediatamente, e não ter continuado a trabalhar. O juiz José Eduardo de Rezende Chaves, relator do acórdão, afirmou durante seu voto que "o Judiciário não pode mais compactuar com atitudes que venham a reproduzir preconceitos".

08/10/2001 A Campesa, Companhia Pernambucana de Saneamento, empresa estatal, foi condenada a pagar uma indenização por danos morais pela Justiça do Trabalho de Pernambuco no valor de R\$60 mil ao operador de computador Armando Souza de Oliveira. A condenação foi proferida pelo juiz substituto da 8ª Vara da Justiça do Trabalho André Machado. Oliveira alegou que vinha sendo perseguido por seu ex-chefe, João Alberto Pinto de Carvalho, que fazia piadas contra negros e dizia que iria **"clarear o setor"**. Carvalho havia feito o mesmo com outros dois funcionários negros. Por conta disso, um havia pedido demissão e o outro, transferência diante das pressões sofridas. Carvalho resolveu entrar com a ação após um episódio em que fora designado para trabalhar no setor de almoxarifado para fiscalizar o papel ofício, que vinha sumindo. Ao se recusar a assumir a função sob a alegação

de que esta não lhe cabia, foi suspenso e teve um dia de serviço descontado do seu pagamento. Em nota, a Compesa alegou não adotar posturas discriminatórias e que o problema não reflete a postura gerencial da empresa.

- 25/10/2001 O juiz do Fórum de Santo André, João Antunes dos Santos Neto, 38, seria processado por injúria racial, abuso de autoridade e denúncia caluniosa acusado de ofender o auxiliar de serviços gerais Everaldo Benedito de Jesus, 24 que trabalhava em um lava-rápido em São Paulo. O juiz teria deixado seu carro no lava-rápido e, ao voltar, encontrado manchas de cola na lataria. Após Marcos Zetner, dono do estabelecimento, ter tentado tirar as manchas sem sucesso, Jesus teria dito que a máquina de polir resolveria o caso e teria também rido de Santos Neto. O juiz supostamente respondeu com agressões e chamou o auxiliar de "**preto**". O auxiliar tentou registrar ocorrência como injúria mas não conseguiu por não saber o nome do acusado. Já o juiz registrou ocorrência como dano ao carro e desacato à autoridade. O advogado que representou Jesus alegou que não poderia ter havido crime de desacato já que o juiz não estava exercendo sua função no momento da ocorrência, o que configuraria denúncia caluniosa. Santos Neto disse que não teve intenção de ofender ao chamar Everaldo Benedito de Jesus de "negão" e afirmou que usa esta "gíria" com todo mundo, inclusive com o próprio filho. Defendeu-se também da acusação de abuso de autoridade: "Quem vai à delegacia não comete abuso. A delegacia é o único tipo de instrumento que a democracia possui nesses casos". Alegou que não poderia ser considerado racista já que Everaldo Benedito de Jesus é "um pouco mais moreno" que ele próprio e também que possui amigos negros. Disse ainda estar "preocupado" com a repercussão do caso.
- 02/02/2002 O governador do Distrito Federal Joaquim Roriz (PMDB) chamou de "crioulo petista" o aposentado Marinalvo Nascimento: "**Ali está um crioulo petista que eu quero que vocês deem uma salva de vaias nele**". Em seu discurso, Roriz chegou a pedir que as pessoas expulsassem aqueles que tivessem cartazes contra ele, pois estas pessoas seriam "financiadas pelo governo anterior". "Expulsem das suas casas. Não deixem que eles entrem nas suas casas, porque eles só levam o mal. Eles só desejam o mal para as pessoas", disse o governador. Além de entrar com uma representação na Procuradoria Geral da República contra Roriz, o PT também entrará com uma ação no Ministério Público Eleitoral para denunciá-lo por crime eleitoral. O discurso de Roriz foi proferido em um dia em que a alta comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas, Mary Robinson, estava em Brasília e ela comentou o caso: "Há mais reconhecimento de que há violência e discriminação contra negros". O secretário de Comunicação Social do Distrito Federal, Weligton Moraes, nega que tenha havido ofensa: "O governador fez uma brincadeira com uma pessoa que é amiga dele. Na realidade, a provocação foi em cima do petista, e não do crioulo", disse. Segundo ele, Marinalvo participou no dia anterior novamente da programação do governo itinerante na área rural de Brazlândia e tirou fotos ao lado do governador para demonstrar que não estava aborrecido com a brincadeira. O governador pediu desculpas ao eleitor. Moraes seguiu na defesa de Roriz: "O governador não imaginava que ia dar uma confusão dessa. Ele sempre brinca desse jeito com as pessoas mais simples. No meio delas, ele se solta. Essas pessoas nem o chamam de governador, só de Roriz". Para demonstrar que não houve insulto, Nascimento, que é negro, alegou: "Ele me chama de negão."

No dia 14/02/2002, a Folha publicou que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, havia recomendado o indiciamento de Joaquim Roriz sob a acusação de crime de racismo e incitação à prática de crime. Brindeiro sugeriu essa medida ao formalizar no STJ (Superior Tribunal de Justiça) o pedido de abertura de inquérito penal para apurar se Roriz cometeu esses crimes durante seu discurso. Caberia à Polícia Federal fazer o indiciamento por determinação do ministro do tribunal que fosse designado relator do caso. Normalmente, o relator acolhe as recomendações do procurador-geral da República. Brindeiro também recomendou que a Polícia Federal convide Roriz a depor, tome o depoimento de Marinaldo Nascimento e faça a degravação da fita cassete com o discurso. Roriz não é obrigado a aceitar o "convite". O PT e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara haviam solicitado providências ao procurador-geral já que, em razão do foro privilegiado assegurado a governadores, Roriz só poderia ser processado criminalmente pelo STJ. O procurador-geral afirmou que "os fatos noticiados, pela sua evidente gravidade, merecem investigação aprofundada". Marinaldo teria participado de um ato público de desagravo ao governador dias depois do ocorrido.

10/02/2002 O MNU (Movimento Negro Unificado) da Bahia ingressou na Justiça com uma ação civil pública contra a União solicitando a suspensão da campanha e o recolhimento de pôsteres, cartazes e embalagens de cigarros relacionados à campanha publicitária antitabagista. A imagem, uma das nove escolhidas pelo ministério na campanha, mostra um homem negro acendendo um cigarro em outro e é a única em que aparecem as palavras "droga" e "dependência". As demais alertam para os malefícios causados pelo tabaco, como a impotência sexual. Segundo o MNU, a campanha estimula o racismo ao estereotipar a figura e o comportamento do negro. "A cena em questão sugere que o negro está fumando um cigarro de maconha", disse o deputado federal Luiz Alberto (PT-BA), fundador do MNU. Para ele, as peças envolvendo brancos "são genéricas e não expõem as pessoas ao ridículo". Além de pedir a suspensão da campanha, o MNU também pediu à Justiça Federal que o ministro da Saúde e pré-candidato do PSDB à Presidência, José Serra, seja obrigado a ressarcir aos cofres públicos todo o dinheiro gasto com a realização da campanha. A assessoria de imprensa do Ministério da Saúde informou que apenas a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) falaria sobre o assunto. Por sua vez, a assessoria da agência informou que o questionamento judicial não tem fundamento já que, se a imagem do negro fosse substituída, o efeito seria o mesmo. A assessoria de imprensa informou ainda que todas as imagens serão substituídas com o tempo.

16/08/2002 Dois comissários de bordo da empresa American Airlines estavam sendo processados na Justiça Federal brasileira por terem dirigido ofensas racistas ao passageiro Nelson Niremberg durante um voo entre Nova York e o Rio, em 1998. Os dois iriam depor no Rio em março de 2003.

No dia 28/12/2006, a Folha noticiou que a 5ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) havia negado o pedido de habeas corpus dos comissários americanos Tipton Scott e Matthew Gonçalves da American Airlines, que tentaram barrar o processo em que são acusados de racismo contra a população brasileira pelas ofensas

que dirigiram a Nelson Márcio Nirenberg, advogado e maestro. Os americanos alegaram que não poderiam ter sido processados por racismo, pois teriam ofendido a honra de um brasileiro e não de todos os brasileiros. Nirenberg se desentendeu com os dois comissários por causa do assento que ocupava no avião. Um deles, incentivado pelo outro, teria dito: "**Amanhã vou acordar jovem, bonito, orgulhoso, rico e sendo um poderoso americano e você vai acordar como safado, depravado, repulsivo, canalha e miserável brasileiro**". A denúncia, segundo o STJ, estava respaldada por depoimentos de diversas testemunhas que presenciaram a discussão entre os comissários de bordo e o passageiro. Nirenberg avaliou a decisão: "A decisão veio em boa hora, estou feliz, mas achei lamentável que tenha demorado demais. Afinal, o fato ocorreu em 1997, há quase dez anos".

- 05/10/2002 A Prefeitura de Belém entrou com ação na Justiça Eleitoral por prática de racismo, preconceito religioso e crime eleitoral contra o vereador e pastor Paulo Queiroz (PSDB). Queiroz foi acusado de exibir em igrejas trechos de uma montagem em que o prefeito Edmilson Rodrigues (PT) aparece como o demônio.
- 24/11/2002 O diretório estadual do PT do Rio de Janeiro decidiu adotar medidas judiciais e cobrar explicações do PSB, partido de Garotinho, depois que este, durante reunião de seu partido, disse que mandaria "**desinfetar o Palácio Guanabara**", sede do governo. No momento da fala, quem o ocupava era a governadora Benedita da Silva (PT), negra, que viria a passar o cargo para a governadora eleita Rosinha Matheus (PSB), esposa de Garotinho. "Isso foi uma agressão ao partido e à governadora Benedita da Silva. Não podemos admitir que tal ataque fique impune", Disse o presidente do PT no Rio, Gilberto Palmares. Procurado pela Folha, Garotinho afirmou que sua declaração havia sido "sobre política" e que o PT a teria levado para o lado racial. No dia 26/11/2002, a Folha noticiou que Palmares levaria nesse dia ao fórum do Rio a interpelação judicial para que Garotinho explicasse as afirmações polêmicas. Caso Garotinho as mantivesse, poderia ser processado pelo PT sob a acusação de racismo.
- 10/12/2002 O meia Renato e o atacante Deivid do Corinthians alegaram que o atacante Diego, 17 anos em 2002, do Santos havia chamado os adversários de "**macacos**" durante a partida do dia 8 de dezembro. Renato afirmou: "Fiquei nervoso ao vê-lo discriminar a raça negra e debochar do nosso time. Não deu para segurar a raiva". Deivid disse que esta não era a primeira vez que Diego ofendia aos jogadores adversários com xingamentos racistas: "Agora foi com o Renato, mas da outra vez [em amistoso na Vila Belmiro antes do início do Campeonato Brasileiro] foi com o Kléber. Se ele [Kléber] fosse mais nervoso, teria dado um murro na cara do Diego". Diego nega as acusações: "Jamais faria um negócio desses. Posso brincar muito com meus companheiros, mas vocês me conhecem, sabem que eu não falo com os adversários". O técnico do Santos, Emerson Leão, alegou que as acusações contra Diego não faziam sentido. Os companheiros de Diego no Santos,

Paulo Almeida e Robinho defenderam o colega das acusações. Robinho atribuiu a irritação dos adversários ao estilo de jogo dos atacantes santistas, com dribles e jogadas individuais.

No dia 11/12/2002, foi publicada uma declaração do jogador Kléber sobre o caso: "A camisa 10 do Santos, a mesma que ele costuma usar, foi eternizada por um negro. Será que ele pensa que o Pelé é macaco também?"

No dia 13/12/2002, uma declaração de Deivid sobre Diego "Eu não me dou bem mesmo com ele [Diego]. Por isso, é melhor ele lá e eu aqui. Cada um no seu canto." O desentendimento entre os dois teria começado na época em que Deivid também jogava no Santos. Segundo a notícia, uma briga quase teria acontecido entre os dois nessa época.

No dia 15/12/2002, saiu a informação de que Leão, técnico do Santos, havia pedido ajuda à diretoria do clube para defender o jogador Diego. O clube chegou a preparar uma nota dizendo que o jogador mora com o negro Halisson e tem os negros Robinho e Preto entre seus melhores amigos, portanto, não poderia ser racista, mas desistiu de divulgar a "defesa".

13/12/2002 O atacante Ronaldo ameaçou processar por discriminação social uma vizinha e a administração do luxuoso prédio em que tem dois apartamentos, no condomínio Golden Green (Barra da Tijuca, na zona oeste do Rio). Segundo a mãe do jogador, Sônia dos Santos Lima, ela e a filha Ione Nazário de Lima foram informadas pela administração na terça, por telefone, que estavam proibidas de entrar no edifício onde Ronaldo tem dois apartamentos. "Disseram que só poderíamos entrar lá com uma autorização por escrito do Ronaldo. Uma madame ficou incomodada com as nossas visitas e vinha reclamando com a administração do prédio. Um funcionário de lá disse que ela não gostava de ver suburbanos no edifício", afirmou Sônia. Rodrigo Paiva, assessor de Ronaldo, disse que os advogados do atleta estão estudando se haverá processo contra a moradora e os administradores do prédio. "A vontade dele é de processar. No mínimo, vai querer uma retratação pública dos envolvidos." O nome da vizinha e dos administradores do prédio foram mantidos em sigilo por Paiva e pelos familiares do jogador. A cobertura, um dos apartamentos de Ronaldo, era usada pelo atacante nas férias, e frequentada por seus parentes durante sua ausência. Tia do jogador e responsável por tomar conta da cobertura, Dirce dos Santos teria sido a primeira a ser discriminada, de acordo com a mãe de Ronaldo. "Há cerca de duas semanas, eu e meus filhos fomos até a piscina do prédio. Depois que deixamos o local, uma vizinha reclamou aos administradores que havíamos sujado a piscina com areia da praia. Ela também disse que meu filho havia estacionado o carro na vaga de visitantes. Acham que são melhores do que a gente", afirmou Dirce, que mora em Bangu, bairro pobre na zona oeste. A administração do prédio não comentou as acusações.

10/02/2003 A estudante de enfermagem Luciene Calori, 36, prestou queixa contra a abordagem de policiais contra seu filho K., 12, e seus amigos G., 12, e B., 13. Os meninos foram abordados enquanto esperavam por ela no estacionamento do supermercado Extra na zona Oeste de São Paulo. K. gravou o número da Blazer em que estavam os policiais e a mesma foi confirmada como sendo do 16º batalhão. Após revistar os meninos, um dos PMs teria perguntado de quem era o carro. K. respondeu que era de sua mãe. Como o menino não se lembrava da placa do carro, o PM disse que iria anunciar o veículo no supermercado, e caso a dona não fosse de fato sua mãe, ele retornaria e "quebraria o declarante todo", segundo consta no termo de declaração do menino. Durante a abordagem, K. também teria sido

identificado como "**King Kong**" por um dos policiais. Calori disse que entraria com uma ação contra o supermercado por danos morais e contra a PM por racismo. Ela esperava que alguém tentasse localizá-la e que o mercado garantisse a segurança de seu filho e alega ainda não ter sido chamada pelo sistema de som. O responsável pelo setor de Comunicação Social da PM, Eliseu Leite de Moraes, disse que seria aberta uma investigação sobre o caso. Ainda segundo Moraes, os carros da PM não patrulham estacionamentos de supermercados: "Para ter entrado lá, alguém deve ter chamado. Eles [os meninos] poderiam estar em atitude suspeita". A assessoria de imprensa do supermercado negou que a polícia tivesse sido chamada e alegou que os policiais poderiam ter ido lá "para comer alguma coisa". K. alegou que um dos seguranças do supermercado havia visto a abordagem dos policiais, ao que a assessoria respondeu que a segurança do supermercado não se envolve em blitz da polícia.

- 22/03/2003 A vereadora do PT Claudete Alves acusa a Polícia Militar de São Paulo de racismo após ter sido parada em uma blitz policial e quase perder um voo para Brasília onde participou da cerimônia de instalação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Segundo a vereadora, os policiais apontaram armas contra o carro, agiram com truculência e gritaram, mesmo depois de ela ter se identificado como vereadora. Eles não teriam acreditado que ela era parlamentar, duvidado da autenticidade do documento comprovante da função de vereadora e levantado suspeita quanto à autenticidade do carro oficial. "Indaguei várias vezes qual era o motivo da abordagem e de tanta grosseria por parte dos policiais, mas eles nada diziam. Perguntei a eles, então, se esse tipo de atitude era pelo fato de eu ser negra e estar acompanhada também por um negro, que é meu assessor, e mais uma vez não obtive resposta", disse a vereadora, que teve bolsa e carro revistados. Segundo seu advogado, seria proposta uma ação criminal contra os policiais. Ele sustentará que os policiais cometeram crime de abuso de autoridade, constrangimento ilegal e discriminação racial durante a blitz. A PM informou em nota que o caso depende de apuração e que a corporação "não cria juízo de valor antecipadamente".
- 26/04/2003 O Sparta Praga foi multado em US\$ 3.485 por causa do comportamento de seus torcedores, que xingaram o atacante brasileiro Aduino, na partida contra o Slavia, no dia. A Uefa já havia multado o Sparta por causa de atitudes racistas de seus torcedores.
- 26/06/2003 O Supremo Tribunal Federal deveria concluir nessa data o julgamento do habeas corpus movido pelo editor Siegfried Ellwanger, do RS, condenado por prática de racismo pela publicação de livros que propagam ideias anti-semitas. Ele sustentou que judeus não constituem uma raça, logo a crítica a eles não poderia ser considerada crime de racismo.  
No dia 03/07/2003, o jornal informou que o STF havia marcado para 1º de agosto a conclusão do julgamento do habeas corpus do editor. Dos 8 ministros, 8 já haviam votado até essa data. Só Moreira Alves havia votado a favor da concessão do habeas corpus, antes de se aposentar. Carlos Ayres Britto, Sepúlveda Pertence e Marco Aurélio de Mello ainda viriam a votar.  
No dia 28/08/2003, a notícia foi que o julgamento do habeas corpus havia sido novamente adiado. Até esse momento, havia 7 votos contrários ao habeas corpus e 2 favoráveis.  
No dia 17/09/2003, a informação foi que o STF deveria retomar o julgamento do habeas corpus nessa data. O STF estava apreciando

basicamente duas questões jurídicas: se os judeus constituem uma raça e se a publicação de livros com ideias antissemitas representa simples exercício da liberdade de expressão ou extrapola esse direito.

No dia 18/09/2003, o jornal noticiou que o STF havia decidido no dia anterior, por 8 votos contra 3, que propagar ideias antissemitas por meio da edição de livros é crime de racismo e manteve a condenação do editor a dois anos de prisão convertidos em prestação de serviços comunitários. A decisão serve de referência para eventuais processos semelhantes no futuro. Houve bate-boca entre ministros durante o julgamento. Nelson Jobim haveria sugerido que Carlos Britto tinha antipatia pelo povo judeu. Já Moreira Alves acusou Maurício Correia de ter copiado os pareceres do ex-ministro das Relações Exteriores e professor de direito da Universidade de São Paulo Celso Lafer e do ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, ambos representantes da comunidade judaica.

28/07/2003 Integrantes do grupo Art Popular e do grupo LS Jack se agrediram mutuamente no saguão do aeroporto Santos Dumont no dia 27/07/2003, após terem estado no mesmo voo São Paulo/Rio. Segundo o empresário do Art Popular Edgar Santos houve um mal-entendido. "Eles achavam que o Leandro Lehart [vocalista] tinha feito críticas ao novo CD do LS Jack, mas ele falava do novo CD do Ed Motta." No desembarque, integrantes do LS Jack teriam ido ao encontro da banda Art Popular para tirar satisfações e dado início à briga. Dois integrantes do Art Popular tiveram ferimentos leves. Santos afirmou que o grupo registraria uma notícia-crime contra o grupo LS Jack por agressão e racismo. A banda teria chamado os integrantes do Art Popular de "**pretos**" e "paulistas". O delegado da 5ª DP disse que abriria inquérito, mas afirmou que houve "agressões mútuas" e "lesão corporal recíproca".

11/10/2003 Um rapaz de 18 anos foi preso em São Paulo sob a acusação de racismo. Ele seria responsável pelo site Imperial Klans of Brazil, suposto representante brasileiro da Ku Klux Klan. "Brother Marcos", como ele se identificava pela internet, foi indiciado por crime de racismo, formação de quadrilha e por fazer propaganda de discriminação racial, segundo a Lei de Segurança Nacional, informou a assessoria da Polícia Federal. Em entrevista dada a Folha no mês de abril daquele ano, o jovem alegara que o grupo era formado por jovens que se sentiam injustiçados com as "buscas de igualdade racial na sociedade". "O governo e alguns grupos da sociedade buscam oferecer vantagens aos negros e aos homossexuais. Eu quero saber o que será oferecido para nós. Nós nos unimos para defender nossos direitos". Brother Marcos contou também que o grupo realizava encontros esporádicos, mas o grande meio de comunicação era a internet. Segundo o Ministério Público, a participação de outras três pessoas que estariam também ligadas à organização, todas com menos de trinta anos, seria também apurada, entre elas um investigador de polícia.

**"O governo e alguns grupos da sociedade buscam oferecer vantagens aos negros e aos homossexuais. Eu quero saber o que será oferecido para nós".**

- 17/12/2003 A empresa Frevo Brasil Indústria de Bebidas foi alvo de uma ação civil pública da Procuradoria Regional da Bahia. A ação foi movida pelo procurador Manoel Jorge e Silva Neto, e foi instaurada após uma denúncia feita por uma ex-funcionária, J.S.L., 34, negra, que acusou o gerente de vendas Rogério Sinzatto de abuso sexual e racismo. Sinzatto teria dito que a ex-funcionária seria oferecida como prêmio aos vendedores que atingissem a meta estabelecida pela empresa. "O diretor de marketing da Frevo, Dante Peló, 28, disse que não encontrou nenhuma testemunha na empresa disposta a endossar as denúncias. "É palavra contra palavra. Ouvimos as duas partes e não chegamos a nenhum resultado."
- 16/01/2004 A empresa Marnorte, de Caçapava (SP), foi condenada a pagar uma indenização no valor de R\$ 50 mil ao ex-funcionário Róbson de Oliveira Sebastião, 27, que era **"Nego burro"**, chamado pelo mestre de obras, então seu chefe, de **"nego burro"** e **"nego fedido"**. "Eu era humilhado na frente de meus colegas e chorava quase todos os dias", disse Róbson.
- 13/02/2004 O dentista Flávio Ferreira Sant'ana, negro, foi assassinado. O crime acontecido após uma abordagem policial teve, segundo a família de Flávio, motivações raciais. Cinco policiais acusados do assassinato assumiram ter forjado as provas do crime – a carteira de um comerciante e uma arma, que teriam sido encontrados com a vítima–, mas negam que tenham agido motivados por racismo. "Eles armaram [a versão inicial de resistência à prisão] para tentar escapar do flagrante, mas confessaram tudo. O dentista foi morto porque fez um movimento brusco, e não por ser negro", disse o advogado Marcos Ribeiro de Freitas. O advogado do grupo tenta invalidar o argumento racial ao afirmar que três dos policiais envolvidos no caso são também negros. O grupo diz: "ele [Flávio Sant'Ana] virou de forma brusca, fazendo entender que iria puxar uma arma". No depoimento, os PMs contaram que após deixarem o dentista no pronto-socorro, seguiram para um distrito policial onde apresentaram a versão falsa temendo "sanções administrativas".  
No dia 11/08/2004, a Folha publicou que sete PMs acusados de envolvimento no caso haviam sido pronunciados pela Justiça no dia anterior e iriam a julgamento. Dos sete policiais, três foram pronunciados por homicídio doloso. Os demais, por alteração da cena do crime e porte ilegal de arma. Contra um tenente, um cabo e um soldado pesam as acusações de homicídio, fraude processual (forjar provas) e porte ilegal de armas. O tenente e o soldado admitiram ter atirado no dentista. Posteriormente, a perícia indicou que a pistola do cabo também foi usada no crime.
- 24/03/2004 O secretário-executivo do Ministério do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior, 32, ex-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), formalizou queixa à polícia de Brasília contra um motorista de táxi, a quem acusa de prática de racismo. Jesus Júnior teria tomado um táxi por volta das 20:30 acompanhado de seu sobrinho Inlã de Oliveira, 18. O motorista pediu a um outro taxista que o acompanhasse na corrida. Pouco antes de chegarem ao destino, o motorista parou em uma guarita da PM e alegou estar com um passageiro "suspeito", pedindo que este fosse revistado. Após se identificar, o secretário-executivo disse que passou a ser chamado de "doutor" pelo motorista. Depois de ter sido deixado em seu destino, Jesus Júnior foi a uma delegacia registrar queixa somente contra o taxista, não contra os policiais:

"Toda abordagem policial é constrangedora por si própria, mas não houve violência". O motorista já havia sido identificado através da placa do carro e seria intimado para depor.

- 26/03/2004 Seis mulheres negras representantes de governos e instituições do Brasil e do exterior, entre elas a ministra da Mulher de Moçambique Virgília dos Santos Matabele, alegaram ter sido vítimas de racismo em um restaurante de Brasília. Elas comemoravam o fim do "Seminário América do Sul e África-Brasil 2004", que discutiu acordos e compromissos de igualdade racial entre os países dos continentes. Uma das representantes da Seppir (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial) havia informado ao maître que as despesas seriam divididas entre elas. Ainda assim, elas foram constantemente interrompidas pelo garçom que questionava quem pagaria a conta. "Não conseguíamos nem sequer conversar com a ministra. Os garçons constantemente nos perguntavam quem iria pagar. Nos sentimos discriminadas." Para elas, os funcionários desconfiaram que, por serem negras, elas não teriam condições de pagar a fatura. Segundo Mauro Jucá de Queiroz, diretor-geral do hotel, questionar quem irá pagar a conta é um procedimento normal, pois agiliza o fechamento da conta. "Sobre sentimentos das pessoas e como elas se sentiram, eu não posso interferir. Mas, por sermos uma empresa jurídica, que não tem raça, por termos funcionários negros e por recebermos gente de todo o mundo, não podemos ser racistas. Não somos racistas", afirmou Queiroz.
- 31/03/2004 O Procurador do Ministério Público Federal, Daniel Sarmento, foi acusado de racismo pelo delegado da Deleprev (Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários), Dênis Ribeiro, 43. O procurador teria chamado o delegado de polícia de "**crioulo**" durante um protesto de estudantes no campus de Direito da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), no centro do Rio. A Polícia Federal estava investigando a acusação. Sarmento foi o autor de uma ação de improbidade contra delegados e agentes envolvidos na morte do auxiliar de cozinha Antônio Gonçalves de Abreu, em 2002, que morreu após ter sido torturado na sede da Superintendência da PF no Rio. Nove policiais foram denunciados pelos crimes de omissão e prevaricação. Em sua defesa, Sarmento disse que identificou Ribeiro como "negro" quando outros procuradores lhe perguntaram com quem havia discutido e classificou a acusação de absurda: "Eu tenho anos de tradição atuando em defesa dos negros. Os policiais estão tentando abafar o fato e desviar a atenção do que aconteceu. O que os policiais estão falando é mentira". Já Ribeiro alega que, ao identificar com quem estava discutindo, Sarmento disse: "Com aquele delegado negro, crioulo".
- 03/05/2004 Três atores do filme Cidade de Deus registraram queixa de injúria racial contra o supermercado Carrefour e contra um policial militar por constrangimento ilegal, denúncia caluniosa e injúria racial. Leandro Firmino da Hora, 25, que fez o personagem Zé Pequeno, Emerson Gomes, 13, que interpretou Barbantinho, e Luis Carlos Lomenha, 27 foram até o caixa eletrônico do Banco do Brasil do supermercado para sacar dinheiro. Na saída, foram abordados por dois seguranças. Um deles alegou que o circuito de segurança interno do mercado havia filmado os atores dando pancadas no caixa eletrônico, mas eles negaram. Logo depois, um policial militar teria aparecido e dito que o correto seria jogá-los no chão e fazer uma revista. O soldado teria afirmado que eles deviam se sentir bem com isso porque ele, que era branco, sentia orgulho ao ser abordado pela polícia quando estava

sem farda. "Nessa hora, eu me senti vítima de um crime de racismo", disse Firmino. Os três foram liberados quando um terceiro segurança disse que havia ocorrido uma confusão: a imagem das pancadas teria sido registrada no caixa do Banespa, não no do Banco do Brasil. O advogado dos atores disse que pedirá uma indenização. A assessoria de imprensa do Carrefour disse que o supermercado não teve responsabilidade no evento porque a abordagem foi realizada por um policial militar. Já a Secretaria de Segurança informou por meio da assessoria de imprensa que "a abordagem foi feita dentro dos padrões, sem fazer distinção quanto a idade, raça ou condição social dos averiguados".

02/06/2004 O ator Creo Kellab acusou de racismo funcionários de um posto de gasolina no bairro Morumbi em São Paulo. Segundo o ator, a discussão começou quando sua amiga, estudante de direito, tentou pagar o valor cobrado com cheque e o frentista se recusou a aceitá-lo. Iniciou-se uma discussão em que ao ator negro teria sido chamado de "**macaco**" e "**crioulo**" pelo frentista José Claudécir Nunes, 21, e que o segurança Wellington Pereira dos Santos, 25, teria apontado uma arma em sua direção. Os funcionários negaram e disseram que o ator teria agredido o frentista e o chamado de "morto de fome". Foi registrada uma ocorrência de injúria, briga e ameaça na 34º DP.

16/07/2004 O Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que a Justiça de Campinas reabrisse um processo pelo crime de racismo contra o ator e diretor Wolf Maya. Ele teria chamado o operador de mesa de luz Denivaldo Pereira da Silva, 29, de "**preto fedorento que saiu do esgoto com mal de Parkinson**". A frase teria sido dita por Maya após apresentação da peça "Relax It's Sex" em Campinas em agosto de 2000, quando o diretor chamou o elenco para conversar por não ter gostado do resultado do show. "Depois disso, tive problemas psicológicos e não consigo emprego", disse a vítima. O advogado de Maya disse que o TJ só determinou a reabertura por entender que a Justiça de Campinas não teria cumprido todos os procedimentos. No dia 09/06/2011, a Folha publicou que Wolf Maya havia sido condenado a dois anos e dois meses de prisão pelo crime de injúria com conotação racial. A condenação, em primeira instância, foi definida pelo juiz Abelardo de Azevedo Silveira, da 2ª Vara Criminal de Campinas (93 km de SP). A defesa já havia recorrido. O juiz substituiu a pena de prisão pelo pagamento de indenização no valor de 20 salários mínimos (R\$ 10,9 mil ao todo) mais um período de trabalho comunitário a ser definido pela Vara de Execuções Penais. Após o técnico ter denunciado o caso, Maya moveu uma ação na área cível por danos morais e pediu indenização de R\$ 100. O diretor alegou que a acusação prejudicou sua imagem. Em maio de 2010, o juiz Gilberto Luiz C. Franceschini, da 6ª Vara Cível de Campinas, julgou improcedente o pedido de Maya e o condenou a pagar as custas processuais, no valor de R\$ 2.000.

**"Preto fedorento que saiu do esgoto com mal de Parkinson".**

Maya também já recorreu dessa decisão da Justiça.

- 18/10/2004 O Grupo de Atuação Especial Regional para Prevenção e Repressão ao Crime Organizado e a Polícia Civil de São Paulo iniciariam investigação sobre um crime racial contra uma sinagoga no centro de Campinas (SP). A sinagoga teria sido alvo de pichações com a frase antissemita "**Kill all jewish**", traduzida pela reportagem como "Morte a todos os judeus", e a imagem de uma suástica. A "**Kill all jewish**".  
Secretaria de Segurança Pública pediu à Delegacia Seccional que instaurasse inquérito. O crime também seria investigado pela Delegacia de Crimes Sobre Intolerância de São Paulo. A Câmara Municipal de Campinas elaborou uma moção de repúdio ao ato.
- 01/12/2004 A Federação Israelita do Rio de Janeiro (FIERJ) afirmou que entraria com um processo contra a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro por suposto crime de racismo praticado por alunos da instituição. A federação recebeu na semana passada a informação de que o banheiro do 5º andar da universidade, no departamento de história, teria pichações antissemitas. Entre as inscrições, que foram fotografadas, estão símbolos do nazismo e do judaísmo em meio a frases como "**precisamos extirpar esse câncer da face da Terra**". Nas paredes do banheiro, havia ainda uma frase que dizia que os autores possuíam uma comunidade no site de relacionamentos Orkut. De fato, na comunidade havia fotos e nomes de seis alunos de direito da universidade, porém não foi encontrado conteúdo antissemita na página. A PUC Rio alegou não ter provas para acusar nenhum aluno. O presidente da FIERJ Osias Wurman mostrou-se indignado com o fato de a direção da universidade não ter chamado os alunos ao menos para uma conversa.
- 13/12/2004 O professor Adriano Manoel dos Santos, 31, foi acusado de ser racista, pelo estudante, Carlos Lopes dos Santos, 35, que entrou em 2004 na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) por meio da cota para negros. Lopes afirma que o professor contou piadas sobre negros na sala de aula em 23 de junho de 2003. O estudante disse que o professor também usava expressões como "**um sujeito com muita melanina** [proteína de cor preta encontrada na pele]" e "**pretinho básico**", além de afirmar que uma universidade deve "nivelar por cima, e não por baixo" - o que seria uma crítica à entrada de negros na universidade por meio das cotas. O inquérito foi enviado ao Ministério Público que denunciou o professor com base na lei 7.716/89, a qual define crimes de "preconceito de raça ou de cor". No fim de novembro, houve novo desentendimento entre os dois. Santos disse que chamou a PM porque Lopes estava atrapalhando a aula e ofendendo sua mulher. O caso virou processo no Juizado Especial. Lopes prefere não comentar o assunto. Alguns dias antes da publicação dessa matéria, Santos havia negado à Folha que fosse racista ou que tivesse contado piadas do gênero. "O que me deixa angustiado é que, nas minhas raízes, o meu avô era negro e minha avó, por parte de pai, era índia", afirmou Santos. "Eu nunca tive nada contra as cotas. Sou a favor de tudo o que diminua as diferenças sociais", disse ele. E também: "Brincava [na sala de aula], mas nunca mencionei nada de conteúdo racista", acrescentou. Segundo ele, uma sindicância aberta pela UEMS para apurar o caso foi

arquivada e julgada improcedente. Ainda de acordo com o acusado, cinco alunos sorteados para prestar depoimento na polícia negaram que ele seja racista. "Nós já esperávamos que surgissem processos na questão de racismo. A entrada de negros e índios na universidade fez com que essa coisa aflorasse", afirmou a pró-reitora de ensino da UEMS, Maria José Jesus Alves Cordeiro, sobre o caso. A pró-reitora disse que o assunto está na Justiça e, portanto, diz ela, fora da universidade.

- 11/01/2005 Após ofensas a Roberto Carlos, Federação Espanhola prometeu ação antirracismo. A Federação Espanhola entidade divulgou ontem que investigará a conduta de parte da torcida do Atlético de Madri, após analisar o relatório feito pelo árbitro Alfonso Perez Burrull na súmula do clássico vencido pelo Real Madrid por 3 a 0 anteontem. Quando recebia a bola, o lateral brasileiro era alvo de imitações de macacos por parte das arquibancadas. "Pedi ao delegado da partida que usasse o sistema de som do estádio para os torcedores pararem de imitar sons de macacos quando determinados jogadores tocavam a bola. A medida, porém só motivou imitações mais intensas", registrou Burrull. "Após preocupantes manifestações racistas de uma minoria dos fãs nos últimos meses, voltamos a condenar esse tipo de comportamento e reafirma a determinação de adotar ações enérgicas contra mostras de racismo e xenofobia no futebol espanhol", publicou a federação ontem.
- 11/01/2005 O ouvidor-geral da polícia de São Paulo, Itajiba Farias Ferreira Cravo, foi chamado para prestar esclarecimentos na polícia após ter sido registrado um termo de declaração na PM sobre ofensas racistas proferidas por ele. Ele teria se recusado a ser atendido por um garçom negro no restaurante Companhia das Índias, na praia de Boracéia em São Sebastião, litoral norte de São Paulo. O termo de declaração foi prestado pelo dono do restaurante, Álvaro José Pereira Dajon. A suposta vítima não registrou queixa contra o ouvidor. Cravo disse que estava sendo vítima de perseguição e negou que estivesse embriagado. Segundo ele, houve um bate-boca e o proprietário do estabelecimento chamou 2 soldados de uma base móvel da PM. Os PMs, segundo ele, agiram como se "o dono fosse o comandante deles". Por isso, Cravo disse que telefonou para oficiais da PM da região. Sobre a acusação, ele disse: "Tenho uma história de defesa dos direitos humanos. Jamais faria isso". Afirmou também que iria processar o restaurante. O Ministério Público solicitou à polícia a abertura de inquérito para apurar o possível crime de racismo. Este caso foi citado pela Folha novamente em 15/03/2005, quando Itajiba Farias Ferreira Cravo teve sua demissão anunciada pelo governador do estado após ser acusado de dirigir embriagado e atropelar um motociclista na rodovia Rio-Santos. A reportagem explicita que nesta época, o caso de racismo estava ainda sendo acompanhado pelo Ministério Público.
- 14/01/2005 Um colunista revelou que torcedores do Palmeiras teriam exposto ofensas racistas através da internet contra o jogador Vágner Love.
- 15/01/2005 Polícia Civil gaúcha abriu inquérito para apurar se houve racismo em abordagem de policiais militares a dois jovens negros que corriam por uma rua de Porto Alegre. Os jovens Cristian Silveira, 24, e seu irmão, 17, estavam atrasados e se dirigiam à escola onde faziam vestibular para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com a abordagem, que aconteceu a 10m da escola, chegaram atrasados e perderam a prova. "Só nos pararam porque

somos negros." Segundo o comandante da brigada, não houve racismo já que eles estavam em atitude suspeita: haviam saído correndo de uma lotação que tinha o pisca-alerta ligado, código que é utilizado para indicar risco. Ainda assim, a brigada abriu procedimento interno. O pai dos dois rapazes fez uma denúncia no Ministério Público e encaminhou um dossiê do caso ao Ministro da Educação Tarso Genro.

- 18/01/2005 Uma família negra da zona norte de São Paulo foi agredida virtualmente com mensagens ofensivas e preconceituosas. Entre as vítimas, havia um menor de 13 anos. No dia 14/01/2005, o universitário D., 19, descobriu mensagens ofensivas na página de seu irmão C., 13. Ao tentar descobrir o remetente, denominado apenas Arthur White, encontrou uma comunidade intitulada "anti-heróis" que incitava ofensas a C. nos seguintes termos: **"Descarregue toda a sua fúria nesse pobre pretinho inocente"**. D. apagou as mensagens, enviou alertas para comunidades de negros e contou a história para sua mãe. "Eu não sabia que atitude tomar. Sabia que era um crime e pensei em ir à polícia registrar um boletim de ocorrência, mas não tinha a quem acusar", disse ela. No mesmo dia, mais mensagens racistas foram postadas na página pessoal dos irmãos e também na da mãe. "Eu fiquei assustado e chateado com o que aconteceu. [As mensagens] falavam de forma maldosa das minhas amigas brancas", disse C. Eles procuraram a ONG ABC Sem Racismo, que encaminhou o caso à Seppir. "Além de solicitar uma investigação e providências, sugerimos uma campanha de alerta para o crime de racismo", disse o presidente da ONG, Dojival Vieira.
- "Descarregue toda a sua fúria nesse pobre pretinho inocente"**.

- 14/04/2005 O jogador argentino Desábato foi enquadrado pelo delegado Osvaldo Gonçalves pelo crime de injúria com agravo de racismo dirigida contra o jogador Grafite durante partida entre São Paulo e Quilmes no Morumbi. O argentino foi levado para o 34º Distrito Policial para prestar depoimento. Segundo o delegado, o jogador Grafite, que também se dirigiu à delegacia, faria representação contra o jogador argentino. "O Grafite está ofendido e chorando no vestiário. Agora tudo vai depender do que ele vai falar. Ele chamou o Grafite de **negro e outras coisas mais**", disse o delegado. No dia 15, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, e a secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, ministra Matilde Ribeiro, divulgaram nota repudiando "a atitude racista do jogador argentino". Segundo a nota, o governo federal "acionará as esferas da administração esportiva nacional e internacional para que adotem medidas concretas para banir do espetáculo esportivo a discriminação racial, o preconceito e a xenofobia, que, se não eliminados, representam ameaça à democracia." De acordo com o ministro, a pasta já estava preparando um documento a ser enviado a instituições internacionais de futebol, como a Fifa, sugerindo a adoção de medidas punitivas também para clubes em casos de racismo. Também no dia 15, outra reportagem noticiou que durante a coletiva no dia anterior no CT do clube, Grafite disse não ter nenhuma mágoa de Desábato

pela ofensa, mas também afirmou que não voltaria atrás para retirar a acusação da delegacia. "Não posso voltar atrás no que eu fiz. Isso tem que ter um basta. Vários jogadores brasileiros sofrem preconceito lá fora. Sei que ele [Desábato] está passando um momento difícil, deve ter família, mas precisa pensar bem na atitude que tomou. Aceito o pedido de desculpas, mas o que está feito, eu não vou mudar." A ordem para a prisão do zagueiro Desábato partiu do secretário estadual da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho. De sua casa, ele assistia ao jogo pela televisão quando ocorreu a ofensa a Grafite. "Telefonei imediatamente para o delegado-geral [Marco Antonio Desgualdo] e disse: peça para entrar em contato com o Grafite para perguntar se efetivamente houve [a ofensa]. O jogador não só confirmou, como manifestou a vontade de representar criminalmente", afirmou.

No dia 16, a Folha noticiou que o argentino havia sido solto após ter ficado 36 horas na prisão.

No dia 17, a notícia foi que o argentino havia deixado Buenos Aires onde estava desde a noite de sexta-feira, para encontrar a família em Santa Fé, sua província natal, no norte do país. Ele receberia uma semana de folga para ficar com sua família. Em outra reportagem, o investigador da Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo disse não ter havido irregularidades a prisão de Desábato: "O entendimento da corregedoria é que não houve ilegalidade nem abuso de poder. A ação policial foi considerada perfeita. A prisão de Desábato só aconteceu após o jogador são-paulino ofendido por ele ter representado [afirmado ao delegado que sentia-se ofendido em sua honra e pedido providências]". No mesmo dia, outra reportagem revelou o conteúdo do depoimento de Grafite à polícia, segundo o qual Desábato o teria chamado de "**negro de merda, filho-da-puta, negrinho**". Desábato, por sua vez, negou, mas admitiu ter sugerido que o atacante pegasse "a banana e enfiasse no c..." - teriam lido que o Grafite celebraria com gesto de "banana" caso fizesse gol no Quilmes.

No dia 18, uma reportagem esclarece que caso o argentino não cumpra o termo de audiência assinado antes de deixar o Brasil segundo o qual se comprometeu a retornar ao país após um mês, a justiça brasileira não poderia obrigá-lo a comparecer aos atos do processo. No entanto, segundo o Quilmes, Desábato cumpriria o termo. "Claro que Desábato voltará ao Brasil, e eu irei acompanhá-lo quando ele for chamado [pela Justiça]. Não será problema retornarmos ao seu país. Mesmo depois de termos passado três dias muito complicados aí", declarou Júlio García, um dos vice-presidentes do clube argentino.

No dia 19, a Folha publicou que, em depoimento à polícia, Leandro Desábato, 26, afirmou receber 2.000 pesos mensais (o equivalente a R\$ 1.785,50). Logo, a fiança paga pelo zagueiro para ter sua prisão relaxada -R\$ 10 mil- superaria seus ganhos de cinco meses. A condição econômica e a pouca fama que o jogador tinha até sua prisão foram alguns dos argumentos usados pelo Quilmes para qualificar a acusação de injúria por motivos raciais contra Grafite como uma medida oportunista, política e premeditada.

No dia 19, a Folha publicou que através da assessoria de comunicação do São Paulo, Grafite teria dito que ser possível que não viesse a apresentar queixa-crime contra Desábato.

No dia 14/10/2005, a Folha noticiou o fim do inquérito, já que Grafite não teria levado a denúncia a frente até o dia 13, fim do prazo legal para apresentação da queixa-crime.

17/04/2005 A auxiliar de enfermagem Simone André Diniz, 27, levou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) uma denúncia dirigida ao Brasil por conivência com o racismo. Ela entrou com uma ação contra a autora de um anúncio que requisitava "uma moça de preferência de cor branca". Quando informou que era negra, Simone foi informada de que não preenchia os requisitos necessários para a vaga. "Fiquei indignada e liguei para a OAB, que me orientou a procurar o Instituto do Negro Padre Batista para entrar com um processo contra a autora do anúncio", disse Simone. "Se quem sofrer esse tipo de preconceito ficar quieto, nada nunca vai mudar." Como a Justiça entendeu que não houve discriminação contra Simone e arquivou o caso, três organizações levaram a denúncia à CIDH no final de 1997. A denúncia foi acolhida em 2002.

No dia 18/11/2006, a Folha publicou outra notícia sobre o caso informando que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em uma decisão inédita, havia condenado o Brasil em um caso de discriminação racial. Segundo o organismo internacional, o Estado brasileiro violou artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Convenção Racial ao permitir que um caso de racismo fosse arquivado sem a abertura sequer de uma ação penal. Segundo o relatório da comissão da OEA, publicado no começo do mês, o Estado brasileiro "falhou ao não cumprir a sua obrigação", definida em convenções internacionais as quais assinou, de garantir a investigação de um caso de racismo." A sanção da comissão da OEA, que também fez determinações de reparação ao governo brasileiro, foi divulgada mais de oito anos depois de o caso ter sido arquivado pela Justiça de São Paulo, a pedido do Ministério Público. Para os órgãos da Justiça, a empregada doméstica Simone André Diniz, hoje com 28 anos, não foi vítima de discriminação, mesmo sem haver qualquer dúvida de que ela foi preterida de uma vaga de emprego por ser negra. Durante o inquérito aberto em 1997, na delegacia, a autora do anúncio confirmou a preferência por uma candidata branca. Disse que fez a exigência porque uma ex-empregada, negra, tinha maltratado os seus filhos, que estariam traumatizados. A empregadora, porém, não registrou na polícia a suposta agressão de seus filhos. A doméstica que teria maltratado as crianças nunca foi ouvida. Em 14 dias, a polícia concluiu o inquérito e o encaminhou à Justiça, sem responsabilizar ninguém. Na época, o Ministério Público pediu o arquivamento do caso. Argumentou que não havia "qualquer ato de racismo" ou "base para oferecimento de denúncia". A recomendação do promotor foi acatada pelo juiz, que arquivou o caso antes mesmo de ele virar ação penal. O arquivamento provocou manifestações das entidades e o caso foi denunciado à comissão da OEA. Por oito anos, o caso tramitou na comissão. O Instituto do Negro Padre Batista e o Cejil (Centro pela Justiça e o Direito Internacional) foram os responsáveis pela denúncia. Segundo Sinvaldo José Firmo, advogado do instituto, o anúncio já é uma prova de racismo. A legislação vigente em março de 1997 previa como crime "praticar, induzir ou incitar" o preconceito de raça ou cor -lei publicada meses depois definiu melhor os crimes raciais. Para Maria da Penha Santos Lopes Guimarães, coordenadora do departamento jurídico do instituto, o depoimento da autora do anúncio serve como confissão de discriminação. "Não acredito que a versão dela seja verdadeira. Mas, se for, ela queria fazer um apartheid com seus filhos? Se a doméstica que teria batido em seus filhos fosse branca, ela colocaria um anúncio pedindo empregada negra ou asiática?", questionou Maria da Penha. No relatório, a comissão da OEA estipula que o Brasil reconheça publicamente a violação de direitos da Simone, pague uma

indenização (não há valor estipulado), dê apoio financeiro para que ela faça um curso superior e promova a reabertura das investigações.

- 19/04/2005 Clodovil Hernanes foi condenado a pagar multa por danos morais no valor de R\$20,8 mil à vereadora Claudete Alves da Silva (PT-SP), por tê-la chamado em entrevista à Folha em março de 2004 de "**macaca de tailleur**". Apesar de haver tentado mover outra ação contra o apresentador por crime de racismo, a acusação foi rejeitada. Na avaliação do juiz, o termo "macaca" foi empregado para designar "pessoa inquieta", "que gosta de aparecer". **"Macaca de tailleur"**.
- 20/04/2005 Maria Francinete Damaceno Oliveira, funcionária da Escola Gabriel Ferreira, localizada em Teresina, Piauí, foi presa e indiciada por injúria qualificada com agravante de racismo após ter ofendido a auxiliar de secretaria da mesma escola Maria do Rosário Catarino, chamando-a de "**negra cururu**" e "sapo cururu". Maria do Rosário alegou que após ameaçar chamar a polícia, Maria Francinete lhe disse que não daria em nada porque "**negro não tem vez**". Maria Francinete confirmou haver chamado a colega de "sapo cururu" após ter tido o filho ofendido por Maria do Rosário, mas negou que a tivesse chamado de "negra". **"Negro não tem vez"**.
- 07/05/2005 Universitário de 21 anos, que cursava o quarto ano de medicina na Universidade Federal do Piauí, foi preso em flagrante após dirigir ofensas racistas a uma funcionária de uma loja de conveniência. Ele teria dito: "**Passa o cartão de crédito logo que eu sou rico, meu avô já teve escravo, sua negrinha**". Segundo o rapaz, "tudo não passou de uma brincadeira", e a atendente o teria chamado de "moleque" e "branquelo". **"Passa o cartão de crédito logo que eu sou rico, meu avô já teve escravo, sua negrinha"**.
- 11/05/2005 O atacante Marco Antônio, do Campinense, afirmou a Herbert Targino, coordenador das promotorias de justiça especializada do Ministério Público em Campina Grande (PB), que o árbitro Genival Batista Júnior o chamou de "**negro safado**" e "**macaco**", em jogo no sábado, pelo Paraibano. Genival relatou ter sido agredido com uma cabeçada: "Posso dizer que houve uma agressão. O resto são criações." O coordenador disse não ter visto a cabeçada no teipe. Acusado de racismo e injúria racista, o árbitro poderia pegar de um a três anos de reclusão.
- 16/05/2005 Uma manifestação racista fechou para sempre as portas da seleção italiana de hóquei para Daniele Veggiato, de 27 anos. Segundo a federação local de esportes no gelo, durante partida do Nacional disputada no dia 26/05, o jogador disse a um rival: "**lave sua cara, seu negro**". O alvo da ofensa foi o defensor Luca Zandonella, 18, filho de pai italiano e mãe das Ilhas Maurício. No episódio, Veggiato foi imediatamente retirado do jogo e recebeu suspensão por outros cinco jogos. "Depois, ele pediu desculpas. Ele agiu bem, mas isso não muda a nossa decisão. Nós temos visto essa escalada

no futebol e não podemos aceitar isso", afirmou Franz Sinn, comandante da federação de hóquei do país.

03/06/2005 Um estudante de 18 anos da Universidade Mackenzie foi o primeiro usuário brasileiro do Orkut a ser identificado como autor de crime de racismo na rede. Ele confessou ter produzido mensagens de cunho racista em uma comunidade do Orkut criada por ele intitulada "Sou Contra as Cotas pra Pretos". Lá, o garoto escreveu: **"o lugar desses macacos sujos é na floresta, e não na faculdade"**. Chegou a declarar ainda em uma comunidade virtual de skinheads que era favorável ao uso de violência contra minorias: **"Concordo em utilizar da violência porque esse bando de fdp só sussega (sic) no hospital ou no túmulo"**. Em depoimento, o estudante disse: "Foi um surto que tive. Foi um momento de insensatez. Eu queria causar um choque nas pessoas, passar uma imagem na internet de pessoa diferente, exótica". Segundo o promotor do Gaeco (grupo do Ministério Público que investiga o crime organizado) Christiano Jorge Santos, não havia definição quanto ao caso, pois, no momento da criação da comunidade, o estudante tinha apenas 17 anos. Ele declarou: "Se entendermos que ele continuou a incitar a discriminação e o preconceito, faremos uma denúncia a uma vara criminal. Mas, se houver um entendimento jurídico de que o crime foi cometido quando ele ainda tinha 17 anos, se configurará um ato infracional." No primeiro caso, ele poderia ser condenado a pena de um a cinco anos de reclusão além de multa. No segundo, estaria sujeito a cumprir uma medida educativa e até mesmo ser internado na FEBEM. A mãe do estudante disse que iria punir o filho e que as atitudes dele foram "uma inconseqüência levada por outras pessoas, uma brincadeira de mau gosto". Ao falar sobre a situação do filho, disse: "Ele já pediu desculpa, já se arrependeu e reconheceu que o que fez foi uma coisa ridícula." "Nós vamos tomar as providências, ele vai ser punido, vai ficar sem computador e vamos limitar suas saídas para ele tomar consciência da gravidade da sua atitude", afirmou. Segundo ela, o computador de sua casa estava quebrado havia dois meses.

**"O lugar desses macacos sujos é na floresta, e não na faculdade"**.

**"Concordo em utilizar da violência porque esse bando de fdp só sussega (sic) no hospital ou no túmulo"**.

09/06/2005 A UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) abriu uma sindicância para investigar o estudante de ciências atuariais Gabriel Marchesi Lopes, 20, pelas acusações de disseminar antissemitismo e intenção de usar a presidência do diretório acadêmico para ajudar a bancar o clandestino Partido Nacional-Socialista Brasileiro - uma agremiação que se dizia nazista e atuava em Porto Alegre (RS). Lopes era candidato à presidência do diretório. O estudante renunciou quando seus oponentes apresentaram à direção da UFRGS e-mails com conteúdo antissemita assinados por ele. O aluno negou em entrevista que

seja antissemita ou racista. Ele se definiu como fascista [sistema político antidemocrático e nacionalista]. "Tenho amigos negros, só sou fascista. Nazista [regime que prega a superioridade da raça ariana e foi responsável pelo extermínio de judeus na 2ª Guerra Mundial], eu não sou", disse. Questionado se propaga ideias apenas contra judeus, ele disse que não conhece nenhum. "Como posso ser contra quem não conheço?" Apesar disso, ele reconheceu ter enviado a seguinte frase por e-mail: **"Peço a ajuda de vocês, pessoas intrinsecamente envolvidas com a causa nacional-socialista no Brasil, para pensarmos, juntos, uma maneira eficaz de deter esses odiosos vermes judeus"**. Foi um exagero da minha parte, um erro", disse ele à Folha. Quanto ao partido ao qual se refere, ele disse ser apenas um grupo que discute a 2ª Guerra Mundial, analisando mais o papel da Itália do que o da Alemanha e que defende o Estado Novo, de Getúlio Vargas (1937-45). "Pode pôr aí que sou fã do Estado Novo. Só isso. Essa história toda vai se resolver internamente na UFRGS", disse ele. O procurador-geral da UFRGS, Armando Pitrez, disse cogitar a possibilidade de, após a sindicância, o aluno ser expulso, além de processado por crime - o caso seria levado ao Ministério Público.

- 14/06/2005 A 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais condenou uma psicóloga de Ituiutaba (MG) a pagar indenização no valor de R\$ 3.000 a uma auxiliar de enfermagem a quem disse, de acordo com o processo, insultos de teor racista. O caso começou quando, sentindo-se mal, a psicóloga deu entrada no pronto-socorro municipal em novembro de 2002. Segundo o tribunal, depois de ser atendida por uma médica de plantão, ela foi encaminhada à auxiliar de enfermagem para a aplicação do medicamento indicado pela médica. Disse então, ainda segundo o processo, que **"não seria medicada por uma preta, vagabunda"**. A psicóloga teria ofendido ainda a médica que a atendeu e o subtenente da Polícia Militar que registrava a ocorrência, a pedido da auxiliar, após o episódio. A psicóloga negou todas as acusações e afirmou que só foi atendida depois que seu marido chamou a polícia. O incidente, segundo ela, seria uma forma de justificar a falta de atendimento na unidade. Entretanto, para os desembargadores que julgaram o caso, "ficou caracterizada a conduta abominável da psicóloga, ao pretender menosprezar a auxiliar de enfermagem, fazendo referência à sua cor em uma atitude racista, que a toda evidência merece repulsa".
- "Não seria medicada por uma preta, vagabunda"**.

- 22/06/2005 Um jornal editado por integrantes da chapa Escória, que estava na direção do Centro Acadêmico XI de Agosto na Faculdade de Direito da USP, localizada no largo de São Francisco, foi criticado por conter piadas de teor racista e homofóbico. O jornal trazia frases como **"a escravidão como salvação dos negros africanos"** como parte de um conjunto de proposições logicamente impossíveis. O diretor do centro acadêmico, Fernando Borges, 21, alegou que a publicação não era vinculada à gestão do centro acadêmico e que o centro "repudia veementemente qualquer iniciativa de cunho discriminatório". "Foram membros da chapa, não do

centro acadêmico, e essas pessoas já se retrataram publicamente", acrescentou ele. Nos corredores da faculdade havia cartas e notas assinadas por alunos negros e pela direção do centro repudiando a discriminação racial. Também um comunicado de retratação feito pelos responsáveis pela publicação. Algumas ONGs, como a Educafro, que luta pela inclusão de negros no ensino superior, viram no fato o reflexo da desinformação de alunos sobre a questão racial. "As piadas acabam gerando um pensamento. Foi um comportamento ingênuo, mas a universidade deve discutir a questão do negro dentro de seus quadros", disse Thiago Tobias, 25, assessor de políticas públicas da ONG.

O diretor da Faculdade de Direito da USP, Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi, declarou em comunicado oficial que sobre "frases de suposto caráter racista, lançadas isoladamente por alguns alunos em jornal estudantil, tornamos público que a instituição repudia veementemente todos os tipos de forma de racismo e discriminação. Como é notório, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco sempre teve, tem e terá como um de seus maiores objetivos a promoção e a proteção dos Direitos Humanos". O Movimento dos Sem Universidades (MSU) organizaria um protesto em frente a Faculdade de Direito da USP contra a publicação. "O movimento irá defender o fim do racismo e da exclusão na USP", disse Sérgio Custódio, coordenador do Movimento. O MSU prestaria também uma queixa-crime contra os autores da publicação.

29/06/2005 O Ministério Público de SP denunciou o jovem Leonardo Viana da Silva, 20, pelo crime de racismo. Segundo o promotor Christiano Santos, o jovem utilizou o Orkut para praticar ofensas a negros. O promotor declarou: "Nos outros casos que envolviam o Orkut, as pessoas diziam que era brincadeira. Ele assume não gostar de negros." Silva alegou estar sendo julgado por sua "liberdade de expressão".

No dia 07/07/2005, foi noticiado que a denúncia de racismo havia sido rejeitada pela Justiça. A Justiça determinou que fosse instaurado inquérito policial para apurar o caso - já que a denúncia não tinha o número necessário de provas - e que fossem retiradas do Orkut três comunidades com conteúdo racista.

No dia 02/05/2011, a Folha publicou que Leonardo havia sido condenado pelo crime de racismo. Uma das testemunhas do processo foi o promotor Christiano Jorge Santos, que havia oferecido a primeira denúncia, anteriormente rejeitada. A pena, de dois anos de prisão, foi substituída pelo mesmo período de serviços comunitários mais multa. O réu poderia apelar.

05/07/2005 O vendedor Reginaldo de Lima, 37, foi preso em sua residência na zona sul de São Paulo, autuado em flagrante sob a acusação de fazer apologia ao nazismo. Em sua casa foram apreendidos livros, filmes, medalhas, selos, carteiras de trabalho alemãs, suásticas e CDs sobre nazismo. A delegada Margarete Barreto, do departamento de proteção à pessoa do Gradi (Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância) e responsável pelo caso alegou: "Não esperávamos encontrar tanto material. Ele também vendia e comprava alguns itens pela internet". Segundo a polícia, Lima era dono de um site na internet com conteúdo nazista que foi hospedado por um provedor argentino porque nenhum provedor brasileiro quis hospedá-lo. Segundo Barreto: "Ele [Lima] procurou por lugares onde a divulgação de material nazista não é considerada crime". Lima negou as acusações: "O que está ali é uma visão pura, sem distorção ou juízo de valor sobre o assunto. Nunca imaginei que teria problema com isso". Disse ainda: "Eu não quis

pende para nenhum lado, fiz um trabalho neutro". Na página inicial, uma nota de Lima diz que o site pretende ser apenas uma fonte alternativa de pesquisa e que "repudia qualquer forma de nazismo".

- 19/07/2005 Salvador Hugo Palaia, diretor de futebol do Palmeiras, fez um ataque àqueles que se opuseram à contratação de Leão pelo clube dizendo que "a gente já teve a turma do amendoim, agora tem a **turma do quibe**". Mustafá Contursi, ex-presidente palmeirense e indiretamente atingido pelo comentário, considerou as declarações racistas, "deploráveis e preconceituosas" e comentou ser "lamentável" o retorno do preconceito ao Palmeiras, lembrando que em sua gestão, da qual Palaia fez parte na função de diretor financeiro, chegaram a chamar sua equipe de "turma do turco". O caso seria levado ao Conselho Deliberativo - do qual Contursi é presidente. Além de confidenciar que tomaria ações contra Palaia, Mustafá acusou o departamento de futebol de tentar usá-lo como bode expiatório pela má fase que o clube estaria atravessando.
- 20/07/2005 A polícia do Rio estava investigando suposto caso de racismo que teria acontecido no Botafogo Praia Shopping entre o segurança Dúlio Rangel Santana e a gerente de vendas Cláudia Mendonça de Azevedo. A discussão teria começado após o segurança ter reclamado que a gerente estava com a perna em cima de uma cadeira na praça de alimentação. Ela teria dirigido ofensas racistas ao segurança como "**Só poderia ser preto**". A versão de Azevedo é diferente: ela teria dito que a perna era "mais limpa do que muita bunda", ao que ele teria respondido "só se for a sua", ela rebateu: "**Só se for da sua cor**". Segundo o delegado Carlos Augusto Pinto, o caso foi registrado como injúria racial.
- 24/07/2005 O Ministério Público do Trabalho concluiu uma investigação sobre o quantitativo de trabalhadores negros nos cinco maiores bancos privados do Distrito Federal e constatou que existia uma enorme diferença entre a composição étnica da população e a composição étnica dos trabalhadores destas instituições. Além disso, os dados também mostraram uma discriminação sutil que derrubou o argumento corrente de que haveria poucos negros em cargos de chefia porque esse segmento de trabalhadores tem uma formação acadêmica inferior: segundo o relatório, há casos nos quais empregados negros e brancos têm qualificação acadêmica em patamares semelhantes, mas nem sempre isso implica uma maior mobilidade profissional. O mesmo levantamento foi feito nos quatro maiores bancos privados de São Paulo (Bradesco, Real ABN Amro, Itaú e HSBC) e as conclusões foram similares. O Ministério revelou processaria estas entidades. De acordo com o procurador do Trabalho em exercício Otávio Brito Lopes, os objetivos do MPS, que criou o Programa de Oportunidade no Mercado de Trabalho, são: promover a admissão de um número maior de negros, aproximar as médias salariais de brancos e negros e criar critérios de ascensão profissional mais transparentes. Apesar de confirmarem o baixo número de trabalhadores negros, os representantes do Banco Real, do Itaú, do HSBC e do Bradesco se defendem das acusações de racismo, afirmando que esta diferença não era fruto de um processo de discriminação, mas de um problema social devido ao baixo volume de mão-de-obra negra disponível no mercado com a qualificação exigida pelos bancos. No dia 18/11/2006, a Folha publicou que os bancos estariam mostrando boa vontade e, havendo possibilidade de solução negociada, não seriam ajuizadas ações por discriminação contra eles, de acordo com Brito Lopes. "Vamos

acompanhar o andamento das ações afirmativas que os bancos estão adotando", disse o vice-procurador-geral do trabalho. Humberto Adami, presidente da Iara (Instituto de Advocacia Racial e Ambiental), diretor da FNADV (Federação Nacional dos Advogados) e autor da representação que levou o MPT a abrir o inquérito alegou que as ações tomadas pelos bancos não eram suficientes: "A mobilização poderia ter sido feita na fase de inquérito. A Procuradoria tinha metas, mas não conseguiu impô-las aos bancos. Sou o primeiro a aplaudir as ações afirmativas, mas o que os bancos estão fazendo é pouco. Apenas recrutam alguns estagiários. E apenas em São Paulo." Adami protocolou um pedido para que a Organização Internacional do Trabalho acompanhe a suspensão das ações ajuizadas. Para Mário Sergio Vasconcelos, diretor de relações institucionais da Febraban, "pendengas judiciais" favoreceriam pouco aos negros. "Discriminação nos tribunais não resolve questão de inclusão de negros no mercado", disse, ressaltando que a entidade vem realizando reuniões com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. "Além disso, estamos firmando parcerias e estabelecendo um programa de ação conjunta. Vamos partir para uma coisa mais forte [que o recrutamento de estagiários negros], de maior profundidade", disse, sem detalhar o tipo de iniciativa que cogita.

- 26/08/2005 Quatro skinheads presos sob acusação de agredir três judeus em Porto Alegre (RS) em maio foram soltos no dia 25/08/2005. Segundo a polícia, outros quatro jovens cujas identidades não foram reveladas confessaram a autoria dos espancamentos dos jovens, que ficaram mais de uma semana internados, e foram detidos. A família dos rapazes soltos acionaria o Estado na Justiça.
- 19/09/2005 A ex-vereadora Tita Dias entrou em conflito com militantes durante eleição da nova direção do PT em Pirituba, zona norte de São Paulo, após denunciar a prática de compra de voto e de voto de cabresto. Depois do tumulto, Tita foi à delegacia e disse que foi agredida e teve sua câmera roubada, mas conseguiu recuperá-la. Identificou Sônia Maria, assessora do deputado Ítalo Cardoso, entre os agressores. Já Sônia Maria acusou Tita de racismo.
- 22/09/2005 O presidente do Ibafe (Instituto Brasil e África), Saul Dorval da Silva, 37, e a presidente do Ipad (Instituto de Estudos da Afrodescendência), a socióloga Marcilene Garcia de Souza, 29, protocolaram no dia 20/09/2005 no Ministério Público o pedido de investigação sobre adesivos com mensagens racistas que apareceram no centro histórico de Curitiba. Os adesivos traziam impressos os se dizeres "**Mistura racial? Não, obrigado**" e eram assinados por um grupo intitulado Orgulho Branco. Em menor quantidade, havia também adesivos com mensagens homofóbicas como "Homossexuais molestam crianças" e "Homossexualismo é uma afronta às leis da natureza", cuja autoria foi assumida por um grupo denominado Frente Anti-Caos. Mais de 50 adesivos foram colados em equipamentos públicos. Saul e Marcilene também fizeram um pedido à Procuradoria Geral da República em Brasília para que amplie a investigação com o intuito de saber se o grupo racista atua somente em Curitiba ou tem ramificações pelo país; foi aberto um "procedimento criminal" para apurar a denúncia. Marcilene disse acreditar que a panfletagem é reflexo de avanços que os negros obtiveram no Paraná por meio de ações afirmativas como a reserva de vagas na UFPR (Universidade Federal do Paraná) e nas instituições estaduais. "Historicamente, em Curitiba, houve uma negação da cultura negra (...) e agora mudou a face do pátio da universidade [federal]." Os procuradores

federais que acompanhavam o caso não quiseram comentar o assunto.

No dia 24/09/2005, foi noticiado que a Polícia Civil do Paraná e o Ministério Público Federal estavam realizando investigação para chegar aos autores da panfletagem. A Polícia também estava procurando identificar a gráfica onde os adesivos teriam sido impressos.

No dia 27/10/2005, foi noticiada a prisão, pela Polícia Civil, de seis ativistas suspeitos de liderar o grupo dos skinheads responsável pelos adesivos. Eles também são apontados como responsáveis pela tentativa de homicídio de um homossexual. O professor de jiu-jitsu Eduardo Toniolo Del Segue, 25, conhecido por Brasil, e sua esposa Edwiges Francis Barroso, que adota o nome de Franciele Del Segue, ou apenas Fran, 26, são apontados pelo delegado Marcus Vinicius Michelotto como os líderes dos ativistas do neonazismo em Curitiba e foram reconhecidos por um homossexual como seus agressores. Outros acusados são Estela Herman Heise, 20, Fernanda Keli Sens, 24, Bruno Paese Fader, 20 - namorado de Heise -, André Lipnharski, 25, e Drahomiro Michel, 28. Quatro adolescentes que faziam parte do grupo foram também detidos e encaminhados para a delegacia especializada. Segundo o delegado, eles iriam responder a inquéritos por tentativa de homicídio, apologia ao nazismo e formação de quadrilha. Nas casas visitadas, a polícia recolheu material literário de apologia nazista, bandeiras, desenhos de Adolf Hitler, cassetetes, punhais e peças do uniforme de soldados alemães na Segunda Guerra Mundial, além de dezenas de fotos em que o grupo aparece fazendo poses em frente à bandeira nazista ou saudando Hitler, no gesto do braço estendido à frente do corpo. Há fotos, inclusive, das duas crianças dos Del Segue fazendo esse gesto. O delegado afirmou que esperava prender mais três pessoas que comporiam o grupo de cinco pessoas que foi responsabilizado pela agressão do homossexual. A acusada Fran Del Segue disse que "prenderam as pessoas erradas". "Há muitos grupos em Curitiba [de skinheads]. Pelo menos 50, ativos, violentos e que querem carnificina. Não posso responder por eles", afirmou ela. Sobre a apreensão de material de apologia ao nazismo em casa, disse: "Vocês não são a favor da liberdade de expressão? Qual o problema em fazer saudação nazista? Estão espantados com o quê? A gente ensina o que quiser para os filhos". Ela também prometeu entregar à polícia o rapaz que teria acertado o homossexual com a tesourada na barriga. Antes de ser perfurado, ele foi violentamente espancado por um grupo. "Sou pai de família, não sei de violência nenhuma", disse Eduardo Del Segue. Estela Herman Heise também falou com os jornalistas: "Na minha casa eles não encontraram nada que possa justificar essas algemas." Contra ela, a polícia apresentou apenas fotos, como uma em que a estudante exibe tatuagens de símbolos nazistas.

- 26/10/2005 O Superior Tribunal de Justiça Desportiva ofereceria nessa data uma denúncia contra o Juventude em função do comportamento de sua torcida durante uma partida contra o Internacional ocorrida no dia 22/10. O árbitro Alício Pena Júnior relatou na súmula do jogo que, nos momentos em que o volante negro Tinga tocava na bola, a torcida do Juventude imitava macacos. Na súmula constava: "A torcida do Juventude localizada nas gerais imitava um macaco todas as vezes que o atleta (...) Tinga tocava na bola". O clube reconhece as ofensas, mas nega seu conteúdo racial. Segundo Walter Dal Zotto Júnior, presidente do clube: "Foi um episódio isolado, de uma meia dúzia de torcedores, que se manifestaram depois de o jogador do Internacional fazer uma falta sobre um atleta de nosso time". Ele acrescenta: "Quero que provem que foi todas as vezes. Quando o problema começou, o árbitro parou a partida e ameaçou relatar o incidente na súmula.

Imediatamente acionamos o sistema de som do estádio para orientar o fim daquela atitude lamentável, o que foi atendido pelos torcedores no ato". "É complicado responsabilizar o clube por uma atitude de poucos torcedores. É difícil coibir a ação de um grupo isolado. Desse jeito, daqui a pouco um torcedor xinga a mãe de um juiz e o caso vai para o tribunal..." alegou o dirigente de Caxias do Sul. Walter mencionou que, após a partida, Tinga foi entrevistado por emissoras de rádio e considerou o comportamento dos torcedores "normal". Ele argumenta também que a torcida do Juventude não é racista: "Ganhamos a Copa do Brasil [em 1999] com o técnico Walmir Loruz, que é negro".

Em 09/02/2006, a Folha noticiou que o Juventude havia sido condenado à perda de mando de dois jogos e recebido multa de R\$ 200 mil por conta das manifestações racistas.

27/10/2005 A Polícia Civil do Distrito Federal identificou, no dia 26/10, três pessoas acusadas de elaborar e mandar confeccionar cartazes que foram espalhados por Brasília no dia 25 nos quais o presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), aparece em uma fotomontagem vestindo um uniforme de Hitler. Os três são vinculados ao PT e foram indiciados por racismo. Um dos acusados, Avel Alencar, 42, é diretor jurídico do Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados do Distrito Federal e filiado ao PT desde 1993. O sindicato é vinculado à CUT. Ele assumiu a autoria dos cartazes. "Ninguém tem nada a ver com isso, muito menos o ministro Luiz Marinho (Trabalho)", disse Alencar, negando a acusação ao ministro promovida pelo PSDB e pelo PFL. Marinho também negou a acusação. Avel disse que pagou pela confecção de 3.000 cartazes com um cheque pessoal no valor de R\$1.060. Quem fez o pedido à gráfica foi o irmão de Avel, Abelmar Alencar. Já o leiaute dos cartazes foi desenvolvido por Marcos Wilson, um funcionário da liderança do PT na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Erika Kokay, líder do PT na Câmara brasiliense, disse no dia 26 ao blog de Josias de Souza que "o partido não tem responsabilidade" pelo episódio. O funcionário agiu "como cidadão", disse ela. "Terá de responder pelo seu ato." A polícia também identificou a gráfica onde foram feitos os cartazes. O pedido da encomenda dos cartazes estava no nome da Escola de Formação de Trabalhadores de Informática, vinculada ao sindicato dirigido por Avel. Ninguém foi preso, pois não houve flagrante. Todos iriam responder em liberdade. "Não vou perdoar criminosos e quero que a lei seja cumprida", discursou Bornhausen na tribuna do Senado no dia 26. "Não vou permitir que meus 38 anos de vida pública sejam achincalhados", disse, além de tentar vincular a propaganda à suposta prática de corrupção no governo federal. "Tenho certeza de que cartazes desta natureza não vêm do bolso de ninguém, mas, sim, de dinheiro sujo", afirmou o senador. Bornhausen recebeu apoio de seus pares, incluindo membros do governo. O presidente do PT do Distrito Federal, Chico Vigilante, disse que o partido tem 25 mil filiados e não tem condições de controlar todos seus militantes. Vigilante afirmou que o PT não mandou fazer os cartazes e declarou: "Não usamos dos métodos que Bornhausen usa ao esconder o símbolo do PFL da propaganda de TV que ataca a honra do presidente Lula", disse, referindo-se à propaganda política do PFL. Para Chico Vigilante, "foi ele [Bornhausen] quem começou esta guerra". O petista declarou que, "ao dizer que esta raça, em referência ao PT, tinha de ser varrida, ele instigou o racismo". A CUT (Central Única dos Trabalhadores) do Distrito Federal condenou a ação. "Não fazemos cartazes apócrifos", afirmou João Lopes, diretor de política sindical da entidade. Ele observou que os sindicatos filiados à central são

autônomos e que, se comprovada sua participação em alguma irregularidade, devem responder por isso.

No dia 31/01/2006, a Folha noticiou que o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) havia entrado com uma queixa-crime contra o sociólogo e cientista político Emir Sader, professor do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que, em artigo publicado em 28/08/2005 na agência de notícias "Carta Maior", escreveu: "O senador Jorge Bornhausen é das pessoas mais repulsivas da burguesia brasileira. Banqueiro, direitista, adepto das ditaduras militares (...) revela agora todo o seu racismo e seu ódio ao povo brasileiro com essa frase, que saiu do fundo da sua alma - recheada de lucros bancários e ressentimentos". Ele teria defendido ainda que Bornhausen fosse processado por discriminação e racismo, e acusado o senador de atitude fascista. O artigo de Sader foi motivado por uma declaração de Bornhausen feita em agosto de 2005, a mesma que teria motivado a confecção de cartazes em que o senador aparece vestido de Hitler. (Ver caso do dia 27/10/2005.) Ao se referir ao PT, o senador afirmou: "Estou é encantado porque a gente vai se ver livre desta raça por, pelo menos, 30 anos". Na ação, Bornhausen diz que Sader fez uma "deturpação maldosa" de sua frase.

Em 02/11/2006, foi noticiado que Sader havia sido condenado por crime de injúria à pena de um ano de detenção em regime inicial aberto, substituída por serviços à comunidade, já que o réu o sociólogo era primário. A sentença dizia ainda que ele deveria deixar o cargo público na universidade. Disse o juiz auxiliar da 22ª Vara Criminal de São Paulo, Rodrigo César Muller Valente, responsável pela condenação: "Inegável, pois, que o artigo de autoria do querelado conteve ofensa à dignidade e decoro do querelante". E ainda: "Ao adjetivar um senador da República de 'racista', esqueceu-se o réu de todos os honrados cidadãos catarinenses que através do exercício democrático do voto o elegeram como legítimo representante em nossa República Federativa. Trata-se, pois, de conduta gravíssima, que de modo algum haveria de passar despercebida, principalmente porque partiu de alguém que, como profissional vinculado a uma universidade pública, jamais poderia se valer de um meio de comunicação de grande alcance na universidade em que atua para divulgar ilícito penal". Sader informou que iria recorrer. Segundo a UERJ, o professor permaneceria no cargo.

04/11/2005 O meia do Flamengo Renato foi vítima de racismo durante uma partida de futebol contra o Palmeiras. Após a vitória do clube carioca, o meia disse ter sido chamado de "**macaco**" pela torcida adversária.

No dia 05, a Folha publicou que procuradoria do STJD investigaria o caso. Paulo Marcos Schimitt, procurador do tribunal, afirmou ontem que pediria fitas da vitória do Flamengo sobre o Palmeiras no dia 03 no Parque Antarctica. "Quero ver se há provas de racismo", declarou ele. A pedido do clube carioca, o árbitro Antônio Hora Filho registrou na súmula que, após o jogo, quando foi celebrar o triunfo junto à sua torcida, o meia Renato foi alvo de imitações de macaco por parte da torcida palmeirense. No texto, porém, ele atesta que não observou tais manifestações.

10/12/2005 O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Campinas, Djalma Lacerda, foi condenado a uma pena de dois anos e um mês de reclusão pelos crimes de injúria e calúnia motivados por ato de racismo. O caso ocorreu no Rio Grande do Sul. Lacerda teria chamado o delegado da Polícia Federal de Foz do Iguaçu Adriano Santana de "**negrão**", em 1999. O processo foi instaurado em 2000. Segundo o advogado de Lacerda, José

Roberto Batochio, a pena de prisão teria sido substituída pelo pagamento de 30 salários mínimos, informação não confirmada pela Justiça Federal do Paraná que preferiu não divulgar o teor do processo até que houvesse uma sentença final sobre o caso.

- 16/12/2005 A gravadora Sony Music foi condenada no dia 15/12 pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio a pagar R\$ 300 mil de indenização por danos morais a entidades de combate à discriminação racial. O valor equivale ao que foi arrecadado com a divulgação de "Veja os Cabelos Dela", cantada por Francisco Everardo Oliveira Silva, o Tiririca. Segundo desembargadores que avaliaram o caso, a letra é ofensiva à mulher negra ("Veja os cabelos dela, parece Bombril de ariar panela/ A sua catinga quase me desmaiou. Olha, eu não aguento o seu fedor"). A Sony recorreu.  
No dia 31/03/2011, a Folha noticiou que o Tribunal de Justiça do Rio havia mantido decisão que condena a gravadora Sony Music no dia 29. A decisão confirmou a sentença de 2004. A Câmara determinou a correção monetária retroativa desde 1997, quando o processo foi ajuizado. A gravadora, com quem Tiririca não tinha mais contrato, disse que iria recorrer da decisão.  
No dia 17/12/2011, a notícia foi que a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio recusou o recurso impetrado pela gravadora em março de 2011. Segundo as partes, não cabem mais recursos. A indenização, que deve ser destinada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, administrado pelo Ministério da Justiça, foi calculada a partir do lucro com as vendas do disco. O valor era de cerca de R\$ 1,2 milhão, na decisão de março, mas segundo Humberto Adami, advogado dos autores da ação, aumentará, pois será calculado novamente, acrescido da correção dos nove meses que decorreram desde então.
- 04/01/2006 O atacante brasileiro do América Kléber, que é negro, foi ofendido com insultos racistas pela torcida do Dorados, em Culiacán, México, em partida realizada no dia 02/01.
- 09/02/2006 O time Florianópolis de vôlei preparou uma campanha contra o preconceito. A campanha começaria nessa data, durante o jogo contra o Campinas. O time resolveu se manifestar após seu jogador Dirceu ter sido supostamente chamado de "**macaco**", "**película**" (como os sulistas chamam o insulfilm) e "**negrão**" pela torcida do Bento Gonçalves durante partida que aconteceu no dia 04/02. Após o jogo, quando parou perto da arquibancada, o atacante teria também levado um tapa na cabeça, o que gerou confusão entre atletas do time, torcedores e dirigentes. Dirigentes e jogadores do Florianópolis não procuraram os juizes para reclamar de racismo: "Não tinha o que reclamar. O que o árbitro pode fazer, mandar a torcida se calar?", disse Marcelo Vanzeloti, presidente do clube. Foi feito boletim de ocorrência, mas o presidente preferiu que o atleta não registrasse queixa por racismo: "Não quero que ninguém vá para a cadeia." Os dirigentes do Bento divulgaram uma nota oficial negando atitudes racistas da torcida.  
No dia 09/02/2011, a Folha divulgou que a polêmica havia acabado em pizza: o time gaúcho não sofreu sanção; já Dirceu foi julgado no STJD pelo tumulto, mas foi absolvido.
- 01/03/2006 Onze jovens - sendo seis menores - foram autuados em flagrante na tarde do dia 27/02, em Marechal Hermes (zona norte do Rio) por apologia ao crime de racismo. Policiais surpreenderam o grupo apelidado de "Vulcão", que brincava o Carnaval na rua, exibindo fantasias decoradas com imagens de

Hitler e com suásticas.

06/03/2006 O gesto do zagueiro Antônio Carlos, ex-seleção brasileira, apontando para o braço ao sair de campo após ter sido expulso no jogo entre Grêmio e Juventude, foi interpretado por gremistas como demonstração de racismo contra o volante negro Jeovânio. Após o jogo, Antônio Carlos, 37, afirmou que alisava o braço porque corria sangue. Câmeras de TV não mostraram sangramento. Jeovânio disse não ter visto o momento em que o zagueiro do Juventude saía de campo: "Fiquei sabendo só no vestiário. Se ele fez, é uma pena. Um jogador experiente e com tantos títulos conquistados deveria pensar mais ao fazer um gesto desses." Antônio Carlos acertou cotovelada em Jeovânio e recebeu cartão vermelho. Depois, roçou um dedo sobre o braço, dando a entender que mostrava a cor da pele. Antônio Carlos seria julgado por racismo pelo TJD da Federação Gaúcha. E o Ministério Público gaúcho requisitaria as imagens da TV para analisar o caso.

No dia 07/03/2006, foi publicado o pedido de desculpas de Antônio Carlos pelos xingamentos. Ele voltou a negar, no entanto, que o sinal feito tenha tido uma conotação racista. "Eu não lembro se fiz aquilo no lado direito ou no esquerdo. Do lado direito, eu estava com um corte no braço. [Se foi no esquerdo], foi na hora que eu falei para o lateral [do Grêmio, Patrício] que minha pele já foi de vários clubes grandes." De acordo com o zagueiro, o rival teria dito que ele atuava por um "timinho". O ex-zagueiro da seleção brasileira diz não recordar o que disse ao volante, pois estava revoltado com a derrota por 2 a 0 - o jogo acabou 2 a 1. "Na hora, você está nervoso e nem pensa naquilo que você fala. E devo ter falado a palavra "macaco". Eu não vi na televisão. Mas sei que saiu um monte de palavrão. Se falei, o que posso fazer é me desculpar." Antônio Carlos diz estar "arrasado". "Não dormi à noite e já chorei muito. Meus melhores amigos são negros, como o Cléber, o César Sampaio, que me ligaram hoje [ontem], o Aldair, o Cafu, o Rincón. Todos sabem que não sou racista. Tenho empregados da raça negra que me adoram e que eu adoro muito."

No dia 08/03/2006, a notícia foi de que no dia anterior Antônio Carlos havia sido suspenso por 60 dias pelo TJD (Tribunal de Justiça Desportiva) do Rio Grande do Sul. A decisão tinha caráter provisório, já que o julgamento do atleta ocorreria somente na semana seguinte.

No dia 17/03/2006, foi divulgado o resultado do julgamento pelo TJD-RS: Antônio Carlos foi condenado a 120 dias de suspensão e mais quatro jogos. A condenação ocorreu com base nos artigos 253 e 258 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, respectivamente agressão física e atitude antidesportiva, informou a Federação Gaúcha de Futebol. O procurador do TJD gaúcho Alberto Franco, que apresentou a denúncia contra Antônio Carlos, disse que iria recorrer. "Respeitamos a decisão, mas não concordamos e iremos recorrer. A capitulação não foi aquela que nós pedimos. Havíamos pedido por ofensas morais, e eles entenderam que houve uma conduta desrespeitosa." O jogador tinha sido denunciado também no artigo 187 (ofensa moral), mas a acusação foi desclassificada para o artigo 258.

No dia 13/04/2006 foi noticiada a decisão do Ministério Público de processar Antônio Carlos. O ministério aceitaria negociar, mas fez exigências para não abrir o processo: uma delas era a colaboração em trabalhos de assistência social.

- 19/03/2006 João Rodrigues (PFL), prefeito de Chapecó, Santa Catarina, foi condenado por prática de racismo contra indígenas por declarações dadas em 1999 no programa que comandava, o SBT Verdade, e terá de prestar serviços à comunidade por dois anos, pagar multa de dez salários mínimos e um salário mínimo mensal a entidades pelo período da pena revestidas às vítimas ou a entidade assistencial. A sentença foi dada pelo Superior Tribunal Federal. Segundo o Ministério Público Federal, ele proferiu palavras desonrosas à dignidade e à reputação dos índios. Além disso, incitou à prática de abuso de autoridade contra eles por meio da polícia local. Segundo o processo, ele disse na ocasião que **"a indiaiada dificulta o processo (...), não é chegada ao serviço"** e que **"índio tem terra, mas não planta. É mais fácil roubar"**. Para o desembargador federal Paulo Afonso Brum Vaz, relator do processo, o estilo de vida "primitivo" dos índios não deve ser visto como uma demonstração de preguiça ou desinteresse pelo trabalho, mas como uma cultura, que deve ser protegida. Todos os desembargadores da 4ª seção acompanharam o voto do relator. Segundo Rodrigues, "Foi uma decisão equivocada. O que eu fiz foi denunciar um estupro praticado por um cacique numa aldeia. Denunciei invasões de terra particulares por alguns indígenas, sequestros, torturas, roubos, ameaças." Segundo ele, no entanto, não houve generalização. "É que no processo não há a imagem da televisão. Eu pontualizava aquilo que aparecia na tela. Aqui tem vagabundo, aqui tem bandido."
- "Índio tem terra, mas não planta. É mais fácil roubar".**
- 14/06/2006 O Ministério Público da Bahia abriu uma investigação sobre o possível conteúdo racista da novela *Sinhá Moça da Rede Globo*. Segundo o promotor Almiro Sena Soares Filho "a novela é questionável. Aquilo não é bem a história do negro brasileiro, é uma história deturpadíssima, que omite os quilombos e as revoltas lideradas por negros", diz Soares Filho. "Tudo indica que a novela é racista, ainda que o autor não tenha tido a intenção." Ainda que a emissora tenha alegado que *Sinhá Moça* é uma obra literária, Soares Filho afirmou: "Não se pode abordar um fato desses [300 anos de escravidão] sem responsabilidade histórica." A Rede Globo enviou carta ao MPE da Bahia defendendo-se das acusações: "O caminho dos negros é longo, árduo e penoso, mas a liberdade lhes aguarda no fim, tal qual aconteceu na história do Brasil"; e afirmou também que o objetivo da novela era entreter, educar e informar.
- No dia 18/06/2008, a Folha publicou que, em sentença publicada no dia 05/06, o juiz Argemiro de Azevedo Dutra, da 3ª Vara Cível de Salvador, inocentou a Globo de acusação de racismo. Em sua defesa, a Globo afirmou que a novela era uma obra de ficção, baseada em livro publicado há mais de 50 anos, e que não se via obrigada a fazer "abordagem real dos fatos históricos", pois isso seria um documentário. Penalizá-la seria contra o princípio constitucional da liberdade de expressão e criação. O juiz Dutra acatou integralmente a defesa da Globo.

18/09/2006 Torcedores do time alemão Alemannia Aachen entoaram cânticos racistas para o jogador brasileiro Kahê que jogava pelo Borussia Mönchengladbach em partida do Campeonato Alemão. O juiz Michael Weiner parou o jogo e anunciou no alto-falante que encerraria a partida caso os insultos continuassem. "A decisão de Weiner foi completamente acertada. Racismo é algo que não pertence a um estádio de futebol. Por isso os árbitros foram instruídos a não tolerar mais manchas como essa", afirmou Volker Roth, responsável pela arbitragem na Alemanha. Em entrevista a Folha, Kahê contou que foi a primeira vez que recebeu um insulto racista e diz que a Fifa e a Bundesliga deveriam punir, mas não só na parte financeira; deveriam tirar pontos e mando.

No dia 28/09, foi noticiada a decisão da Federação Alemã de Futebol de punir o Alemannia Aachen com multa de US\$ 63,5 mil pelas ofensas racistas contra o brasileiro Kahê. Já o Borussia Mönchengladbach teria de pagar US\$ 24 mil.

22/09/2006 Palmyra Medeiros Rocha, 70, foi condenada pelo 5º Juizado Especial Cível do Rio de Janeiro a pagar uma indenização por danos morais a Maria José Menna Barreto, 64, após invadir a festa de Natal da família de Maria José, acompanhada de sua filha Denise Medeiros Rocha (de idade desconhecida). A ré foi condenada a pagar 14 mil reais (40 salários mínimos). É a indenização máxima nesse tipo de juizado, conhecido como de "pequenas causas". A festa acontecia no prédio onde moram Maria José e Palmyra. Palmyra e Denise invadiram o salão de festas, e soltaram um cão que seria da raça weimaraner. A mãe gritava "Acaba essa festa! Fora, fora!", contaram testemunhas. Com a corda da coleira, a filha chicoteou chão, móveis e paredes. Berrou para o genro da anfitriã, o vendedor Cláudio Costa Ferreira, 40: "**Negro safado! O seu lugar não é aqui, é na senzala! Tem é que voltar para a senzala!**". Cláudio alegou estar preparando ações criminal e indenizatória contra as mulheres. À Justiça, Palmyra Rocha afirmou que não teve participação nos fatos mencionados, mas "que a sua atuação no episódio foi a de, tão-somente, retirar a filha do salão de festas do condomínio". Sua versão é a de que sua filha é "portadora de doença incurável e que gera atitudes que deixam a mãe em total desconforto". A contestação não esclarece qual seria a doença da filha. Testemunhas, no entanto, disseram que a mãe ria e bradava "é isso mesmo" a cada impropério pronunciado por Denise. Como a autora da ação não encontrou o endereço de Denise Rocha, decidiu ingressar com processo contra a mãe. As provas, diz a juíza Luciana Santos Teixeira, não deixam "dúvidas de que a ré apoiou, participou e incentivou as ações da filha. (...) Por meio de atos humilhantes e racistas, a ré agrediu a honra e dignidade da autora, desrespeitando seus fundamentais direitos".

**"Negro safado! O seu lugar não é aqui, é na senzala! Tem é que voltar para a senzala!"**.

24/10/2006 Um grupo foi preso em flagrante nas imediações da Vila Mariana, São Paulo, enquanto espalhava cartazes de conteúdo racista sobre as cotas para afrodescendentes em universidades públicas. Os três homens que colavam os cartazes foram presos e indiciados por crime de racismo. Os cartazes, que foram impressos do site do grupo White Power (Poder Branco) São Paulo, diziam: **"Vestibulando branco. Hoje eles roubam sua vaga nas universidades públicas. E chamam isso de direitos iguais. Se você não agir agora, quem nos garante que eles não roubarão vagas nos concursos públicos? Devemos assegurar a existência de nossa raça e futuro de nossas crianças brancas"**. Também simulava uma prova de vestibular feita por um negro com respostas com erros grosseiros e o carimbo de "aprovado". O White Power São Paulo, que é investigado pelo Ministério Público desde 2004, se diz "nacional-socialista", prega a valorização da raça branca, a intolerância contra negros, judeus, nordestinos, imigrantes ilegais e homossexuais. Os presos foram o autônomo Rogerio Costa Andrade, 27, o designer Eduardo Brandão Jarussi, 26, e o vendedor Emerson de Almeida Chieri, 34. O delegado-assistente Rui Diogo da Silva, do 36º DP, do Paraíso, onde foi feita a ocorrência, investigava a possibilidade de mais pessoas estarem envolvidas com os três acusados. Eles já teriam afixado 20 dos 261 cartazes de cunho racista quando foram surpreendidos pela PM na esquina da avenida Lins de Vasconcelos com a Professor Noe Azevedo, nas proximidades da faculdade Unip e da estação de metrô Vila Mariana. Caso fique provado que os três são responsáveis pela autoria do conteúdo dos cartazes, a pena poderia aumentar. Os três negaram, em depoimento à polícia, ser racistas. Eduardo Jarussi disse à Folha que foi mal interpretado por ter exposto a sua opinião sobre aquilo que pensa em relação ao sistema de cotas para negros nas universidades públicas do país. Os três indiciados ironizaram a presença dos jornalistas na delegacia de polícia e disseram ter sido agredidos por policiais. Policiais negaram.

Em 26/10/2006 foi noticiado o deferimento do pedido de liberdade provisória de Eduardo Brandão Jarussi e de Rogério Costa Andrade. No parecer, o juiz acolheu o pedido da defesa para que os dois fossem soltos porque eles preenchem os requisitos (emprego, residência fixa e bons antecedentes) para responder a esse crime em liberdade. Já o pedido de Emerson de Almeida Chieri foi indeferido porque o acusado já tinha passagens pela polícia por roubo, furto e posse de drogas.

**"Vestibulando branco. Hoje eles roubam sua vaga nas universidades públicas. E chamam isso de direitos iguais. Se você não agir agora, quem nos garante que eles não roubarão vagas nos concursos públicos? Devemos assegurar a existência de nossa raça e futuro de nossas crianças brancas"**.

25/10/2006 Após ver sua página invadida e tirada temporariamente do ar por hackers, supostamente ligados aos movimentos White Power (Poder Branco) e Skinhead (Cabeças Raspadas), membros da Afropress - Agência Afroétnica de Notícias (www.afropress.com) - receberam ameaças de morte pelo Orkut. As mais recentes, atribuídas a neonazistas, foram deixadas na página de relacionamentos na internet do casal de jornalistas Dojival Vieira dos Santos, 50, e Dolores Medeiros, 44, responsáveis pela agência, ligada à ONG ABC Sem Racismo. **"Os skinheads estão doidos para te conhecer, sabia disso? Eles estão muito interessados nessa sua ONG, principalmente nessa política de 'discriminação positiva'"** dizia uma mensagem colocada em 21 de setembro no Orkut de Dojival. A autoria é desconhecida, pois os hackers usam identidades falsas para mandar os recados. No dia seguinte, outra mensagem ameaçadora: **"Macaco asqueroso, és tudo o que és, iremos te matar"**. O Ministério Público Federal disse ser difícil rastrear os ataques dos hackers feitos à página da ONG e as ameaças contra os responsáveis por ela no Orkut. "O motivo é simples: como a maioria dos agressores usa provedores internacionais, é complicado pedir a quebra do sigilo dos dados do responsável pela página. As leis estrangeiras são diferentes das brasileiras", diz o procurador Sergio Suiama. Segundo ele, uma das alternativas para driblar isso e chegar aos responsáveis pelo conteúdo racista dos sites seria interrogar aqueles que acabam presos pela polícia nas ruas.

**"Macaco asqueroso, és tudo o que és, iremos te matar"**.

04/11/2006 As comunidades indígenas xicrim do Cateté e Djudjekô, das cidades paraenses de Água Azul do Norte e Parauapebas, divulgaram no dia 03/11 uma nota em que acusam a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) de racismo, preconceito, autoritarismo e violência contra os índios das aldeias. "A Vale foi racista, preconceituosa, autoritária e violenta com o povo xicrim ao divulgar folhetos, difamar e caluniar os indígenas em notas e declarações na mídia, ao fechar o comércio do núcleo urbano de Carajás [onde há uma unidade da Vale] para sitiar os manifestantes sem água e comida, e ainda continua caluniando e difamando os indígenas em notas mentirosas e preconceituosas", afirma a nota. No dia 31, a CVRD anunciou o corte da verba de R\$ 9 milhões anuais às duas aldeias após uma invasão de grupos indígenas às instalações da Vale em Carajás. Segundo os indígenas, o ato foi uma manifestação pacífica, que ocorria pela renegociação das verbas repassadas pela Vale para comunidades indígenas como estava firmado em acordo e havia sido solicitado em ofício. A Vale anunciou, no entanto, que desconhecia a cláusula que previa um novo encontro. O repasse de R\$ 9 milhões por ano era feito diretamente às duas associações indígenas que administram as duas aldeias, e era a única fonte de renda dos índios. "A partir do dia 10, quando caem os últimos valores do último repasse, a situação vai ficar crítica", disse o advogado da Associação Indígena Bep-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cateté, Jorge Luís Ribeiro. Na ocasião do corte,

a Vale declarou que "não negociaria com comunidades que utilizam meios ilegais para forçar a CVRD a aceitar as exigências". Por causa dos dois dias de paralisação, a Vale deixou de embarcar 650 mil toneladas de minério, o que gerou prejuízo de cerca de 10 milhões de dólares. A assessoria da CVRD afirmou que a empresa reafirma todas as informações divulgadas sobre o caso e que aguarda decisões judiciais de ação indenizatória contra os índios e do inquérito criminal para apuração de crimes contra o patrimônio, cárcere privado, invasão de estabelecimento industrial e formação de quadrilha. Os índios negaram ter cometido esses crimes.

22/11/2006 Sob a acusação de ter chamado uma funcionária da Infraero de "**negrinha**" e de ter proferido outras ofensas no desembarque do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (Grande SP), a passageira Lucimar da Silva, 35, que chegava de Madri, foi presa em flagrante pela Polícia Federal na manhã do dia 22. De acordo com a vítima - a estagiária de turismo da Infraero Naira Liura de Oliveira, 21 - e com outras testemunhas, Lucimar tentou furar a fila da fiscalização da Receita Federal. Quando Naira pediu para que ela respeitasse a ordem, a passageira começou a gritar. Eram cerca de 10h30. Segundo os passageiros que estavam no local, ela disse diversos palavrões e começou a falar mal do Brasil. Logo depois, chamou a estagiária de "negrinha", contam os policiais. "A vítima nos chamou e levamos a passageira para prestar esclarecimentos." A versão que Lucimar deu na delegacia, segundo a polícia, é a de que fora direcionada diversas vezes para filas erradas e, assim, acabou perdendo a paciência. A passageira, que já foi 12 vezes para a Espanha, teve seu passaporte detido.

No dia 23/11/2006, a Folha noticiou que Lucimar havia obtido alvará de soltura na tarde anterior. Acusada de injúria qualificada por elemento racista, ela teve que pagar fiança de R\$ 2,5 mil para responder ao processo em liberdade.

23/12/2006 O jornalista Jonas Eduardo Santos de Souza, 35, foi morto pelo segurança do banco Itaú Natalício de Souza Marins após uma suposta briga entre os dois. O segurança responderá, em liberdade, a acusação de homicídio doloso (com intenção). A confusão começou após a entrada de Jonas Eduardo ter sido impedida na porta giratória. Segundo o vigilante, após ficar preso, ele teria se recusado a retirar os objetos de metal que portava, versão contestada por testemunhas. Após discussão, o gerente foi chamado. Jonas apresentou o cartão do banco, para provar que era cliente - correntista havia dez anos -, o que liberou sua entrada. Após chamarem o gerente, a entrada foi liberada. Ainda de acordo com depoimento de Marins, Souza o agrediu com um soco e um chute. Após os golpes, ele teria sacado a arma. Em seguida, disse ter levado um tapa em uma das mãos - não soube dizer se era a que segurava o revólver. Depois do tapa, houve o disparo. A advogada da família de Jonas, revoltada com a não detenção do vigilante, alegou que se tratava de um crime por discriminação racial. O vigilante também é negro. O coordenador-executivo da Subsecretaria de Políticas Públicas contra a Discriminação Racial, Nayt Junior, atribuiu o caso a um suposto "racismo institucional" do Itaú. O banco divulgou nota em que lamentava o caso, chamado de "uma situação completamente imprevisível". "Embora terceirizadas, as equipes de segurança nas agências são sempre treinadas para um melhor relacionamento com os clientes. O Itaú está empenhado na assistência aos envolvidos e às autoridades na investigação", dizia a nota.

- 30/12/2006 Eduardo Costa, jogador do time de futebol europeu Espanyol, foi detido por engano pela polícia em Florianópolis, confundido com um ladrão de carros, erro supostamente motivado por racismo. Incomodado com a publicidade que o episódio ganhou, Costa não quis processar os policiais.
- 29/03/2007 Um comerciante de 45 anos foi no dia 28 em flagrante em São José do Rio Preto (440 km a noroeste de SP) acusado de injúria qualificada por elemento racista. As ofensas ocorreram dentro de uma oficina mecânica da cidade. De acordo com informações da Polícia, o comerciante, que não teve a identidade revelada, afirmou: **"Isso que dá deixar preto mexer no carro, fazer esse serviço"**. O xingamento foi dirigido a um mecânico da oficina, de 24 anos, que é negro e tentava consertar um veículo levado pelo acusado ao local. As ofensas foram presenciadas por outro funcionário da oficina mecânica, que, indignado, foi quem chamou a Polícia Militar. Na noite do dia 28, o comerciante estava preso na DIG (Delegacia de Investigações Gerais) de São José do Rio Preto. Segundo o delegado Luís Alberto Bovolon, do 4º Distrito Policial de Rio Preto, onde o caso foi registrado, o comerciante disse que só falaria em juízo. **"Isso que dá deixar preto mexer no carro, fazer esse serviço"**.
- 29/03/2007 Dez alunos africanos de Guiné Bissau sofreram um ataque na noite do dia 28 no alojamento estudantil da Universidade de Brasília. As portas dos 3 quartos que ocupavam foram queimadas e os extintores esvaziados. Não houve feridos, e a Polícia Federal foi chamada para investigar o episódio. Para os universitários, o ato foi motivado por racismo. Segundo eles, as três portas haviam sido marcadas um mês antes com cruces vermelhas e os dizeres **"Morte aos estudantes estrangeiros playboys"**. **"Morte aos estudantes estrangeiros playboys"**. No dia 30/03/2007, a Folha noticiou que a Polícia Federal havia começado a investigar o caso. Segundo o delegado, havia cinco suspeitos pela ação e o foco da investigação seria identificar se o ocorrido foi ou não motivado por racismo e xenofobia. Os estudantes africanos fizeram uma denúncia também no Ministério Público e foram transferidos para um hotel.
- 08/07/2007 A Intercontinental Transportation Ltda. foi condenada em primeira instância a pagar R\$ 6.188,00 à recepcionista Renata Ribeiro de Almeida de 33 anos que afirmou ter sofrido ofensas como **"macaca"**, **"burra"** e **"analfabeta"** em seu ambiente de trabalho. A empresa também foi condenada a pagar valores referentes aos direitos da recepcionista no período (cerca de um ano) em que trabalhou sem registro. Ela conta que, no dia do julgamento, as suas testemunhas (ex-funcionárias da empresa) relataram o uso de outros xingamentos por um chefe e outros colegas. "Quando eu virava as costas, aí é que a coisa piorava mesmo." As ex-colegas repetiram expressões usadas: **"imprestável"** e **"aquela macaca não sabe fazer nada"**. As ofensas verbais não foram o único problema. Ela conta que levou "um susto" ao receber sua carteira de trabalho: "Me registraram como

faxineira, argumentando que não tinha jeito, que não poderiam me colocar ganhando mais", diz ela, que recebia R\$ 450. "Ninguém mais ali era registrada como faxineira. Só eu, a única negra." A empresa afirmou que iria recorrer da decisão.

29/08/2007 O auxiliar administrativo Gesse Gomes de Curitiba (PR) pede na Justiça R\$ 14 mil das Lojas Americanas por danos morais. Ele e o filho, de 15 anos, dizem que sofreram constrangimento e discriminação racial por parte de um funcionário da loja. Segundo a ação, ele e o filho compraram chocolates e chicletes na loja da rede no shopping Mueller, em 15 de julho. Ao saírem, o alarme que acusa a passagem de produtos sem pagamento disparou. Um funcionário abordou os dois. Aos gritos, segundo a ação, disse: "Parem imediatamente. Abram as bolsas e coloquem todos os pertences para fora". Ao filho de Gomes, falou: "**Você, crioulinho, pegou alguma coisa da loja?**". De acordo com a ação, o funcionário pediu que eles esvaziassem os bolsos. Mesmo assim, o alarme não foi desligado. Depois, o pai percebeu que no bolso da camisa do filho havia um pendrive. Quando tirei o pendrive do bolso, ele [filho] passou normalmente pelo equipamento [de alarme]. Aí meu filho começou a chorar. Estou gastando com psicólogo até hoje. Ele não sai na rua com medo." O funcionário, que, segundo a ação, não é segurança, mas repositor de prateleiras, teria virado as costas e dito: "**São todos negros, não valem nada**". "Meu filho não quer entrar em shoppings. Fica dizendo que os seguranças vão pegá-lo. Ele e um amigo estão pensando que não vão deixá-los andar na praça de alimentação dos shoppings porque são negros", disse. Andréa Lima, advogada do caso, diz que pediu à loja as cenas, que foram gravadas. A empresa, disse, não pediu desculpas, o que foi feito pela associação de lojistas do shopping. Uma nova sessão para apresentação das testemunhas e contestação da defesa foi marcada para 3 de dezembro. Uma cliente da loja, que afirmou ter presenciado os fatos, apresentou-se como testemunha para a sessão marcada para 3 de dezembro. Em nota, as Lojas Americanas informaram que "o processo ainda está em andamento e que a empresa aguarda determinação da Justiça".

**"Você, crioulinho, pegou alguma coisa da loja?"**.

04/10/2007 A Polícia Civil do Rio Grande do Sul identificou nessa semana três supostos participantes de um grupo neonazista, suspeitos de esfaquear 11 vezes o torcedor Fábio Mello. Ele sobreviveu aos ferimentos. O crime ocorreu em 16 de setembro, em Porto Alegre, na saída de um jogo do Grêmio. Em nota, o time do Grêmio repudiou a agressão.

- 05/10/2007 Uma auxiliar de enfermagem de São José do Rio Preto (440 km de SP) ganhou na Justiça o direito de ser indenizada em R\$ 7.600, em razão de ter sido alvo de ofensas racistas, cabendo recurso. Em 2005, Maria de Fátima da Silva Christiano, que é negra, foi chamada de "**negona**" pelo eletricista Amaro Meneguete do Carmo, filho de uma paciente. De acordo com a ação judicial, ela pediu que ele saísse do quarto, e ele respondeu: "**Olha lá ela, só quer aparecer. Também, olha a cor dela**". A auxiliar de enfermagem comemorou. "Temos de parar com essa visão de que para quem é pobre, negro, ninguém faz nada." O advogado de Carmo, Fabricio Castellan, disse que iria recorrer da decisão judicial e que seu cliente não proferiu as ofensas de cunho racista. **"Olha lá ela, só quer aparecer. Também, olha a cor dela".**
- 10/10/2007 A Justiça de Santa Catarina condenou um professor Volnei Perin Della Giustina, morador, de Lages (213 km de Florianópolis) a dois anos de reclusão - substituídos por pena alternativa - e pagamento de R\$ 127 de multa por crime de racismo contra os judeus. Ele, professor em escolas estaduais do município, criou um site na internet com textos e relatos enaltecendo a figura do líder nazista Adolf Hitler (1889-1945). A pena de reclusão acabou sendo substituída pela prestação de serviços à comunidade durante um ano e fornecimento de quatro cestas básicas mensais (no valor total de R\$ 760) a uma instituição de caridade, cabendo recurso. Um dos trechos do site classificava Hitler como "líder da raça humana". "**As personalidades mundiais em diferentes tempos já alertaram do perigo judaico. O maior líder que a raça humana pôde produzir logo após Jesus Cristo, Adolf Hitler, trabalhou muito bem a questão judaica (...). O povo judeu sem dúvida possui geneticamente no seu "ser" características intrínsecas de ser altamente egoísta, e (...) a fama de sempre levar vantagem em tudo**", dizia. "**Caros camaradas, com o avançar dos tempos a nossa luta, com toda a certeza, originará uma guerra. Não uma guerra convencional, mas, sim, uma guerra racial**", afirma outra parte do endereço eletrônico. Na ação, o Ministério Público afirma que a página, hospedada em um endereço gratuito, já havia sido visitada por 770 pessoas. Ela está fora do ar. Nela, havia ainda símbolos do regime nazista, como uma foto com cinco soldados fazendo reverência a uma bandeira com a cruz suástica. Na sentença, o juiz Geraldo Corrêa Bastos afirma que "o respeito que se deve ter à condição racial de cada pessoa deve ser resguardado" e que "a História registra exemplos de um número sem fim de sofrimentos causados na humanidade pela adoção e sistematização de uma postura dogmática preconceituosa". "O que se vê é um claro propósito de glorificar a figura de Hitler, em seu fracassado objetivo de eliminar a população judia do mundo, incitando, assim, seus seguidores a concluir o fim perseguido, ao se manter acesa a chama de uma doutrina política odiosa", diz, na decisão. O autor negou o racismo e afirmou estar apenas contando o outro lado da história da Segunda Guerra Mundial, a história dos perdedores.
- 24/10/2007 Davide Bianchi, suíço de 38 anos, foi preso por agentes da Polícia Federal no Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro, por injúria qualificada por ofender uma funcionária negra da companhia aérea TAM com palavras de cunho racista. De acordo com a PF, a funcionária dava

esclarecimentos e apoio a um grupo de passageiros em razão do atraso de um voo. Bianchi, que viajava com um amigo, fazia parte desse grupo. Ele teria demonstrado irritação porque a funcionária teria sido mais atenciosa com os outros passageiros, todos estrangeiros, e, segundo testemunhas, chamado a funcionária de "**negra e macaca**". Em depoimento, ele limitou-se a dizer que ele é que se sentia sofrendo crime de racismo no Brasil em razão do atraso do seu voo.

- 20/11/2007 Alunos que disputam a eleição do DCE da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) encontraram no dia 18/11 a pichação de uma suástica (símbolo nazista) e a frase "**Fora Judeus**" sobre o cartaz da chapa três - que tem apoio da comunidade judaica e é a única contra o sistema de cotas. Foi registrado boletim de ocorrência para apurar suposto crime de racismo.
- 14/01/2008 O jogador uruguaio Caballero do Huracán Buceo (URU) teria chamado o jogador Toró do Flamengo de "**macaco**" durante jogo treino entre as duas equipes na Granja Comary em Teresópolis. Segundo o uruguaio, a palavra utilizada por ele teria sido "**negro**" e pediu desculpas a Toró por não saber da conotação pejorativa da palavra no Brasil. O brasileiro aceitou as desculpas.
- 22/01/2008 O Ministério Público abriu inquérito civil para investigar a eventual prática de racismo nos desfiles da SPFW, já que apenas 2,8 % dos modelos eram negros. O diretor da SPFW, Paulo Borges, afirma que o problema é do sistema e não do evento, alegando também falta de modelos negros em quantidade suficiente para a demanda. A apuração cita como ponto de partida os levantamentos publicados pela Folha nos dias 17 e 18 de janeiro de 2008. Nesses dias, passaram pelas passarelas 344 modelos, dos quais só oito eram negros - 2,3% do total. A proporção de negros nos 40 desfiles ocorridos durante todo evento não difere muito daquela dos dias citados. Levantamento da Folha aponta que só 28 dos 1.128 modelos eram negros - ou seja, 2,5%.
- No dia 16/06/2011, a Folha publicou uma linha do tempo explicando a trajetória do caso. De acordo com a matéria, em fevereiro de 2008 ficou acordado, em audiência pública, que na edição de janeiro de 2009 as grifes seriam ouvidas sobre a inclusão de modelos negros, indígenas e afrodescendentes em seus castings. Em maio de 2009, SPFW e Ministério Público assinaram um TAC (Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta) que previa os seguintes itens: a) a organização da SPFW estaria obrigada a sugerir e incentivar a cada edição do evento uma cota mínima de 10% de modelos dessas etnias por desfile; b) repassar às grifes comunicados explicando que a SPFW foi alvo de investigação sobre racismo e que discriminação social e racial é crime no Brasil; c) encaminhar ao MP provas de que o termo de conduta foi cumprido e, com isso, relatar os avanços das iniciativas; d) o descumprimento do TAC acarretaria em multa de R\$ 250 mil ao evento (as grifes, mesmo as que não adotassem a cota, não seriam penalizadas). Em julho de 2009, a edição de verão pós-assinatura do termo, conta com uma parcela de 12,8% de modelos negros, indígenas e afrodescendentes do total de profissionais na passarela. Em Agosto de 2009, o inquérito foi arquivado. Em Maio de 2011, acabou a obrigação de prestação de contas ao MP. E, finalmente, em junho de 2011, um protesto em frente à Bienal do Ibirapuera pede um aumento da cota de 10% para 20%. Grifes ignoram a recomendação da inclusão da cota.

- 23/01/2008 A dentista Sâmia Sobral de Sousa Lima foi presa em Cabedelo (PB) no dia 20/01 acusada de racismo. Ela chamou a PM reclamando de uma pedra jogada em seu carro. Segundo um delegado da 7º DP da cidade, quando o cabo José Irenaldo Mesquita da Silva chegou, Lima disse que "um **negrinho**" atirou a pedra. O cabo teria dito que sua conduta era crime de racismo. Ela respondera que ele defendia o agressor por ser da mesma cor. Segundo o advogado de Sâmia, ela não disse "negrinho".
- 25/01/2008 A produtora de cinema Ana Cristina Azevedo de Paiva, 40 anos, foi presa após ter sido acusada do crime de injúria racial por Agatha Damasceno Fernandes, funcionária de uma lanchonete em um cinema na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. A discussão começou quando Ana Cristina tentou pagar a conta com um cartão de débito. Agatha teria tentado, sem sucesso, aprovar o débito, e Ana Cristina teria reclamado que ela estava de má vontade e era incompetente, segundo as versões de testemunhas e de Agatha. A suposta vítima teria respondido que, se a cliente a achava incompetente, deveria, ela mesma, tentar passar o cartão e aprovar a compra. Ana Cristina teria dito: "**essa neguinha da Rocinha é uma péssima funcionária**". A acusada afirmou ao delegado que estava de cabeça quente e que pediu desculpas que não foram aceitas. Ela foi libertada no mesmo dia após conseguir um habeas corpus. **"Essa neguinha da Rocinha é uma péssima funcionária"**.
- 14/03/2008 Com base em depoimentos de funcionários e ex-funcionários, o Ministério Público do Trabalho da Bahia entrou com ação civil pública contra o Bradesco por discriminação racial e estética. Segundo o procurador Manoel Jorge e Silva Neto, a empresa proíbe o uso de barba por empregados e impõe normas às bancárias, que, de acordo com o relatado por ele na ação, "não podem usar cabelo natural quando se trata de pessoas de diferentes raças que não a branca". "Todos confirmaram haver discriminação, que normalmente é feita por gerentes e supervisores." Na ação, o procurador pediu que o Bradesco publicasse no primeiro caderno de um dos jornais de maior circulação da Bahia e em todas as redes de televisão aberta, em âmbito nacional, em horário anterior ao principal jornal de informações de cada rede, uma mensagem reconhecendo a irregularidade. Se o pedido viesse a ser aceito pela Justiça, o banco poderia ter de arcar com multa diária de R\$ 2 milhões, em caso de descumprimento. Caso seja condenado em sentença final, o Bradesco poderia arcar com uma indenização por dano moral de R\$ 100 milhões, referente à discriminação por traço estético, e R\$ 100 milhões em virtude da prática de racismo. Os valores seriam revertidos a instituições filantrópicas com sede e administração na Bahia, indicadas na sentença.
- 23/04/2008 A Polícia Militar do Rio Grande do Norte deteve o volante Ivo, do América-RN, em jogo contra o Potiguar, no dia 21/04, por suposta prática de racismo. Policiais acusaram o atleta de ter chamado um membro da tropa de "**macaco**", em confusão em campo. Ele foi algemado e levado para a delegacia de Mossoró, onde esteve preso até essa data. Ivo negou a acusação e disse temer que sua imagem e de sua família fossem prejudicadas.

No dia 24/04/2008, a Folha noticiou que o atleta havia saído da prisão no dia anterior e que poderia responder ao processo por injúria qualificada em liberdade.

- 14/05/2008 O estudante Rafael Lourenço de Paula Emílio, de 15 anos, acusou a professora Maria Eliza Miranda, 56 anos, da Escola Estadual Oswaldo Aranha, no Brooklin, zona sul de São Paulo, de racismo. Ao repreendê-lo por não estar com a camiseta da escola, ela teria dito, segundo ele: **"Você já é negro e ainda não usa o uniforme da escola? Com este cabelo e este piercing na boca, você parece mais um mano de gueto"**. A Secretaria de Estado de Educação informou que a diretoria de ensino da região iria investigar se houve racismo. No dia seguinte, a mãe do estudante foi falar com a diretora. Esperou por 40 minutos e não conseguiu ser atendida. Rafael diz que chorou no fim de semana e pensou em parar de estudar. Na segunda-feira seguinte, faltou aula. Na quarta-feira, dia 13, o consultor em Recursos Humanos, Hélio Cândido Emílio, 70, avô de Rafael, convenceu o estudante a ir à aula e acompanhou o neto. Segundo Hélio, somente depois de esperar por mais de três horas ele conseguiu falar com a direção da escola, que prometeu investigar o caso. "Não é por falar que é negro, mas por dizer "além de ser negro", como se só o fato de ser negro já fosse um problema", disse. Casada com um negro e mãe de três filhos, a professora disse que "é impossível ela ser considerada uma pessoa racista". Doutora em geografia pela USP, ela confirmou que, ao "explicar as regras da escola", disse: "Puxa, por que estas trancinhas? Estes piercings? Você tem que observar, inclusive, que você é negro. Então, tem a necessidade de se perceber em uma sociedade que é racista. Você não pode ficar se expondo, por exemplo, não seguindo as regras da sociedade". "Essa frase no contexto da discussão que se tem hoje na sociedade brasileira é uma, na dinâmica da escola é outra", afirmou. O avô do aluno afirmou que pretendia registrar um boletim de ocorrência. "Ainda não vou abrir processo, mas quero me resguardar para o caso de a escola não tomar as providências."
- "**Você já é negro e ainda não usa o uniforme da escola? Com este cabelo e este piercing na boca, você parece mais um mano de gueto"**.
- 27/08/2008 O goleiro corintiano Felipe afirmou ter sido alvo de ofensas racistas no jogo de seu time em Natal. Segundo o jogador, "isso já aconteceu outras vezes e não se tomou providência nenhuma. É assim mesmo: isso é Brasil".
- 26/09/2008 Dizendo ser vítima de ameaça de morte e de racismo, o motorista de ônibus Jurandir Pereira do Amaral, 35, tentou por três dias, sem sucesso, registrar um boletim de ocorrência em Campinas (93 km de SP). A dificuldade existiu por conta da greve dos policiais civis do estado de São Paulo. O motorista já havia passado até o dia 25 por três DPs da cidade. Em todos, foi orientado a esperar o fim da greve. "Se a pessoa que me ameaçou cumprir o prometido, a polícia não vai saber quem foi meu assassino", afirmou ele.

- 15/10/2008 A Coordenadoria da Mulher e da Igualdade Racial, órgão da Prefeitura de Guarulhos, acusou a atlética do curso de medicina da Unifesp de promover racismo e discriminação sexual em uma publicação editada pela entidade que apresenta mais de 20 piadas sobre negros retiradas de um site, cujo endereço também é publicado logo abaixo da frase "Diga NÃO ao racismo". Algumas páginas do jornal trazem também piadas contra mulheres e fotos de órgãos femininos que fazem alusão a sanduíches. "Essas imagens são ofensivas à dignidade da mulher", afirma Roland, que foi coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial da Unesco e relatora-geral da 3ª Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, ocorrida na África do Sul em 2001. A coordenadoria já havia entrado semanas antes com uma representação no Ministério Público do Estado de São Paulo contra a agremiação acadêmica por causa do jornal "O Menisco - Intermed 2008", que circulou no final de agosto. A representação resultou na instauração de um inquérito civil. Na tarde desse dia, a coordenadora do órgão municipal, Edna Maria Santos Roland, iria - acompanhada de representantes de organizações do movimento negro e de mulheres - ao Ministério Público entregar um exemplar original da publicação, para que também fosse instaurado um inquérito criminal. A assessoria de imprensa da Unifesp disse que, por ser uma publicação da atlética, não poderia se pronunciar. No dia 16/10/2008 foi publicado o pronunciamento da atlética. Seus integrantes disseram que "nunca tiveram a intenção de praticar qualquer conduta de preconceito ou discriminação". Em nota, a Associação Atlética Acadêmica Pereira Barretto disse que "já está tomando todas as providências para a apuração do fato" e que se coloca à disposição das autoridades para prestar "todos os esclarecimentos necessários".
- 19/11/2008 Na volta de uma viagem a Nova York, na noite de 17/11, o sambista Dudu Nobre e a sua mulher Adriana Bombom registraram queixa na Polícia Federal por racismo, injúria e tentativa de agressão por parte de comissários de bordo do voo 591 da companhia American Airlines. O casal viajava na companhia das duas filhas, de cinco e seis anos, e com Junior, produtor de eventos e amigo do casal. Segundo Nobre, Bombom teria sido chamada, em inglês, de estúpida por uma comissária ao pedir ajuda para abrir a porta do banheiro da aeronave. Houve uma breve discussão e Adriana voltou para o seu assento, contou Nobre. Durante o voo, ainda segundo o sambista, houve um ato ostensivo de racismo por parte de um comissário. "Eu estava dormindo quando ele parou ao meu lado e ficou imitando um macaco, fazendo barulho. Eu acordei e falei, 'Vem cá meu irmão, que parada é essa?'" , disse Nobre. Diante de tal reação, o comissário se afastou. O momento mais tenso aconteceu quando o avião pousou em São Paulo. Dudu, a família e o amigo estavam deixando a aeronave quando o mesmo comissário começou a xingar Adriana de "filha da puta", "babaca" e "estúpida", entre outros palavrões. O sambista partiu em defesa da mulher e a briga teve início. "Ele [o comissário] se armou para brigar comigo e começou a gritar: 'vem seu **macaco**, vem brigar comigo, vem sair na porrada comigo, seu **macaco**'. Veio piloto, veio co-piloto, a comissária começou a me xingar em inglês e eu, também em inglês, disse que ela tinha que me respeitar", relatou Nobre. Em seguida, houve a agressão. "Nisso o comissário tentou nos atacar. Ele pegou uma caneta e tentou dar uma estocada no pescoço do Junior que pegou no braço. Rasgou um casaco e duas camisas que ele estava usando", relatou o sambista. A American Airlines divulgou um comunicado oficial posicionando-se sobre o acontecido. "Em relação ao incidente ocorrido

durante o voo AA 951, vindo da cidade de Nova York, com destino ao Rio de Janeiro, no dia 17 de novembro de 2008, com o sambista Dudu Nobre e sua mulher, Adriana Bombom, a American Airlines informa que nenhuma reclamação oficial foi feita diretamente à companhia", diz a nota. E ainda: "A American só ficou sabendo do incidente pelos jornais na manhã de hoje, 18 de novembro, e já está realizando uma investigação interna para saber o que realmente aconteceu".

Em 20/11/2008, foi publicada a notícia de que a PF havia indiciado os comissários americanos Tatiana Cooley, sob acusação de injúria, e Carlos Carrico, sob acusação de injúria preconceituosa e lesão corporal. A assessoria da American Airlines afirmou estar investigando internamente o acontecido.

No dia 21/11/2008 a notícia foi que o advogado de Dudu Nobre, Thales Camargo, havia dito no dia anterior que Nobre processaria a American Airlines por danos morais. Os dois funcionários da American Airlines haviam viajado para os Estados Unidos sem prestar depoimento.

15/01/2009 A Justiça Estadual de São Paulo determinou que o médico José Antonio Sanches, acusado de injúria racista, pague à copeira Jeni Oliveira uma indenização de 50 salários mínimos por danos morais, cabendo recurso. **"Ele me xingou de preta filha da puta e atirou uma bandeja em mim"**, disse Jeni, moradora de São José do Rio Preto (SP). O incidente ocorreu em setembro de 2007 no hotel em que ela trabalhava na cidade, enquanto levava o café da manhã no quarto onde o médico estava hospedado. Na decisão do juiz Lavínio Paschoalão, o magistrado afirma que quando foi feito o boletim de ocorrência o médico admitiu à polícia "a conduta ofensiva". Na delegacia o médico apresentou documentos afirmando morar no Tocantins e não compareceu às audiências do processo.

**"Ele me xingou de preta filha da puta e atirou uma bandeja em mim"**.

18/03/2009 A Polícia Civil de Ribeirão Preto prendeu -e liberou após depoimento- o técnico de som e segurança Wladimir Procópio Filardi, 22, acusado de liderar uma gangue de "skinheads" que é alvo de investigação há quatro meses. Segundo a polícia, Filardi e pelo menos outros três rapazes, ainda não identificados, foram reconhecidos ontem por seis vítimas de agressões e ameaças de morte, todos homossexuais, moradores de rua ou malabaristas de semáforos. "Desde meados do ano passado começamos a receber as queixas, mas, por medo, ninguém quis formalizar. Depois de identificarmos o rapaz, convencemos as vítimas a registrar boletins de ocorrência. Estou certo que mais vítimas virão", disse o delegado Luís Geraldo Dias, da DIG (Delegacia de Investigações Gerais). No carro do acusado, a polícia apreendeu um bastão e um soco inglês, armas que teriam sido usadas no espancamento de um homossexual em 2008. A vítima, de 26 anos, foi agredida com violência na cabeça, segundo a polícia, mas não registrou boletim de ocorrência. Em janeiro, por insistência da polícia, um amigo da vítima, que testemunhou a agressão formalizou a queixa. "Ele começou a agredir do nada e gritava contra os homossexuais. Não tinha motivo", disse a testemunha, que ontem reconheceu o acusado e as armas. Filardi, que foi à delegacia acompanhado de um amigo negro, negou as

agressões, mas admitiu ser membro do grupo denominado Carecas do Brasil, com forte atuação em São Paulo, que prega o nacionalismo como ideal político. "Pregamos a liberdade sem fronteiras do Brasil. Não somos nazistas nem movimento de intolerância. Os punks [como ele chama os malabaristas] é que vivem me infernizando por causa da minha tatuagem [da bandeira do Brasil]." Sem antecedentes depois da maioridade, Filardi, filho de policial militar morto, respondeu por homicídio quando tinha 17 anos e morava em Jaboticabal. Alegou legítima defesa e cumpriu medida de liberdade assistida. "Encravavam por causa do meu pai e um bandido me atacou com uma faca. Eu fazia lutas na época, revidei e ele acabou indo a óbito (sic)." O rapaz foi indiciado por lesão corporal, ameaça e discriminação racial, crime considerado hediondo. Ele responderia em liberdade, mas a polícia estava buscando indícios para embasar pedido de prisão temporária.

- 01/05/2009 O professor de agronomia da UFRGS José Antônio Costa foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região a pagar uma multa por ato de racismo no valor de seu salário mensal, cabendo recurso. A denúncia do Ministério Público afirma que o professor disse no primeiro dia de aula da disciplina "Leguminosas de Grãos Alimentícios" em março de 2000 que **"os negrinhos da favela só tinham os dentes brancos porque a água que bebiam possuía flúor"** e que **"soja é que nem negro, uma vez que nasce é difícil de matar"**. Na classe havia um aluno negro. A Universidade abriu sindicância à época, porém concluiu que não havia conotação racista nas falas do professor. O Ministério Público então entrou com ação civil na 6ª Vara Federal de Porto Alegre que a considerou improcedente. Depois, recorreu ao TRF alegando que "houve ação discriminatória e racista e que teria provocado constrangimento e indignação em todos os presentes e principalmente no único aluno negro presente". A defesa de Costa afirmou, entre outras coisas, que ele disse as frases sem intenção pejorativa e que utilizou ditado comum na zona rural, principalmente entre agricultores de origem italiana, inclusive com conteúdo positivo, relativo ao vigor da etnia negra. O juiz federal Roger Rios, relator do processo, considerou que "não é crível que indivíduo com o grau de formação intelectual [mestrado e doutorado] [...] não perceba o explícito e textual conteúdo racista na expressão utilizada - tanto que ao final da aula preocupou-se em manifestar suas desculpas".
- 27/05/2009 A Polícia Federal manteve preso por 21 dias o libanês K., comerciante e morador de São Paulo, suspeito de propagar material com conteúdo racista pela internet. O libanês é considerado "estrangeiro permanente" e tem esposa e filhos brasileiros. Ele foi preso no dia 25/04 por ordem do juiz Alexandre Cassettari da 4ª Vara Federal Criminal. O mesmo juiz deu ordem de soltura ao suspeito no dia 18/05 por entender que sua prisão não mais colaborava com as investigações. Em nota divulgada no dia 26, a

procuradora federal Ana Leticia Absy informou que as investigações "não comprovaram que o preso em São Paulo é membro da Al Qaeda". "Consta dos autos que o paciente está sendo investigado pela Polícia Federal, na denominada Operação Imperador, originada de interceptações telefônicas, com a finalidade de investigar a existência de suposta organização denominada 'Jihad Media Battalion', que propagaria material de cunho racista e de intolerância e discriminação religiosa pela rede mundial de computadores, internet, visando à incitação do ódio aos ocidentais e o fomento de ideologia antissemita, colaborando com grupos como Al-Qaeda", escreveu o desembargador do TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região Baptista Pereira. O advogado do investigado, Mehry Daychoum, disse que houve "uma completa confusão da Polícia Federal" e uma "precipitação". "O meu cliente não tem qualquer vínculo com qualquer organização paramilitar ou terrorista", disse. "Ele [cliente] cometeu a infelicidade de emitir comentários na internet, jamais imaginando que isso pudesse ser crime no Brasil", disse Daychoum. Segundo seu advogado, K. "mora nos fundos de uma casa", tem um pequeno comércio e conserta aparelhos de informática. Na decisão que libertou K., o juiz Cassettari informou que o caso interessa a "autoridades estrangeiras". "Mesmo considerando que investigações feitas em outros países podem ainda estar em andamento (o que está totalmente demonstrado nestes autos), não pode a prisão deste feito ser mantida somente para sustentar ou auxiliar investigações estrangeiras, já tendo as autoridades estrangeiras 20 dias desde a prisão do investigado para as providências cabíveis", escreveu o juiz. A ideia da PF era expulsar K. do país, prática legal permitida quando um estrangeiro comete crime dentro do território nacional. Mas isso não foi possível porque ele é casado com uma brasileira, situação que proíbe a expulsão.

No dia 28/05/2009, a Folha publicou que, em nota, a assessoria da Justiça Federal disse que a investigação da PF apontou indícios de que K. atuava como membro da "organização extremista" Jihad Media Battalion, além de ter ligações "com outros grupos". Segundo a Justiça, "as diligências policiais constataram, também, a associação de aproximadamente 34 membros cadastrados, o que caracterizaria a formação de quadrilha". O Ministério Público ainda não havia decidido se ofereceria denúncia contra K.

25/06/2009 O jogador do Cruzeiro Elicarlos acusou o atacante argentino do Grêmio Maxi López de chama-lo de "**macaco**" durante a vitória cruzeirense no jogo de ida da semifinal da Taça Libertadores. Uma testemunha de Elicarlos foi o seu companheiro de Cruzeiro Wagner. Wagner entrevistou, empurrando Maxi López e discutindo com ele logo depois do momento Maxi teria chamado Elicarlos, que é negro, de "macaco". A Delegacia móvel do estádio do Mineirão foi ativada e tentou levar ao argentino para prestar depoimento após o jogo, porém o Grêmio relutou em liberar o atleta do ônibus da delegação e afirmou que queria que Maxi prestasse depoimento fora da delegacia. A Comissão do Negro e Assuntos Antidiscriminatórios (Conad) da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo informou que acompanharia o caso.

Em 26/06/2009, uma matéria informou que a Polícia Civil de Minas Gerais havia instaurado inquérito para investigar o caso. "Temos que nos preocupar com coisa muito mais séria", disse o técnico do Grêmio, Paulo Autuori. "Todo dia existe coisa de racismo. Há que acabar com essa hipocrisia", afirmou. A leitura labial da televisão mostra imagens em que o jogador cruzeirense Wagner diria a Maxi López: "Negócio de cor, não". O delegado Hélcio Sá Bernardes, encarregado do inquérito que deveria ser concluído em

30 dias, disse que já havia requisitado imagens do jogo e convocado dois atletas do Cruzeiro para depor, sendo Wagner um deles. No dia 25, Maxi negou ter feito insultos racistas a Elicarlos. "Era partida quente, os dois times jogando semifinais. Porém não saiu de dentro do campo de jogo. Não passa de uma partida de futebol. Longe de ser um ato racista", disse. Ele lembrou ainda da rivalidade entre brasileiros e argentinos. "Muitas vezes me chamam de 'argentino alguma coisa', mas são coisas do futebol." Segundo a polícia, Maxi contestou a acusação dizendo que não tinha condições de se expressar de forma tão veemente em português. O Grêmio afirmou que cuidaria da defesa de seu atleta.

25/07/2009 O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de Campinas condenou a fábrica de calçados de Franca Point Shoes a pagar R\$ 100 mil a um ex-funcionário por racismo. Dárcio Martins da Silva trabalhou um ano e meio na fábrica e disse que sofreu racismo nos últimos três meses de trabalho. No processo, ele afirmou que, entre outros fatos, um colega fixou um cartaz com a frase "**Não dê bananas ao macaco, obrigada. A diretoria do zoológico**" em sua área de trabalho, que era delimitada por uma grade. No processo, Silva disse que foi alvo de zombaria de outros colegas, inclusive do gerente do setor. O ex-funcionário disse que era o único negro na área em que trabalhava, e que, após os fatos, buscou ajuda psicológica. A advogada da Point Shoes, Adriana Machado, disse que a empresa recorrereria da decisão por entender que não tem culpa no suposto caso de racismo. "A condenação foi baseada na responsabilidade objetiva, em que não se especula a culpa do empregador. Por isso, é questionável. A empresa teve ciência do ocorrido e que seria uma "suposta" brincadeira entre amigos", disse.

**"Não dê bananas ao macaco, obrigada. A diretoria do zoológico".**

20/08/2009 O vigilante Januário Alves de Santana, 39, acusou cinco seguranças de uma loja do Carrefour em Osasco (Grande São Paulo) de tê-lo espancado após tê-lo confundido com um assaltante no dia 07/08. "Eles simplesmente acharam que um homem negro como eu não poderia estar dentro de um Ford EcoSport", disse Januário Alves de Santana, 39, músico amador (tecladista), pai de quatro filhos, evangélico, há oito anos agente de segurança da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP. "Se eu estivesse em um fusquinha velho, eles achariam adequado, OK. Mas em um EcoSport? O racismo deles não permite isso." O carro está em nome da mulher de Santana, a servidora da USP Maria dos Remédios Santana, 41. Eram 22h22 do dia 7 (segundo o tíquete do estacionamento) quando Santana chegou ao Carrefour no carrão "impossível". Estava com Remédios, a filha Esther, 2, o filho Samuel, 5, a irmã e o marido dela. Remédios sugeriu que o marido ficasse no carro com Esther, que dormia. Ele percebeu que, no estacionamento, uma moto estava com o alarme antirroubo gritando e piscando. Saiu do carro para ver o que ocorria e viu cinco ou seis homens que se esgueiravam. Achou que fossem ladrões - lembrou-se da moto. O grupo começou a cercá-lo. Santana travou as portas do carro com a filha dentro. Encurralado pelo grupo, acabou jogado ao chão por um dos homens - segundo ele, armado com a revólver calibre 38. "Eu achava que já estava

morto. Mas consegui que o homem soltasse a arma exatamente quando os demais chegaram. Um pôs o pé no meu pescoço. Os demais lançaram-se sobre meu corpo, enquanto gritavam "ladrão, ladrão". O segurança da USP lembra que ficou confuso e perguntou aos homens quem eles eram: "Ladrão ou polícia?" "Fiquei feliz com a resposta. Era só dizer a eles que eu também era segurança, e aquele pesadelo terminaria." Mas aí começaram as coronhadas na cabeça, os chutes, os murros na boca. "É você que está 'puxando' [roubando] moto, ladrão?", gritavam os homens enquanto perguntavam: "O que você fazia dentro do EcoSport, ladrão?" Levado para uma salinha da segurança, lá continuou a pancadaria. As próteses dentárias quebraram-se dentro da boca e rasgaram-lhe as gengivas. Foi quando chegaram os dois policiais militares chamados pelo Carrefour. Santana acusa um em particular - "Pina". "Você tem cara de que tem pelo menos umas três passagens. Não adianta negar. Fala que vai ser melhor", dizia o PM. "Eu implorava para chamarem minha mulher pelo sistema de som. Dizia que meus documentos estavam no carro." Depois de muita insistência, a polícia concordou. No caminho, a mulher viu o marido e confirmou a história dele. "Todos sumiram de repente. O Januário caiu no chão ensanguentado, exausto, sem socorro", lembra Remédios, que estava com o filho Samuel. O menino estava orgulhoso. Com cinco anos, achava que o pai havia enfrentado bandidos e os derrotado. "Ele ainda não sabe que era todo mundo supostamente 'do bem'", lamentou a mãe. Santana foi atendido no hospital da USP. Fez boletim de ocorrência. O caso seria investigado pelo 9º DP de Osasco. Segundo o advogado dele, Dorgival Vieira dos Santos, que preside uma ONG que combate o racismo, o vigilante foi vítima de preconceito racial tanto pelos seguranças da loja quanto pelos policiais militares que atenderam a ocorrência. O Carrefour disse em nota que "repudia toda e qualquer forma de agressão e desrespeito" e que "a empresa vai colaborar com as autoridades policiais para a rápida finalização das investigações e espera que os responsáveis [pela agressão] sejam rigorosamente punidos". A Polícia Militar informou, também por meio de nota, que instaurou procedimento para apurar as denúncias do vigilante contra os policiais militares.

No dia 21/08/2009 a Folha divulgou as providências tomadas pelo Carrefour: o afastamento da gerência da loja e a substituição da empresa de segurança, a Nacional de Segurança Ltda.

- 25/08/2009 Um internauta identificado apenas como Reinaldo foi **"Índios... Eu Consigo Viver Sem"** condenado pela Justiça Federal no Pará a dois anos e meio de prisão e multa de 20 mil reais por racismo contra índios na rede social Orkut. A pena seria convertida em prestação de serviços à Funai (Fundação Nacional do Índio). Reinaldo participava da comunidade **"Índios... Eu Consigo Viver Sem"**, Denúncia da Procuradoria dizia que, no grupo, ele se expressava "de forma extremamente racista e preconceituosa, em detrimento da imagem dos indígenas". Em uma de suas mensagens no site, Reinaldo dizia que os índios são **"incapazes, não têm responsabilidade civil, portanto não existem"**. Em sua defesa, Reinaldo alegou que não teve vontade de ofender os índios e incitar outros a agirem de maneira preconceituosa.

- 07/10/2009 O engenheiro Alexandre Semenoff, morador da zona sul de São Paulo, 59 anos, foi preso em flagrante acusado de ofender com frases racistas o segurança da escola particular de ensino infantil Núcleo Querumbim. O engenheiro era vizinho do colégio e frequentemente reclamava do barulho das crianças. Segundo o segurança Délcio Gonçalves, 53, e duas testemunhas que o acompanharam até a delegacia, Semenoff começou a xingar funcionários da escola no final da manhã do dia 06. Minutos depois, Semenoff saiu para passear com seu cão e passou em frente à escola. "Aí ele xingou de novo. Perguntei qual era o problema e ele disse: '**Sai daqui porque com preto eu não converso**', disse o segurança. Segundo a vítima, ofensas do engenheiro são frequentes. Funcionários de uma imobiliária que também fica ao lado da escola chamaram a polícia. O soldado Daniel Gonzaga Costa, 37, negro, formado em letras, pós-graduando em história da África e conhecedor da legislação sobre racismo, resolveu levar Semenoff à delegacia. "É lamentável que em pleno século 21 ainda ocorra esse tipo de situação", afirmou Costa. O advogado do engenheiro, Leonardo Watermann, disse que, segundo seu cliente, "foi tudo um mal-entendido".
- "Sai daqui porque com preto eu não converso"**.
- 02/12/2009 O atacante Vagner Love, do Palmeiras, foi agredido no dia 01 por três integrantes da facção organizada Mancha Alviverde. O jogador deixava uma agência do Bradesco, na Avenida Antártica, na zona oeste de São Paulo, por volta das 15h, e foi cercado pelos três agressores quando estava prestes a entrar em seu carro - uma camionete Chevrolet Captiva. Foi chamado de "**negão baladeiro**". "Podem vir os três", teria gritado o jogador, segundo relatos do segurança do banco, do responsável pelo estacionamento em que estava o carro e de dois vendedores ambulantes que fazem ponto na frente da agência. Um dos três torcedores subiu no carro de Love e tentou acertá-lo com uma voadora. O jogador conseguiu acertar um soco na boca de um deles, que saiu sangrando. O atleta caiu no chão, machucou o cotovelo e teve a camiseta e a bermuda rasgadas antes de fugir. "Ainda vamos te pegar à bala", ameaçaram os agressores, que deixaram o local em um Audi A3 preto, localizado minutos depois pela Polícia Militar na Rua Barão do Bananal, a cerca de um quilômetro dali. Neilo Ferreira e Silva, 25 anos, Maxsuel Santana Pereira, 19 anos, e Deivison Correia Carvalho, 20 anos foram presos em flagrante quando andavam a pé pela mesma rua. Segundo o delegado Itagiba Franco, chefe da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, não ofereceram resistência e admitiram ter agredido o jogador. Às 18h35, quando fazia uma hora que os agressores estavam detidos, Vagner Love chegou à delegacia em um Fox verde, seguido de uma Kombi lotada de seguranças do Palmeiras. Em depoimento, o centroavante confirmou as agressões. De acordo com o delegado, ele tinha hematomas e reclamava de "muita dor no rosto". Depois de ser ouvido, ele seria encaminhado ao IML (Instituto Médico Legal), onde faria exame de corpo de delito.

14/12/2009 Três estudantes de medicina presos em flagrante por injúria racial e agressão foram soltos 12 horas depois de detidos após pagarem fianças individuais de R\$ 5.580. Emilio Pechulo Ederson, 20, Felipe Giron Trevizani, 21, e Abrahão Afiune Júnior, 19, que estão no segundo ano do curso no Centro Universitário Barão de Mauá foram flagrados por um frentista de posto e dois vigilantes batendo com o tapete do carro nas costas de Geraldo Garcia, 55, negro, que ia de bicicleta ao trabalho. A fiança foi permitida pelo entendimento de que os acusados cometeram crime de injúria qualificada, por causa da conotação racista, que, ao contrário do crime de racismo, é afiançável. Ao saber da decisão, Garcia se disse "revoltado". "É muito triste isso. Quer dizer que a lei só existe no papel? Só porque eles têm dinheiro não ficam presos?" Ele disse que não pretende processar os jovens. Por causa da força da pancada em suas costas, Garcia contou que se desequilibrou da bicicleta e caiu no chão. Segundo relato dele e de três testemunhas, os estudantes vibraram após a agressão e gritaram "**ô, nêgo**". Os advogados dos três estudantes acusados negam a ofensa. Um frentista, ao flagrar a cena, teria perseguido e detido os universitários sob ameaça de uma arma. Um dos estudantes teria sido agredido com socos e segurado pela gola da camisa, de acordo com um dos advogados de defesa dos rapazes.

No dia 15, a Folha noticiou que o promotor Marcelo Pedroso Goulart havia dito que os jovens acusados deveriam ser punidos, mas não havia necessidade de mantê-los presos enquanto respondem às acusações de lesão corporal, injúria qualificada e racismo "Eles são primários, têm endereço fixo e não vão colocar em risco a ordem pública, embora esse seja um crime odioso. Isso demonstra uma deformação tanto no âmbito da formação familiar quanto escolar desses jovens", disse Goulart. A Universidade Barão de Mauá lançou uma nota repudiando o ocorrido e afirmando que está analisando as medidas cabíveis.

No dia 17/12/2009, a Folha noticiou que o Centro Universitário havia suspenso os estudantes por 60 dias. O advogado dos estudantes, Carlos Mancini, entrou com uma ação na universidade pedindo que o reitor reconsiderasse a decisão. A suspensão seria válida até que uma comissão fosse instaurada para determinar a punição dos estudantes. Para o advogado dos suspeitos estes estão correndo risco de vida em suas casas. Havia uma manifestação marcada do grupo Orunmilá em frente à faculdade contra o caso.

No dia 22/12/2009, a Folha publicou que Geraldo Garcia se dizia surpreso com a repercussão do caso. Segundo o auxiliar, ele é reconhecido na rua e vem recebendo ligações prestando solidariedade a ele. A mãe de um dos envolvidos, Roseli Amarilda Pechulo Silva, enviou e-mail ao Centro Cultural Orunmila, afirmando que quer abraçá-lo e pedir desculpas pelo ocorrido. Roseli afirma que o filho não é racista e que tem amigos negros.

No dia 23/12/2009, a Folha noticiou que os estudantes haviam conseguido na Justiça o direito de retornarem às aulas após serem suspensos pela universidade. A universidade afirmou que estava em recesso desde o dia 21 e, por isso, não tinha ciência desta liminar.

No dia 02/02/2010, a Folha noticiou que os estudantes haviam sido expulsos da instituição de ensino que frequentavam. Para a vítima, o desligamento dos alunos "foi o mínimo que a faculdade poderia fazer". Garcia disse que já se recuperou fisicamente, apesar de ainda estar traumatizado com o que aconteceu. "Acredito que a Justiça também vai tomar a decisão certa", afirmou. O advogado Carlos Mancini, que defende os universitários, afirmou que irá recorrer.

No dia 09/02/2010, foi noticiado que os três estudantes haviam conseguido no dia anterior uma liminar para retornarem as aulas na Faculdade. A Instituição afirmou que os alunos puderam retornar às aulas, mas recorreu da decisão.

No dia 23/03/2010, a notícia foi que os estudantes não responderiam ao crime de racismo. O promotor Manoel José Berça denunciou os três sob a acusação de agressão e injúria. Para o promotor: "A conduta deles foi de ofensa, de preconceito, mas a uma pessoa específica, não à raça como um todo. Por isso, não foi qualificada como um crime de racismo". O advogado dos acusados aprovou a denúncia afirmando que esta só ratificou o trabalho feito pela defesa dos rapazes.

No dia 01/12/2010, a Folha noticiou que os estudantes haviam sido condenados a três meses de detenção e um ano de reclusão pelos crimes denunciados pelo Ministério Público Estadual, cabendo recurso. As penas, no entanto, haviam sido revertidas em comparecimento em juízo por dois anos e em prestação de serviços à comunidade durante um ano, segundo decisão da juíza da 5ª Vara Criminal de Ribeirão, Ilona Márcia Faggioni. Segundo o despacho da juíza, o valor pago para a fiança deverá ser revertido à vítima como dano moral e material. Ao todo, segundo o promotor Manoel José Berça, são cerca de R\$ 16 mil. O advogado Carlos Mancini, que defende Emílio Ederson, Felipe Trevizani e Abrahão Afiune Júnior, disse que ainda não havia sido notificado, mas que recorrerá da sentença.

04/03/2010 O primeiro dia de discussões acerca do sistema de cotas acabou em confusão no Supremo Tribunal Federal em Brasília. A estudante cotista de ciências sociais na UnB Natália Maria de 22 anos acusa um cinegrafista da TV Justiça e uma mulher do cerimonial do Supremo de tratamento racista causa da discussão da estudante com Marcel Van Hatten de 24 anos formado em Relações Internacionais na UFRGS, branco de olhos verdes, filho de holandês e descendente de alemão, e contra o sistema de cotas. Segundo Natália, "Falaram que estava fazendo showzinho. Foi um caso clássico do que enfrentamos no dia a dia, espécie de racismo velado". "Por que o branco pobre não tem o direito de usar as cotas? A nós, brancos, não pode ser imputada uma dívida que é histórica. Temos de olhar para a frente", disse ele. "O racismo impede as pessoas de disputarem postos de poder", rebateu Natália. "Numa seleção de emprego entre uma colega branca e eu, negra e pobre, não tenho a menor dúvida de que ela será escolhida." Para Van Hatten, racistas são as cotas, que "dividem a sociedade e beneficiam só os negros". O STF não recebeu queixa.

16/04/2010 O zagueiro atleticano Manoel afirmou depois da partida entre seu time, o Atlético-PR, e o Palmeiras, que foi alvo de ofensas racistas por parte do palmeirense Danilo. "O Danilo cuspiu em mim e me chamou de macaco", disse Manoel, que dirigiu-se ao 23º DP, próximo ao estádio, para prestar queixa. Ainda no campo, depois do apito final, ambos haviam desconversado a respeito do episódio da cusparada. Num primeiro momento, Manoel negou o problema. "Foi coisa do jogo", declarou. Danilo, por sua vez, defendeu-se afirmando ter sido alvo de uma cabeçada. A TV flagrou o instante em que o palmeirense cuspiu no adversário.

No dia 16, Danilo deu uma entrevista em que fez a seguinte declaração, publicada na edição da Folha do dia 17: "Estou aqui, principalmente, para pedir desculpas ao Manoel, que é um profissional. Estou arrependido. Não se cospe na cara de um homem, e não gostaria que fosse comigo." Ele também reconheceu ter chamado Manoel de macaco. Danilo prestou depoimento na

23ª Delegacia de Polícia, onde depôs por duas horas e poderia ser enquadrado por crime de injúria qualificada por emprego de racismo. Em seu relato, atribuiu a ofensa a uma agressão do atleta do Atlético-PR. "O Manoel veio e me deu uma cabeçada, aí perdi toda a razão", disse Danilo. Em seguida, o zagueiro insinuou que o adversário tivesse sido orientado pelo seu clube, depois da partida, a acusá-lo. Para ele, a questão tinha de ter ficado apenas no gramado. "O que eu guardo é a declaração do Manoel logo após o apito final, quando ele falou que era coisa do jogo. Só que ele foi mal assessorado, induzido, conheço as pessoas de lá."

No dia 22/04/2010, a Folha noticiou que, durante segundo jogo entre Atlético-PR e Palmeiras no dia 21, a torcida atleticana havia levado cartazes e faixas contra o racismo, vaiado Danilo a cada toque, chamado o jogador de "racista"; muitos torcedores pintaram o rosto de preto como protesto. Na formalidade de cumprimentos, Manoel ignorou Danilo.

- 26/04/2010 Dois jovens foram presos sob a acusação de agredir e ofender um morador de rua de 22 anos na região central de São Paulo durante a madrugada do dia 25. Segundo depoimento da namorada da vítima, também moradora de rua, os dois rapazes o abordaram, o agrediram, disseram que ele tinha de apanhar por ser negro e o xingaram com vários palavrões de conotação racista. Os suspeitos, Luan Jesus Torres Silva de 21 anos e Lindolfo Felipe de Lima, vigilante de 22 anos, foram presos com pedaços de pau e seriam "skinheads". Em depoimentos à polícia, ambos negaram as acusações e afirmaram que não são skinheads. Foram presos sob acusação de lesão corporal e injúria racial. A vítima fez um exame de corpo de delito, no qual foram constatadas algumas lesões corporais, principalmente na perna esquerda. A polícia estava apurando a relação do caso com a reunião de um grupo de skinheads perto do local onde houve a agressão na mesma madrugada.
- 30/04/2010 A procuradora de Justiça aposentada Vera Lúcia de Santana Gomes foi indiciada ontem pela Polícia Civil do Rio sob suspeita de ter cometido os crimes de tortura qualificada, por supostamente agredir a filha adotiva de dois anos (maus-tratos foram atestados pelo Instituto Médico Legal), e racismo, no trato com os empregados. O advogado Jair Leite Pereira, que defende a procuradora, afirmou que sua cliente nega todas as acusações.
- 08/05/2010 Os familiares do aposentado Domingos Conceição dos Santos, 47 anos, baleado no dia 06 em uma agência do Bradesco, acreditam que ele foi alvo de racismo por parte do vigia Pedro de Almeida, suspeito de ter atirado. Santos levou um tiro após uma discussão por causa de seu marca-passos, que travou a porta-giratória, mesmo após ele apresentar um documento comprovando o uso do aparelho. Para a mulher de Santos, a aposentada Vanda Soranso, 60, "o segurança deve tê-lo confundido com um bandido".
- 18/05/2010 A Justiça de São Paulo acatou a denúncia contra os quatro policiais, Carlos Magno dos Santos Diniz, Ricardo José Manso Monteiro, Márcio Barra da Rocha e Alex Sandro Soares Machado, suspeitos de terem executado o motoboy Alexandre Menezes dos Santos de 25 anos na zona Sul de São Paulo. Os promotores Maurício Lopes e Marcelo Rovere acusaram os policiais militares de homicídio doloso triplamente qualificado, racismo e fraude processual. Na ocasião da morte, segundo testemunhas, o motoboy foi espancado por meia hora depois que fugiu dos PMs em uma moto que estava sem placas; a mãe da vítima, Maria Aparecida Menezes, viu as

agressões. Sobre a denúncia de racismo, os promotores disseram que, se o caso tivesse ocorrido num bairro rico ou com uma pessoa branca - Santos era negro -, a ação teria sido diferente. Os PMs disseram ter encontrado um revólver com o motoqueiro. Para os promotores, a arma foi forjada - daí a acusação de fraude. Os policiais afirmaram que não tinham a intenção de matá-lo, mas foram presos preventivamente. O advogado de defesa dos policiais, Eliezer Pereira Martins, afirma que "foi excesso culposo [não intencional], e não homicídio doloso [intencional]." De acordo com ele, os quatro policiais estavam no momento da ação, véspera do Dia das Mães, com a atenção redobrada e com uma recomendação sobre um possível ataque da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) e tinham consciência de que haviam agido com força excessiva. "Eles tentaram reanimar o Alexandre, conforme a mãe dele relatou. Nunca vi tentar matar e depois reanimar a vítima." Ainda segundo o advogado, a arma foi de fato encontrada com a vítima, e a ação teria durado no máximo cinco minutos. Afirmou também que a denúncia de racismo não procede: "É um modismo".

- 01/06/2010 O TJ do Rio Grande do Sul condenou o Vasco da Gama, time de Farroupilha (108 km de Porto Alegre), e seu jogador Vanderlei Fogolari a pagarem uma indenização de 9.000 reais ao árbitro de futebol Mário Juarez da Rosa, alvo de xingamentos de cunho racista feitos pelo atleta em setembro de 2006. Após receber um cartão amarelo em uma partida pelo campeonato municipal de futebol amador, Fogolari chamou o árbitro de "**macaco de merda**", "**negro filho da puta**" e disse "**o teu lugar é no zoológico**", entre outros xingamentos. Mesmo depois de ser expulso, o jogador continuou gritando ofensas racistas contra Mário Juarez da Rosa segundo testemunhas. O árbitro entrou na Justiça com uma ação de indenização por danos morais e ganhou em primeira instância o direito a R\$ 6.000, mas o clube e o jogador recorreram da decisão. O TJ-RS manteve a condenação e ampliou o valor da indenização. Segundo a alegação do clube, o que ocorreu foi uma revolta da torcida contra o árbitro da partida, pois o juiz havia ficado em dúvida sobre a validade de um gol do time. **"O teu lugar é no zoológico"**.
- 27/08/2010 A Justiça condenou o governo de SP a pagar R\$ 20,4 mil de indenização à família de um menino que foi vítima de racismo durante uma aula na rede estadual. Em 2002, a professora propôs atividade que apresentava personagens de diversas cores, sendo o vilão preto. Pelo laudo, o aluno negro, com sete anos à época, passou a ter "quadro de relativa fobia em relação ao ambiente escolar". A sentença não cita os nomes dos envolvidos.
- 29/10/2010 Um parecer do colegiado do Conselho Nacional de Educação (CNE) publicado no "Diário Oficial da União" sugeriu que o livro "Caçadas de Pedrinho", do autor Monteiro Lobato, não fosse distribuído a escolas públicas, ou que isso fosse feito com um alerta, sob a alegação de que a obra é racista. Em nota técnica citada pelo CNE, a Secretaria de Alfabetização e Diversidade do MEC diz que a obra só deve ser usada "quando o professor tiver a compreensão dos processos históricos que geram o racismo no

Brasil". Publicado em 1933, "Caçadas de Pedrinho" relata uma aventura da turma do Sítio do Picapau Amarelo na procura de uma onça-pintada. Conforme o parecer do CNE, o racismo estaria na abordagem da personagem Tia Nastácia e de animais como o urubu e o macaco. Uma delas diz: "Tia Nastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou, que nem uma macaca de carvão". Em relação aos animais, um exemplo mencionado na denúncia da qual o CNE partiu para fazer o parecer é: "Não é à toa que os macacos se parecem tanto com os homens. Só dizem bobagens". Nilma Lino Gomes, conselheira que redigiu o documento e professora da UFMG, sugeriu ao governo duas opções: 1) que obras que descumprissem o preceito de "ausência de preconceitos e estereótipos" não fossem selecionadas para o PNBE (Programa Nacional de Biblioteca na Escola); 2) que, caso a obra fosse adotada, tivesse nota "sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura". Seu parecer, aprovado por unanimidade pela Câmara de Educação Básica do CNE, foi feito a partir de denúncia recebida de Antonio Gomes da Costa Neto, mestrando da UnB, pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, ligada à Presidência. O ministro da Igualdade Racial, Eloi Ferreira de Araújo, afirmou que discorda do veto mas concorda com a sugestão do órgão de que seja inserida nota "crítica" sobre o contexto em que ela foi escrita. Especialistas na obra do escritor discordaram do parecer, disseram que o tratamento do negro nela poderia, justamente, servir de ponto de partida para debater o tema. "Aquele Brasil do Lobato era outro. Há pessoas que fumam, matam onça, caçam passarinho, meninas que não vão à escola", afirma Cilza Bignotto, professora da Facamp e autora de dissertação de doutorado sobre o autor pela Unicamp. "É bom para que os alunos entendam o Brasil em que vivem hoje." Cilza discorda tanto da supressão do livro nas escolas quanto na inserção de nota explicativa. "A editora vai botar explicações sobre tudo [racismo, machismo, fumo]? E quem fará as explicações? Sobre quais trechos?" Márcia Camargos, também especialista em Lobato, classificou como "censura" a iniciativa do CNE.

No dia 04/11/2010, a Folha noticiou que o Ministério da Educação pediria que o CNE revisse seu parecer. Para vigorar, o parecer teria que ser homologado pelo ministro Fernando Haddad, que disse no dia 03 não concordar com o conselho. De acordo com ele, chegou ao Ministério um número "incomum" de reclamações de educadores e especialistas a respeito do tema. "Foram muitas manifestações para que o MEC afaste qualquer hipótese de censura a qualquer obra", afirmou. Ele disse não ver racismo em "Caçadas de Pedrinho", mas não descartou a possibilidade de o conselho recomendar que as editoras publiquem as notas explicativas sobre determinada obra quando isso for considerado necessário. Haddad afirmou ainda que, qualquer que seja a decisão do conselho, ela deve valer para todos os livros distribuídos pelo MEC e não apenas para um.

04/11/2010 Várias mensagens contra nordestinos invadiram o Twitter no dia 31/10, após a vitória de Dilma Rousseff nas eleições. Uma delas de autoria da estudante de direito de São Paulo, Mayara Petruso de 21 anos: "**Nordestino não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado!**". No Facebook, a estudante também deixou declarações semelhantes: "Deem direito de voto para nordestinos e afundem o país de quem trabalhava para sustentar os vagabundos que fazem filho para ganhar o Bolsa 171". A declaração da jovem provocou reações dos internautas, que se posicionaram contra e, alguns, a favor da universitária. Nas mensagens, a eleição de Dilma é atribuída à sua votação no Nordeste. No entanto, Dilma teria sido eleita

mesmo sem a vantagem de 10,7 milhões de votos sobre José Serra (PSDB) na região graças às vitórias obtidas no Sudeste e no Norte. A OAB-PE solicitaria ao Ministério Público Federal em São Paulo que pedisse a abertura de uma ação penal contra a estudante por supostos crimes de racismo e de incitação à prática de homicídio na rede. Segundo o presidente da OAB-PE, Henrique Mariano, outras pessoas que também ofenderam os nordestinos poderão ser enquadradas em novas ações penais. Após a enxurrada de críticas, a jovem cancelou seu perfil em redes sociais. O escritório Peixoto e Cury Advogados, de São Paulo, confirmou à Folha que a universitária, que era sua estagiária, não fazia mais parte do seu quadro. A assessoria do escritório se negou a dizer, porém, se a jovem deixou o emprego ou foi demitida e quando isso aconteceu. No dia 05/11/2010, a Folha noticiou que o Ministério Público Federal em São Paulo havia aberto uma investigação para apurar se Mayara Petruso cometera o crime de racismo. No dia 03, a Folha esteve na faculdade de Mayara, na Liberdade. Ela foi descrita por um ex-colega, que pediu para não ser identificado, como "quieta" e "boazinha". Outro estudante a defendeu: "Eu penso que nem ela. Muita gente pensa".

No dia 06/11/2010, a notícia foi sobre a família de Mayara que estaria sofrendo bullying por conta das declarações da estudante. A família vive em Bragança Paulista, interior de São Paulo. Os comentários maldosos começaram, segundo o pai de Mayara, o empresário Antonino Petruso, quando um professor de sua filha caçula, de 19 anos e também estudante de direito, mencionou em sala de aula a polêmica. Antonino criticou a declaração de Mayara - fruto de um caso extraconjugal no fim dos anos 80 -, que, segundo ele, causou efeito colateral indesejado para toda a família. Ele alegou que vai repensar a ajudar financeira mensal que dá à filha e disse que tem raiva de quem é preconceituoso: "Se ela [Mayara] realmente escreveu aquilo, vai ter que pagar." Ele também disse ter estranhado a mensagem de Mayara, descrita como pessoa "carinhosa, que adora bichos". No dia 17/05/2012, a Folha publicou a decisão da Jutiza Federal de São Paulo sobre o caso. Mayara Penteadó Petruso foi condenada a 1 ano, 5 meses e 15 dias de prisão pelo crime de racismo, tendo sido a pena convertida em prestação de serviço comunitário e pagamento de multa, cabendo recurso. De acordo com a ação, Mayara disse que não tinha a intenção de ofender, que não é preconceituosa e que não esperava a repercussão. Ela declarou estar envergonhada e arrependida.

- 06/11/2010 A polícia de São Paulo ficou de investigar de quem seria a responsabilidade por um manifesto virtual intitulado "São Paulo para os paulistas". No texto apócrifo, que circulava na internet havia meses, havia a reivindicação do "fim da repressão ao paulista sobre o tema da migração em sua própria terra". O manifesto foi assinado por quase 1.500 pessoas, que poderiam vir a responder pelo crime de incitação ao racismo. O texto relacionava a "alta criminalidade" e os "hospitais superlotados" à migração nordestina. **"Migrantes pretensiosamente julgam-se os responsáveis pela construção de S. Paulo [...] Julgam-se coproprietários e não subordinados na terra alheia. Afirmam de forma usurpadora que São Paulo é de todos. E assim negam a soberania do paulista"**, diz um dos trechos. Contraditoriamente, o manifesto afirmava não compactuar com "ideias ilegais, clandestinas, desumanas ou intolerantes". Alguns dos signatários do movimento fizeram comentários similares aos dos autores. "Foi o Nordeste o berço da sociedade colonial patriarcal e São Paulo a região que tirou o Brasil do atraso. Isso ninguém reconhece", dizia uma das mensagens.

- 04/02/2011 Dois presos em Pernambuco foram obrigados a trocar beijos enquanto eram observados por um homem vestindo farda da Polícia Militar. O vídeo chegou à internet e também à cúpula da segurança pernambucana. "Passa uma língua na outra, vai!", "Que coisa linda!", são alguns trechos do vídeo com os dois presos que circula na internet. Nas cenas, os presos são "dirigidos" pelos supostos policiais. O homem com farda da PM aparece ao fundo, encapuzado. Os supostos policiais seguram os detentos, que estão com as mãos para trás, e empurram um contra o outro. Mandam eles se encostarem e pedem que repitam a cena. "Não vi, não", ironizam. Além do aparelho que grava o vídeo, três celulares aparecem apontados para a dupla. Os homens são chamados de "**macacos**" e obedecem às ordens em silêncio e visivelmente constrangidos, alternando olhos fechados com olhares para o chão. Segundo o secretário de Defesa Social, uma sindicância já havia sido aberta para apurar o caso.
- 09/02/2011 Vários componentes do time de vôlei de São Bernardo do Campo - do supervisor aos atletas - disseram que um pequeno grupo de torcedores do Londrina ofendeu o meio de rede Deivid, 22, no terceiro set do jogo, válido pela Superliga. O jogo foi em Londrina. O jogador estava na área de aquecimento junto aos outros reservas. "Nos dois primeiros sets, o pessoal nos xingava, e nós até dávamos risada. Com isso, a gente está acostumado, mas quando me chamaram de **macaco** no terceiro set, passaram do limite", disse Deivid, ressaltando que nunca havia sido alvo de insultos similares antes nas quadras. Depois da suposta ofensa, o jogo foi interrompido pois os atletas do banco de reservas da equipe do ABC paulista começaram a discutir rispidamente com os torcedores, que, de acordo com os relatos, eram adolescentes. O supervisor do Londrina, Luiz Roberto Maccagnan, pôs em dúvida a denúncia de ofensa racial. "Eu falei com os meninos [acusados de ter proferido as ofensas]. Não são moleques de rua, nem maloqueiros. Eles me disseram que não falaram essa palavra 'macaco'. Não sei se chamaram de negão", afirmou o dirigente, que diz ter ido pessoalmente pedir desculpas a Deivid após o jogo. "Quando fui falar com o atleta - não lembro o nome dele -, eu até tive que me policiar para não chamá-lo de negão porque o cara tem 2 m de altura", relatou Maccagnan. Deivid tem 2,05 m.
- "Eu disse: 'Estou aqui em nome da equipe, me desculpa, foi um caso isolado, Londrina não tem esse tipo de comportamento'. Aí eu falei: 'O meu melhor funcionário é da cor preta. Não temos nada contra'", relatou. O dirigente disse ter ficado surpreso com o fato de Deivid não ter esboçado reação ao seu pedido de desculpas e até levantou a hipótese de a equipe paulista ter feito uma denúncia falsa em relação às ofensas. "Ele ficou assustado, não falou nada. Ou ele realmente estava horrorizado com a situação ou ele não soube como reagir, porque eu fui lá pedir desculpa por alguma coisa que talvez não tenha acontecido", declarou. Maccagnan ainda disse que não havia necessidade de paralisar o jogo após as supostas ofensas. "Acho que o Rubinho, o treinador do São Bernardo, para justificar a derrota que estava sofrendo, deu uma ênfase maior no que estava acontecendo. Eram só seis garotos no meio de 2.000 pessoas. Se eles estivessem ganhando, não teria nada disso." O supervisor do Londrina ainda se queixou do fato de que, após as supostas ofensas, os atletas do São Bernardo teriam ido em direção aos torcedores "segurando os testículos".

28/03/2011 Durante o jogo entre Brasil e Escócia em Londres no dia 27, uma banana foi atirada ao gramado após o jogador Neymar cobrar o pênalti e marcar o segundo gol brasileiro. "Esse clima do racismo é totalmente triste. A gente sai do nosso país, vem jogar aqui e acontece isso. É triste, prefiro nem tocar no assunto para não virar uma bola de neve", afirmou Neymar em entrevista à TV Globo e ao Sportv. A Associação Escocesa de Futebol também refutou as denúncias de Neymar.

No dia 29/03/2011, a Folha noticiou a repercussão do caso na Europa. Segundo a notícia, o tom da imprensa europeia ao tratar do episódio foi o de defesa dos torcedores escoceses, supostos responsáveis pela ofensa. "O comportamento deles foi de primeira classe", afirmou Mark Sheeran que chefiou o policiamento dentro do estádio Emirantes, arena do Arsenal onde a partida aconteceu. De acordo com Sheeran, nenhum problema foi registrado no interior do estádio. A Associação Escocesa de Futebol também refutou as denúncias de Neymar. Em nota postada em seu site, a entidade declarou ter feito "contato com a CBF e os organizadores da partida, a Kentaro, para relatar suas informações e a indignação de seus torcedores com as acusações infundadas". Os escoceses defenderam que o setor de onde partiu a banana estaria ocupado, majoritariamente, pelos torcedores brasileiros que foram ao estádio assistir ao jogo.

No dia 30/03/2011, a notícia foi que a Polícia Metropolitana de Londres havia dado o caso por encerrado no dia anterior. Segundo nota emitida pelo Arsenal, um turista adolescente alemão, que não teve o nome revelado, admitiu ter jogado a fruta no campo, mas sem a pretensão de ofender o jogador. "A Polícia Metropolitana está convencida de que não houve intenção racista e confirma que nenhuma ação será tomada", conclui o texto, reproduzido no site da Associação Escocesa de Futebol. Pelas imagens da partida, é possível perceber que a banana foi atirada de um setor do estádio que era destinado aos torcedores brasileiros.

No dia 01/04/2011, a Folha noticiou a Associação Escocesa de Futebol, a SFA, exigia que a CBF e o atacante Neymar se retratassem pela acusação de racismo. Em nota assinada pelo chefe-executivo da entidade, Stewart Regan, a SFA afirmou que "os torcedores escoceses ficaram chateados e aborrecidos com as infundadas alegações que ameaçavam manchar suas reputações de justos, bem-humorados e respeitosos espectadores". A CBF informou que não pediria desculpas à federação escocesa por considerar que não fez nenhuma acusação nem reclamação relacionada ao incidente. Em nota publicada em seu site oficial, Neymar chamou de irônico o pedido de retratação e negou que fosse acatá-lo por considerar que não acusou "qualquer pessoa ou qualquer grupo de torcedores, de qualquer nacionalidade, de ter cometido tal ato".

28/03/2011 A rede Walmart de supermercados foi condenada a pagar 148 mil reais a ex-funcionária de uma de suas lojas em Vitória (ES) por danos morais. A moça, de 26 anos, trabalhou no local por um ano e meio e alega ter sido vítima de agressões verbais no trabalho e de xingamentos públicos pelo sistema de som do estabelecimento. De pele negra, ela era chamada, entre outras coisas, de "**macaca**", "lesma" e "tartaruga" por outros funcionários. Isso ocorreu em 2006. Segundo o advogado Fabiano Herkenhoff, que a defendeu, os insultos eram fruto da competitividade promovida pelo Walmart. O Walmart informou que "repudia veementemente qualquer ato de desrespeito e discriminação". Sobre o caso, a empresa "ressalta que o processo judicial já foi encerrado". O Walmart informou ainda que os acusados foram afastados.

30/03/2011 Declarações dadas pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) durante programa de TV geraram uma enorme quantidade de manifestações no Congresso, no movimento negro e no movimento gay. No quadro "O Povo Quer Saber", do programa CQC da TV Bandeirantes, a cantora Preta Gil perguntou como ele reagiria se seu filho se apaixonasse por uma negra. O parlamentar respondeu: "Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados. E não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu." Após o programa ir ao ar na noite de 28/03, Bolsonaro tentou se justificar. Disse que, na realidade, pensou que a pergunta se referisse a um relacionamento gay. "Essa se encaixa na resposta que eu dei. Para mim, ser gay é promíscuo, sim". A resposta provocou mais polêmica. Preta Gil ameaçou processá-lo. Disse que entraria com uma ação de indenização por danos morais. Colegas de Câmara dos Deputados afirmaram que iriam encaminhar um pedido de investigação sobre o parlamentar ao Ministério Público Federal e à Procuradoria Geral da República. O deputado Edson Santos (PT-RJ) pediu abertura de processo por quebra de decoro contra Bolsonaro. A presidente da Comissão de Direitos Humanos, Manuela D'Ávila (PC do B-RS), declarou que apresentaria moção de repúdio e ressaltou que o racismo aconteceu, independentemente de quem tenha sido o alvo do colega. Ideraldo Beltrame, presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, afirmou que o movimento também mobilizaria parlamentares para que fosse aberto um processo no Congresso contra Bolsonaro. A OAB do Rio de Janeiro informou que também pediria a abertura de um processo por quebra de decoro. Na entrevista, o deputado também disse que não iria a desfiles gays porque não promove "maus costumes", que daria "porrada" se pegasse um filho fumando maconha e que sente saudade dos generais que presidiram o país durante a ditadura militar. Bolsonaro informou que iria protocolar um ofício no Conselho de Ética pedindo para ser ouvido.

No dia 31/03/2011, a Folha voltou a abordar o caso. Segundo a reportagem, irritado com a repercussão de suas declarações, o deputado deu a seguinte resposta ao ser questionado se era homofóbico: "Estou me lixando para esse pessoal aí", disse, após acompanhar o velório do ex-vice-presidente José Alencar. "Agora criaram a Frente Gay [na Câmara]. O que esse pessoal tem para oferecer? Casamento gay? Adoção de filhos? Dizer pra vocês, jovens, que se tiverem um filho gay é legal, vai ser o orgulho da família? Esse pessoal não tem nada a oferecer." Bolsonaro afirmou não ser racista. "Minha mulher é afro e meu sogro é negão." A Câmara já havia aberto processo para investigá-lo. O presidente da Casa, Marco Maia (PT-RS), enviou à Corregedoria-Geral cinco representações por quebra de decoro. Após ser notificado, Bolsonaro teria cinco dias para se defender. A decisão da Corregedoria seria depois enviada à Mesa Diretora da Câmara, que poderia encaminhar o caso ao Conselho de Ética, podendo iniciar um processo de cassação do mandato.

No dia 02/04/2011, o caso voltou ao jornal. A ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, classificou as declarações do deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) como um "caso explícito de racismo". Ela pediu que a Câmara adotasse providências "coerentes" com as reações da sociedade. "Da maneira como estão sendo encaminhadas é provável que ele [Bolsonaro] seja interpelado e vamos esperar que a Câmara possa agir com a firmeza que a sociedade espera, porque não podemos admitir mais declarações tão explicitamente racistas como essas", afirmou a ministra.". No dia anterior, o líder do PT, Paulo Teixeira (SP), havia cobrado na Câmara providências legais sobre o caso. Ele

lembrou que Bolsonaro é "reincidente em suas atitudes preconceituosas". Também em nota, o presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcante, disse que o deputado violou a Constituição. Segundo ele, as declarações são "incompatíveis com a dignidade do Parlamento e com a relevância do cargo de deputado". Cavalcante afirmou ainda que a Câmara deveria abrir processo contra o congressista por quebra de decoro e, se fosse o caso, afastá-lo das funções.

No dia 05/04/2011, Diego Torres de 23 anos, cunhado de Bolsonaro, o defendeu das acusações de racismo durante entrevista dada na base da Aeronáutica. Torres diz que é irmão por parte de pai de Michelle, mulher de Bolsonaro. "Meu pai é da minha cor. A Michelle tem a pele um pouco mais clara", disse. "Já estive várias vezes com ele. Ele nunca foi preconceituoso, porque ele não é."

No dia 10/04/2011, a notícia foi que dois grupos haviam rivalizado no dia anterior no vão do Masp (Museu de Arte de São Paulo), na avenida Paulista. De um lado, manifestantes gritavam que "ser heterossexual não é ser radical". Eles saíam em defesa do deputado federal Jair Bolsonaro. Outro grupo pedia: "Fascistas, morram". Reagiam ao protesto convocado pela internet para apoiar Bolsonaro. O clima entre os grupos esquentou em vários momentos, com bate-boca. Cerca de 100 policiais impediram o confronto. A polícia levou sete simpatizantes de Bolsonaro para a delegacia - seriam suspeitos de crimes de racismo. O grupo pró-Bolsonaro tinha cerca de 40 pessoas, algumas mascaradas e de cabeça raspada. O grupo anti-Bolsonaro era mais numeroso e reunia em torno de 70 pessoas.

No dia 14/04/2011, José Dirceu disse que não atenderia aos apelos de Jair Bolsonaro, que pretendia citá-lo como sua testemunha de defesa na acusação de racismo.

No dia 19/04/2011, a Folha publicou que a Corregedoria da Câmara provavelmente inocentaria Bolsonaro da acusação por quebra de decoro.

No dia 02/05/2001, a Folha noticiou que Preta Gil disse já ter aberto o processo de crime racial contra Bolsonaro.

- 15/04/2011 A Justiça do Paraná condenou pelo crime de racismo dois jovens que mantinham página na internet estimulando a discriminação contra negros e judeus. Em depoimento, Rodrigo Marcel Ribeiro e Adriano Nunes Motter disseram que o site "era uma troca de ideias entre amigos e acabou se tornando público", e negaram serem a favor do racismo.
- 26/04/2011 A Justiça condenou o ex-delegado Raul Dias Alves a um ano e 11 meses de detenção por crime de injúria racial. Alves foi condenado por ter ofendido Grasiela Panizzon numa padaria da zona oeste do Rio porque ela vestia a burca, véu característico muçulmano. Segundo o Tribunal de Justiça do Rio, Alves fez comentários preconceituosos sobre religião e raça para Grasiela. A seguir, pegando um pano, simulou usar uma burca e chamou a mulher de "palhaça". Disse ainda, em tom de deboche, que Grasiela devia ser um braço do Iraque no país. Em sua defesa, o ex-delegado disse ter "certa aversão ao Irã e ao Iraque" porque perdeu um parente que serviu pelos EUA na Guerra do Golfo. A juíza Andréa Teixeira substituiu a pena de prisão por duas restritivas de direito, consistentes na prestação de serviços à comunidade, e limitações nos fins de semana.

- 19/05/2011 A professora Dirce Grandini Remolli foi condenada no dia 18 a pagar o equivalente a 50 salários mínimos a também professora Maria Conceição Ferreira de Barros por injúria e ofensa de cunho racial. O caso aconteceu em 1998 e teve sua sentença apresentada ontem pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. À época Dirce teria dito, referindo-se a Maria Conceição que é parda, que **"gente daquele tipo quando não apronta na entrada, apronta na saída"** e que ela seria uma pessoa de **"má influência"** e de **"má conduta"**. Em seu despacho, o relator Luiz Ambra afirma que "a honestidade da professora [Maria Conceição] foi posta em dúvida em razão dos comentários da ré, além das injúrias racistas, altamente reprováveis, com enorme repercussão na esfera moral da vítima". O advogado da réu afirmou que iria recorrer da decisão. **"Gente daquele tipo quando não apronta na entrada, apronta na saída"**.
- 23/06/2011 O lateral esquerdo Roberto Carlos, jogador do Anzhi da Rússia, foi vítima de um episódio racista no campeonato russo. Durante partida do seu time, uma banana foi lançada em sua direção. Na segunda rodada do campeonato, Roberto Carlos já havia sofrido uma ofensa racista quando um torcedor do Zenit ofereceu a ele uma banana durante a cerimônia pré-jogo. "Estou indignado com o comportamento do torcedor, que ofendeu não só a mim, mas a todos os jogadores presentes e a todo o futebol russo", disse Roberto Carlos ao diário russo "Sport-Express".  
No dia 24/06/2011, a Folha publicou que a Embaixada russa no Brasil afirmou estar investigando o caso. "As medidas para procurar o responsável por esse gesto bizarro e totalmente inaceitável - que jamais pode ser chamado de torcedor - já estão sendo tomadas", informou. "Condenamos com veemência quaisquer manifestações dessa natureza e temos certeza de que esse ato lamentável, que deixou envergonhada toda a comunidade dos torcedores russos e todas as pessoas de bem no nosso país, não afetará as relações de amizade e respeito mútuo entre os povos da Rússia e do Brasil", conclui o documento.
- 04/07/2011 O bombeiro civil Welker Oliveira Guerreiro de 19 anos, o estudante de engenharia Guilherme Witiuk de Carvalho de 21 anos, o embalador Pedro Toledo de Souza de 19 anos e os estudantes Julio Ramon de Lima de 21 anos e Kauê Baldon Barretto de 18 anos foram presos ontem em flagrante acusados de tentativa de homicídio, formação de quadrilha e injúria racial na Vila Mariana em São Paulo. Os suspeitos teriam agredido quatro pessoas enquanto gritavam **"seus negros"**, **"nordestinos filhos da puta"** e **"seus zumbis"**. Os acusados gritavam ainda **"somos skinheads e vamos matar vocês"**, conforme o boletim de ocorrência registrado no 5º DP (Aclimação). Dois agentes da 1ª Delegacia Seccional (centro) faziam ronda na região quando flagraram a ação, na altura do número 1.420 da rua Vergueiro, por volta da 1h. Com o grupo, foram apreendidos três machados, quatro facas, dois facões, um punhal, uma caneta com ponta dupla e um soco inglês. Também havia uma camiseta com os dizeres "white pride" (orgulho branco, em inglês) -White Power (poder branco) é o nome de uma das gangues conhecidas em São Paulo, que usa o slogan "White power, white pride!".Três das quatro vítimas eram negras ou mulatas: Carlos Eduardo Lesbão de Carvalho de 31 anos, Samuel Alexandre de Oliveira de 34 anos, e

Júlio César Marques Afonso de 20 anos. A quarta vítima, Aline Cristiane de Souza de 21 anos, foi identificada no boletim policial como branca. Nenhuma das vítimas é nordestina.

- 20/07/2011 A nova Miss Itália no Mundo 2011, a ítalo-brasileira Silvia Novais de 24 anos tornou-se vítima de racismo por meio de insultos na internet. Os comentários começaram após a vitória. "Tomei conhecimento do site neonazista quando fui dar uma entrevista." Ela se referia ao stormfront.org, onde, no dia 19, era possível acessar xingamentos e discussões sobre a veracidade de sua ascendência italiana. De acordo com a jovem, seu avô materno nasceu em Florença. "Minha filha sempre sofreu ataques preconceituosos, mesmo no Brasil", disse a mãe adotiva de Silvia, a advogada Sandra Coimbra, 54. Segundo a secretaria de Segurança Pública, o caso não seria investigado pois a vítima não registrou queixa.
- 01/08/2011 Um ciclista italiano foi expulso da Volta do Rio após ser acusado de envolvimento em um episódio de racismo. No dia 30/07/2011, na etapa entre Teresópolis e Rio das Ostras, duas cidades do estado do Rio de Janeiro, o italiano Marco Caledan teria pedido ao brasileiro Renato Santos para puxar o pelotão. Santos disse que estava cansado e que não iria fazê-lo. Segundo a assessoria do evento, Caledan xingou Santos, e testemunhas o ouviram pronunciar, em italiano, a expressão "**negro asqueroso**". Organização, comissários da prova e membros da UCI (União Internacional de Ciclismo) decidiram excluir o italiano da largada de ontem. Sua equipe, a Trevigiani, também não seria mais convidada a participar da competição.
- 26/08/2011 Uma rede de farmácias que atua nas regiões Norte e Nordeste foi condenada pela Justiça a pagar R\$ 30 mil de indenização por danos morais a uma ex-funcionária por discriminação racial. Segundo a vítima, em uma unidade de Macapá (AP), a escala era feita de acordo com a cor da pele. No processo, Marianne afirma que, em 2010, a gerente a escalou para trabalhar à noite porque ela "combinava com a escuridão". A vítima relata o diálogo: "A (...), como é branquinha, ficará pela manhã. O (...), como ele já é um pouco mais clarinho, ele fica à tarde. **E tu [Marianne], como já és mais pretinha, fica na escuridão, à noite, que combina contigo**". A ex-funcionária trabalhou como operadora de caixa durante nove meses na unidade, até junho de 2011. A advogada da vítima, Cleide Rocha, disse que a gerente discriminou Marianne em outras oportunidades, na frente de colegas de trabalho, até a caixa pedir demissão. Disse também que um supervisor da matriz da rede, em Belém (PA), foi informado da atitude, mas nada fez. No processo, o advogado da rede disse que a caixa estava insatisfeita por cumprir o turno da noite e criticou "o que se convencionou chamar de politicamente correto". Segundo o tribunal, a Extrafarma iria recorrer.
- 20/09/2011 Anderson Segato, 33, acusa seguranças do shopping Pátio Paulista de o terem agredido após ele questioná-los sobre comentários homofóbicos, na noite do dia 19/09/2011. Já um dos seguranças disse à polícia que foi alvo de racismo e que não sabia que o rapaz era gay.
- 27/10/2011 O músico William Oliveira Santos de 25 anos diz ter sido vítima de racismo e de agressão por três seguranças do Metrô na estação Campo Limpo, na zona sul de São Paulo no dia 25.. Segundo ele, ao chegar à estação, um dos seguranças tentou intimidá-lo. Após uma discussão, o vigia se retirou mas, quando Santos subia a rampa de acesso da estação, foi abordado por outros

dois seguranças.

Ele afirma que, ao ser revistado, teve o braço torcido e sofreu uma luxação.

O músico diz ter tomado uma "gravata" e ter sido arrastado pelo braço pelos três seguranças, que o colocaram para fora da estação. Santos afirmou ainda que, ao expulsá-lo, um dos seguranças disse: "**Sai fora, negão! Se quiser, vai de busão**". William passou por exame no IML. A direção do Metrô informou que estava acompanhando o caso e que, se a denúncia do músico viesse a ser confirmada, os funcionários seriam punidos. De acordo com a empresa, os seguranças teriam sido xingados pelo usuário e, como houve resistência à realização de uma revista, ele teve que ser imobilizado e retirado da estação. "O usuário retornou à estação com policiais militares e não aparentava lesão", afirma o Metrô em nota.

07/12/2011 A estudante de pedagogia, Ester Elisa da Silva Cesário, de 19 anos, afirma ter sido alvo de racismo no colégio Internacional Anhembi Morumbi onde é estagiária como assistente de marketing. Segundo Ester, em seu primeiro dia de trabalho como assistente de marketing, no dia 1º de novembro, a diretora do colégio reclamou de uma flor presa em seu cabelo e pediu para deixá-los presos. Dias depois, a diretora a teria chamado novamente para reclamar do cabelo. Dessa vez, conta Ester, a mulher foi além: disse que compraria camisas mais longas para que a funcionária escondesse seus quadris. "**Como você pode representar nosso colégio com esse cabelo crespo?**", indagou a diretora, segundo a jovem. Ainda de acordo com a estagiária, a diretora contou que já teve cabelos crespos, mas os alisou para se adequar ao padrão de beleza exigido. Ester registrou boletim de ocorrência na Decradi (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância). "A discriminação me afetou de tal forma que eu não consigo mais me olhar no espelho e mexer no meu cabelo. Ela [a diretora] mexeu com meu emocional. Estou triste e choro a todo instante", diz. O caso ganhou visibilidade no Facebook. No dia 08/12/2011, foi noticiada a afirmação de Ester que, após a denúncia, passou a ser "excluída". O advogado da jovem diz que, além da discriminação, ela passou a sofrer assédio moral. Segundo Ester, antes sua função era mostrar a escola para os pais interessados em matricular os filhos, mas ela teria sido transferida para o arquivo. A conselheira do colégio Mercedes Vieira disse que não houve mudança de função. O colégio nega discriminação.

04/01/2012 A Polícia Civil de São Paulo abriu inquérito no dia 03/01 para apurar uma suspeita de crime de preconceito racial e constrangimento ilegal contra um menino etíope de seis anos, filho adotivo de um casal espanhol, em um restaurante. O caso ocorreu no dia 30. Segundo os pais, a criança, que é negra, foi retirada do restaurante Nonno Paolo, no Paraíso, zona sul paulistana, quando esperava em uma mesa. O casal estava se servindo no bufê do local. Segundo depoimento de familiares, a criança foi colocada para fora por um funcionário, mas o estabelecimento nega. A mãe do menino disse que, ao se dar conta do sumiço do garoto, correu desesperada para a rua, onde o encontrou chorando. Indignados, Cristina e Jordi, seu marido, deixaram os pratos e foram embora. Depois, registraram um boletim de ocorrência na delegacia. O caso foi exposto no Facebook e publicado no blog do jornalista Luís Nassif e gerou uma avalanche de críticas, mas também comentários a favor do estabelecimento. O inquérito servirá para apurar se houve crime de preconceito racial. Após saber do acontecido, a tia-avó da criança foi ao restaurante atrás de explicações. "Fui lá e disse que não sairia dali enquanto não houvesse uma explicação. Aí veio um senhor muito

prepotente e disse: 'fui eu'", contou. Segundo ela, o funcionário disse ter perguntado à criança o que ela queria, mas não obteve resposta - o menino não fala português. "Aí ele botou o menino para fora. Pelo que a criança me disse, ele o pegou pelo braço", afirmou Aurora. Ela disse que o funcionário alegou ter confundido a criança com meninos de rua que pedem esmolas a clientes. Para familiares do menino, o caso é uma "mistura de dor e vergonha". "Eu quero que tenha, no mínimo, uma reprimenda", disse Aurora. Numa reunião de família, o menino fez um pedido um dia antes de ir embora para a Espanha: "Por favor, chega de falar disso".

No dia 20/01/2012, nova notícia sobre o restaurante relata que Camila Pereira, proprietária, havia sido detida depois de a polícia encontrar cerca de 180 kg de comida fora do prazo de validade em seu estabelecimento. Sobre o caso de racismo, segundo o advogado do restaurante, José Eduardo Cruz, não houve crime. De acordo com ele, o funcionário não retirou a criança do estabelecimento. "Ele disse que perguntou ao menino quem eram o pai e a mãe dele. O garoto não respondeu e saiu sozinho", disse Cruz.

10/01/2012 Um policial militar apontou uma arma e deu um tapa no rosto de um estudante dentro da USP na manhã do dia 09/01. O caso ganhou repercussão depois de um vídeo com imagens da ação ter sido postado no site YouTube, e os dois policiais foram afastados de suas funções pelo comando da PM na zona oeste, que abriu uma sindicância. A confusão aconteceu depois que o sargento André Ferreira, que apontou a arma, e o soldado Rafael Fazolin foram chamados pela guarda universitária para ajudar na retirada de alunos que ocupam o centro de vivência, fechado desde 2006. O vídeo mostra que, durante conversa com os estudantes por volta das 11h, o sargento Ferreira se dirigiu para um jovem negro, de cabelo rastafári, que estava ao fundo, e perguntou se ele era estudante da USP. O jovem, Nicolas Menezes Barreto, respondeu que sim, mas se recusou a mostrar identificação, e o PM chegou a apontar a arma para ele. Depois, puxou o jovem para fora. O sargento, depois da agressão, retirou sua identificação da farda, na tentativa de esconder seu nome. E continuou, de forma truculenta, a dar empurrões. No vídeo, Nicolas apareceu mostrando sua carteirinha de estudante de ciências da natureza da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP Leste.

17/01/2012 A Rede Globo anunciou no dia 16 a eliminação de Daniel Echaniz de 31 anos da 12ª edição do Big Brother Brasil após a Polícia Civil do Rio de Janeiro iniciar uma investigação acerca de um suposto estupro que o participante teria cometido no programa contra a participante Monique Amin, 23 anos. O vídeo não permite ver com clareza o que se passou, mas muitos telespectadores e internautas acusaram Daniel de se aproveitar da embriaguez de Monique para abusar dela sexualmente. A expulsão do modelo foi pedida com a hashtag #danielexpulso, que chegou a liderar os "trending topics" brasileiros do Twitter. Procurado pela reportagem, o diretor do "BBB 12", J.B. Oliveira, o Boninho, disse que havia acontecido apenas "esfregação". "Estupro implica violência, e não houve isso. Tudo o que eles fizeram foi consensual. Não tem câmera debaixo do edredom nem raio-x para saber o que aconteceu." O diretor disse ainda que os protestos tinham cunho racista. "Acho que o Daniel está sendo vítima de racismo dos internautas. Reclamaram que o primeiro grupo [do 'BBB'] só tinha branco e agora, justamente com o único negro da casa, falam que ele estuprou uma mulher. Será que o Daniel não pode ficar com uma mulher bonita?" No dia 18/01/2012, a Folha publicou as impressões de Maria Aparecida

Echaniz, mãe de Daniel, sobre o caso. "Estou muito abalada com o que estão dizendo do meu filho. Ele não fez nada disso. É uma acusação muito grave", disse a mãe do modelo. Aparecida disse querer explicações da TV Globo. "Quero saber quais regras ele quebrou", disse. Aparecida também afirmou que seu filho foi vítima de racismo por parte dos internautas.

21/01/2012 A presidenta Dilma Rousseff pediu ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para apurar se houve negligência de dois hospitais particulares de Brasília no atendimento ao secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, que morreu na madrugada do dia 19/01/2012, aos 56, vítima de um infarto. Seu corpo foi enterrado no dia 20 em São Paulo. Ele deixa mulher e quatro filhos. Segundo o jornal "Correio Braziliense", o secretário não foi atendido na hora por não ter cheque-caução para o atendimento de emergência - o plano de saúde de Ferreira não era aceito pelos hospitais. Ele foi levado a outra unidade, mas os médicos não conseguiram reanimá-lo. A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) proíbe cobrança de garantia para o atendimento de beneficiários de planos de saúde. A ANS apura possíveis "omissão de socorro" e "racismo institucional". Ferreira era negro. O hospital Santa Luiza diz que não há registro de entrada do secretário na quinta. "Foram checadas imagens de circuito de TV, registros telefônicos e feitos contatos com funcionários que estavam no plantão", diz a nota oficial. O outro hospital, Santa Lúcia, disse que Ferreira não solicitou atendimento de emergência. "O paciente entrou calmamente no hospital, perguntou se tinha cobertura pelo plano, foi informado que não e que poderia ser atendido como particular. Ele disse que iria a outro hospital", disse Gustavo Marinho, diretor jurídico da unidade.

24/02/2012 Ficou decidido em um acordo entre as partes durante audiência no Tribunal de Justiça do DF que o jornalista Paulo Henrique Amorim do site Conversa Afiada teria que pagar R\$ 30 mil a uma instituição de caridade por ofender o repórter da TV Globo Heraldo Pereira. Na ação, Pereira argumentou que foi vítima de injúria e racismo reiteradas vezes em textos assinados por Amorim. Os textos diziam que Pereira era "empregado de Gilmar Mendes" [ministro do Supremo] e fazia "bico" na Globo. Pereira também foi chamado por Amorim de "negro de alma branca", expressão que motivou uma ação penal, não concluída até essa data, por racismo e injúria racial. Além de pagar a multa, Paulo Henrique teria que publicar uma retratação nos jornais Folha de São Paulo e Correio Braziliense. O advogado de Amorim disse que a expressão "**negro de alma branca**" foi tirada de contexto. Em janeiro, Amorim havia sido condenado a indenizar em R\$ 30 mil o ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto - ele o havia chamado de "Paulo Afro-descendente". Os dois recorreram.

No dia 10/03/2012, a Folha noticiou que Heraldo Pereira queria que o jornalista Paulo Henrique Amorim publicasse novamente sua retratação. O texto publicado no "Correio" havia sido alterado; já na Folha, o anúncio saiu um dia após o prazo e só na edição local. Segundo o advogado de Pereira, Paulo Roque Khouri, já estava prevista no acordo uma segunda publicação caso a primeira retratação não saísse conforme combinado. Já o advogado de Amorim, Cesar Marcos Klouri, diz entender que ele cumpriu "literalmente o que foi acordado".

No dia 21/11/2012, a Folha noticiou os anúncios de retratação de Paulo Henrique haviam publicados na Folha e no "Correio Braziliense" no dia anterior. Rafael Klier da Silva Olivera, advogado de Pereira, disse que a defesa estuda cobrar multa de R\$ 100 mil pelo atraso na retratação, que

deveria ter sido feita em outubro. O advogado de Amorim, Cesar Marcos Klouri, disse que aguarda julgamento de um recurso no Superior Tribunal de Justiça.

28/02/2012 O Ministério Público Federal quer retirar de circulação exemplares do dicionário Houaiss sob alegação de que a obra contém referências "preconceituosas" e "racistas" contra ciganos. Em versões eletrônicas, o Houaiss chega a definir a palavra "cigano" como "aquele que faz barganha", "esperto ao negociar" e "apegado ao dinheiro, agiota, sovina". A ação, proposta pela Procuradoria em Uberlândia (MG), pede a supressão dos termos e o pagamento, pela editora Objetiva e pelo Instituto Antônio Houaiss, de R\$ 200 mil de indenização por dano moral coletivo. Instituto Antônio Houaiss informou que a única pessoa que pode falar sobre a questão, o diretor Mauro Villar, estava fora do Brasil.

No dia 03/03/2012, a Folha informou que o Houaiss não tinha mais a entrada da palavra "cigano" na sua versão eletrônica e que o sumiço ocorrera após ação do MPF. No dia 02/03, quem digitasse "cigano" na versão eletrônica do Houaiss encontrava o aviso "a palavra não foi encontrada". Até o dia em que a imprensa noticiou a ação, a palavra estava disponível. O mesmo aviso aparecia quando a palavra "negro" (que não foi alvo de ação) era digitada na procura. O diretor do Instituto Antonio Houaiss, Mauro Villar, afirmou que não partiu dele a ordem para a retirada. Villar disse que nunca teria suprimido as definições porque elas são "espelhos que refletem ocorrências" na língua.

29/02/2012 O Conar, conselho que regulamenta a publicidade, deve julgar em breve representação contra um anúncio do azeite Gallo acusado de supostamente incorrer em racismo. A peça, que promovia nova embalagem do produto, dizia: "**O nosso azeite é rico. O vidro escuro é o segurança**".

02/03/2012 Um ato racista aconteceu na noite de 29/02 em Belo Horizonte, Minas Gerais, durante o jogo entre Cruzeiro e Minas pela Superliga masculina de vôlei. Após o atleta Wallace do Cruzeiro efetuar um saque no segundo set, uma voz feminina gritou da arquibancada do Minas: "**Vai lá, macaco. Volta para o zoológico**". O grito foi captado pela emissora que transmitia o jogo. Em declaração reproduzida no site do clube, o atleta disse que os insultos prejudicaram seu rendimento. Em nota oficial, a CBV (Confederação Brasileira de Vôlei) cita o "possível caso de preconceito". A entidade informou que o delegado do jogo acionou a segurança para identificar a autora das ofensas raciais, mas, até o fim da partida, ninguém havia sido identificado. A confederação afirmou ter reunido toda a documentação do caso para avaliá-lo e, se necessário, encaminhá-lo para o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). Em nota, o Minas tentou se eximir de responsabilidade pelo ocorrido. "É justo destacar que se tratou de manifestação individual, impossível de ser controlada pelo clube e que em nada reflete a filosofia e os valores do Minas", disse o clube mandante via assessoria de imprensa.

Em 29/03/2012, a Folha publicou que o Minas teria que pagar multa de R\$50 mil por conta do episódio de racismo. O Minas ainda poderia recorrer da decisão ao pleno do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva). O caso foi julgado no dia 28 pela comissão disciplinar do tribunal.

- 05/03/2012 O brasileiro Juan, jogador do Roma, foi alvo de racismo por parte de torcedores da Lazio, no dia 04 em Roma, Itália. O jogador se revoltou e pediu silêncio às arquibancadas. Após a reclamação de Juan, o árbitro Mauro Bergonzi chamou o capitão da Lazio, Stefano Mauri, e o avisou que o jogo seria suspenso caso os gritos racistas continuassem, mas o coro só cessou após o sistema de som do estádio avisar que o clube era responsável pelas atitudes de seus torcedores e poderia ser punido. Os ultras, grupos organizados com os torcedores mais radicais da Lazio, são fortemente identificados com o movimento fascista. O ditador Benito Mussolini era torcedor "laziale", e seu filho presidiu a agremiação. No dia 06/03/2012, a Folha noticiou que o Lazio teria de pagar multa de € 20 mil (mais de R\$ 45 mil) pelas ofensas feitas por sua torcida.
- 11/03/2012 A jogadora cubana Daymi, do Minas, afirmou ter sido alvo de racismo na partida de seu time contra o Rio do Sul, de Santa Catarina pela Superliga de vôlei. "Gente, estou muito triste e me sentindo muito mal. Um torcedor do Rio do Sul chegou perto da quadra, onde estávamos Herrera e eu, para gritar na nossa cara: **'Negras de merda, voltem para Cuba'**", escreveu a jogadora no Facebook.
- 23/03/2012 O brasiliense Marcelo Valle Silveira Mello de 29 anos e o curitibano Emerson Eduardo Rodrigues de 32 anos foram presos no dia 22 em Curitiba sob suspeita de apologia à violência e discriminação contra mulheres, negros, nordestinos, homossexuais e judeus na internet. Segundo a PF, os dois planejavam um massacre de alunos de Ciências Sociais da UnB (Universidade de Brasília) além de publicarem conteúdo racista. Eles mantinham o domínio silviokoerich.org, cujos textos eram ilustrados com fotos de mulheres decapitadas e continham frases que incitavam o estupro e morte de mulheres que mantinham relações sexuais com negros. Eles, segundo a polícia, também pediam a legalização da pedofilia. "Este é um dos casos mais graves que já vi. Não só pela discriminação, mas pela pregação do extermínio", disse o delegado Flávio Garcia. A investigação durou cinco meses. Na conta bancária de Mello, foram encontrados R\$ 500 mil. O dinheiro dele foi bloqueado. Eles podem responder por racismo, incitação à violência e publicação de material com conteúdo pedófilo.
- 05/04/2012 Adriano Giovanni Pieroni, de 48 anos, dirigente do PSDC (Partido Social Democrata Cristão) em Santo André, ABC Paulista, foi preso anteontem em São Caetano do Sul, também no ABC. Segundo a polícia, o político estava no velório de um primo e passou a ofender os dois guardas. A polícia apurou que os xingamentos aconteceram após Pieroni tomar três doses de vodca em um bar ao lado do velório. Pieroni teria chamado um dos guardas de **"preto"** e de **"macaco"**. No DP, o político disse ter sido agredido, mas testemunhas o desmentiram. O PSDC afirmou no dia 04, em nota, que havia afastado Pieroni.
- 18/04/2012 **"Sem cotas para os animais da África."** A frase foi escrita no início do mês de abril no mural em frente ao centro acadêmico da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara (273 km de SP) e deixou os alunos africanos do campus apreensivos. Fez também com que a universidade abrisse uma sindicância interna. Alunos e professores do Grupo de Estudos

da Cultura Africana registraram um boletim de ocorrência por racismo. Naquele momento, havia 26 alunos africanos fazem intercâmbio na Unesp. A Unesp afirmou, em nota, que nomeou uma comissão para apurar os fatos, que também seriam notificados à PF e ao Ministério Público. A polícia realizaria um exame da pichação para tentar identificar sua autoria.

19/04/2012 O presidente da Câmara dos Deputados Marco Maia (PT-RS) arquivou a denúncia do policial legislativo Rubens de Araújo Lima contra o deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) de racismo e quebra de decoro.

27/04/2012 A equipe do Santos acusa a torcida do Bolívar de lançar bananas no gramado em direção a Neymar em ato racista na partida entre os clubes na Bolívia. Na versão do clube de La Paz, a fruta era outra: uma laranja. Procurado, o Bolívar negou que tenha havido racismo. No segundo tempo da partida, Neymar foi atingido no rosto por um objeto vindo da direção das arquibancadas. Imagens do atacante santista caído mostram a seu lado uma fruta redonda. Na versão do Santos, porém, a banana foi arremessada em outra ocasião, não registrada pelas câmeras. "Infelizmente, em qualquer lugar do mundo, há gente que faz esse tipo de estupidez", disse o porta-voz do Bolívar sobre o arremesso de objetos ao campo. O time disse que investiga a origem deles. "Quando encontrarmos a pessoa, ou o grupo de pessoas, que fez isso, será encaminhado à polícia e deve ser preso de acordo com a lei boliviana", disse o porta-voz. A Conmebol afirma esperar o relatório oficial do árbitro do jogo para decidir se abre investigação sobre o assunto.

03/05/2012 O médico Heverton Menezes, de 62 anos, fugiu de um shopping em Brasília após ser acusado de racismo pela atendente de bilheteria de cinema Marina Serafim de 25 anos. **"Ele disse que eu não deveria estar morando aqui. Deveria estar morando na África, cuidando de orangotangos"**, disse Marina. O delegado responsável pelo caso, Marco Antonio de Almeida, afirmou que o suspeito pode responder por injúria racial. Segundo o delegado, Heverton esteve envolvido em situação semelhante há dez anos, quando discutiu com uma mulher que organizava uma fila em local de votação. O advogado do suspeito negou as acusações. **"Ele disse que eu não deveria estar morando aqui. Deveria estar morando na África, cuidando de orangotangos"**.

09/05/2012 O clipe "Kong" do cantor Alexandre, tornou-se alvo de investigação da Procuradoria-Geral da República em Uberlândia (MG), onde mora o cantor, Pires ao veicular a imagem de negros como gorilas. A suspeita é de discriminação racial. No clipe, homens vestidos de gorilas saem da selva e invadem uma festa, onde, à beira da piscina, se juntam a mulheres. Pires, Catra e Neymar aparecem dançando o refrão "É no pelo do macaco que o bicho vai pegar". Em alguns trechos, eles próprios aparecem vestindo roupas de gorila. O ouvidor nacional da Igualdade Racial, Carlos Alberto Silva Júnior, autor da denúncia, afirma que o vídeo expõe o negro "à condição de ser inferior", como alguém que "não se desenvolveu a ponto de se tornar ser humano". O cantor e a gravadora Sony não se pronunciaram sobre o caso. No dia 24/05/2012, a Folha noticiou que a Procuradoria da República em Uberlândia, Minas Gerais, havia arquivado o procedimento que apurava a suspeita de discriminação racial e sexista no clipe "Kong". Em nota, o órgão

federal informou que o procurador responsável pelo caso, Frederico Pellucci, não viu ligação entre o uso da figura do gorila e a associação ao racismo. O cantor criticou, em entrevista à Folha, a ONG que fez denúncia contra ele. "Quem diminuiu a raça negra é quem a representa. Ela é que menosprezou a capacidade do povo compreender o sentido lúdico da música." Ele se referia ao Observatório do Racismo Virtual, que segundo a Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, foi quem denunciou o caso.

17/06/2012 Marizelda Fátima dos Reis, auxiliar de limpeza de um hospital municipal da cidade de Sertãozinho, em São Paulo, acusou José Alves Lara Neto de racismo. Membros do Conselho Municipal da Comunidade Negra já notificaram os órgãos públicos responsáveis por apurar situações de racismo. Ele teria reclamado dos sacos de lixo ficarem abertos na rua ao que ela respondeu os deixava naquele lugar por ordem de sua chefe. A partir daí, segundo um dos integrantes do Conselho, "Ele a mandou calar a boca, disse que ele era **rico, médico, e que ela era pobre**. Ele ainda passou a mão assim no braço, dizendo: '**Olha a minha cor, eu sou branco, você é negra**'. O médico não foi encontrado para comentar o caso.

27/07/2012 O soldador industrial desempregado Ondobo Rap Wilfred, camaronês de 28 anos embarcou clandestinamente em um navio no porto de Camarões, cerca de um mês antes, pretendendo chegar à Europa. Acabou à deriva, a 15 quilômetros da costa brasileira. Wilfred foi resgatado no dia 28 de junho por um navio que ia para o porto de Paranaguá (PR) e disse ter sido espancado e torturado por 11 dias pela tripulação e obrigado a descer do navio por uma corda, para boiar sobre um pallet (placa de madeira usada no transporte de cargas). A Polícia Federal e também pelo Ministério Público Federal ficaram responsáveis pela investigação pelos supostos crimes de racismo, tortura e tentativa de homicídio. A tripulação do navio Seref Kuru, que está impedida de sair de Paranaguá, negou conhecer Wilfred e não fala sobre o caso nem à polícia. Ao Ministério Público, o camaronês disse que se disfarçou de trabalhador do porto de Douala, em Camarões, para subir no navio. Escondeu-se no porão, onde o forte calor o deixou desidratado. Quando seu estoque de água e comida acabou, Wilfred se apresentou aos 19 tripulantes do navio e diz ter sido espancado. **"Um dos agressores disse que não gostava de preto e que todos eram animais"**, afirmou o procurador da República em Paranaguá, Alessandro Fernandes de Oliveira. Segundo o relato, Wilfred foi deixado em uma cabine, onde era alimentado duas vezes ao dia, mas a tripulação, de origem turca, não o deixava dormir, batendo na porta. Em 28 de junho, quando o navio se aproximava da costa brasileira, deram-lhe uma lanterna e 150 euros e o obrigaram a descer do navio. Ficou 11 horas à deriva até ser resgatado. Apesar da desidratação, não precisou ser internado. Wilfred, que estava até essa data sob os cuidados da agência marítima responsável pelo navio, ficaria no Brasil durante a investigação. Além de ter **"Um dos agressores disse que não gostava de preto e que todos eram animais"**.

descrito o interior do navio "com riqueza de detalhes", a prova mais contundente da versão de Wilfred é, segundo o procurador, uma foto encontrada na cabine em que ele diz ter permanecido. "Ele escondeu uma foto dele num vão, pensando em provar que esteve ali", disse.

No dia 14/08/2012, a Folha noticiou que o Ministério Público Federal havia denunciado todos os 19 tripulantes do navio Seref Kuru sob a suspeita de tortura, racismo e tentativa de homicídio. A tripulação, que estava sob liberdade vigiada num hotel de Paranaguá, negou as acusações, apesar de a Procuradoria afirmar ter evidências contundentes de que o camaronês esteve no navio. O advogado do grupo, Giordano Reinert, afirmou que Ondobo era "um clandestino profissional".

12/10/2012 Dois diplomatas negros, amigos do ministro Joaquim Barbosa, foram barrados pela segurança da corte anteontem, dia em que o magistrado foi eleito presidente do tribunal. Uma semana antes, ao comparecerem a outra sessão, eles já tinham sido seguidos por policiais ao deixarem o prédio do Supremo. Carlos Frederico Bastos da Silva, 45, e Fabrício Prado, 31, são da Divisão de Assuntos Sociais do Itamaraty. Enquanto dezenas de convidados entravam no plenário, eles ficaram na porta. Os seguranças afirmaram que o sistema havia travado e que a entrada só poderia ser autorizada por um superior. Desconfiados de racismo, os dois pediram explicações ao secretário de segurança institucional do STF, José Fernando Martinez, que afirmou que ambos haviam tido comportamento suspeito na semana anterior e por isso acabaram fichados nos computadores da corte. Martinez só não explicou que atitude deles teria gerado suspeita. O secretário afirmou que um dos dois diplomatas tinha nome idêntico ao de um cidadão com passagem pela polícia. Por isso, a segurança teria ficado "mais atenta". "Foi uma sucessão de mal-entendidos. Não houve racismo." Ele disse que abriria procedimento interno para esclarecer os fatos.

09/11/2012 O grupo Pão de Açúcar foi condenado a indenizar a família de um menino negro por discriminação racial, cabendo recurso. O caso ocorreu em janeiro de 2007 quando o filho do músico Claudinho, ex-integrante do grupo Soweto, estava acompanhado de sua mãe em um supermercado da rede pedindo a ela que o comprasse um pote de iogurte quando o segurança lhe disse para sair do local, "que lá não era lugar de pedir", acreditando que o menino era um pedinte. Ao ser informado de que se tratava de uma família, o segurança se desculpou, mas a mãe não aceitou o pedido. O menino tinha seus anos à época. A família entrou com ação por discriminação racial e venceu. Em primeira instância teve direito a R\$ 3.000. Mas entrou com apelação para que a indenização aumente. A empresa foi então condenada a pagar indenização de R\$ 6.220 que, com juros e correção deveria chegar a cerca de R\$ 30 mil. Outro fator que aumentaria o valor foi a condenação por má-fé, pois, em sua defesa o Pão de Açúcar alegou que o fato não havia acontecido. O argumento acabou tornando-se agravante no processo. Em nota, o Pão de Açúcar afirmou que não foi notificado sobre a decisão do Tribunal de Justiça e que "somente se manifestará após intimação oficial da decisão". Disse ainda que repudia qualquer ato discriminatório e esclareceu que o fato apontado não corresponde ao padrão operacional exigido pela rede.

29/12/2012 O embaixador da Espanha no Brasil, Manuel de la Cámara Hermoso, disse no dia 28, por meio de nota, que o músico pernambucano Israel França não havia sido agredido por policiais e que tampouco teria sido vítima de racismo. França havia procurado o consulado do Brasil em Madri para dizer que havia sido vítima de violência policial na véspera de Natal em um bar de Granada, onde vive há 22 anos. Segundo ele, a polícia foi chamada porque havia brigado com outro cliente. "A polícia solicitou sua identidade, mas ele se recusou a apresentá-la, insultando os agentes. Após sair do local, foi descoberto que ele possuía uma arma branca." Ele nega racismo. "É uma acusação injusta. Há 22 anos o senhor França reside na Espanha sem problemas [...], sendo membro da Orquestra Ciudad de Granada". O músico reafirmou as acusações e disse que pensa em voltar ao Brasil com a mulher que é espanhola. "Os agentes nos obrigaram a sair e meteram na porta de um prédio, onde me bateram", afirma.

## Referências

ENTMAN, Robert. (1993) "Framing: toward clarification of a fractured paradigm". *Journal of Communication*, vol. 43, nº 4. Austin, pp. 51-8.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2012) *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez Editora

LAGE, Nilson. (2001) *A reportagem – Teoria e Técnica da entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record

QUIJANO, Aníbal. (1999) "¿Qué tal raza!". In: *Familia y cambio social*. Lima: CECOSAM

SANTOS, Elaine Lopes. (2010) "Racismo e injúria: erosão e persistências no ideário da democracia racial". Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos

WIEVIORKA, Michel. (2007) *O racismo, uma introdução*. São Paulo: Perspectiva

## Como citar

Toste, Verônica; Sassara, Luna; Feres Júnior, João; Barbabela, Eduardo; Moratelli, Gabriela. Os casos de suspeita de racismo noticiados pela Folha de S. Paulo: 2001-2012. *Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ)*, n. 5, 2014, pp. 1-74.